

## Dia das Mães deve ter vendas menores e busca por produtos mais baratos

Em um cenário de inflação forte, renda fraca e juros elevados, as vendas do Dia das Mães no Brasil devem recuar 1,8% em 2022 frente a 2021, projeta a CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo).

Pelos cálculos da entidade, o comércio varejista tende a movimentar R\$ 14,42 bilhões em decorrência da data, que será celebrada em 8 de maio.

O evento é o segundo principal do calendário do comércio. Fica atrás apenas do Natal.

No ano passado, as vendas somaram R\$ 14,68 bilhões, a maior quantia desde 2015 (R\$ 15,1 bilhões), de acordo com estimativas atualizadas pela CNC.

Os números já levam em conta a inflação, que disparou nos últimos meses, dificultando a compra de bens e serviços.

Se a projeção da entidade for confirmada, as vendas de 2022 serão as menores desde o Dia das Mães de 2020, o ano inicial das restrições causadas pela chegada da pandemia ao país.

À época, a cifra havia despencado para R\$ 8,82 bilhões, o patamar mais baixo de uma série histórica com dados desde 2005.

“A crise sanitária começa a sair de cena, mas aparece a deterioração das condições de consumo neste ano”, afirma Fabio Bentes, economista da CNC.

“A previsão é de um Dia das Mães morno”, acrescenta.

Brasileiro deve procurar itens que custam menos. O ramo de vestuário, calçados e acessórios costuma responder pela maior fatia das vendas da data. Neste ano, o cenário não deve ser diferente.

A previsão é de faturamento de R\$ 6,69 bilhões

nessa atividade, avanço de 1,4% em relação ao ano passado, conforme a CNC.

Os segmentos especializados em utilidades domésticas e eletroeletrônicos (R\$ 2,33 bilhões) e móveis e eletrodomésticos (R\$ 2,29 bilhões) também devem responder por parcelas significativas das vendas.

Contudo, ambos tendem a amargar quedas expressivas em relação ao ano passado, de 9,3% e 9,5%, respectivamente.

Segundo Bentes, a explicação para as diferenças entre as atividades está relacionada, em parte, à piora das condições de consumo no país.

Com o aperto no bolso, o brasileiro tende a priorizar a compra de presentes que costumam custar menos.

Parte dos itens de vestuário, acessórios e cosméticos são exemplos dessa lista.

Leonardo Vicceli/Folhapress



## Economia



**Desemprego fica estável, e renda cai 8,7% em um ano**

Página - 03

## Política

**Alckmin ouve 'Internacional Socialista' ao lado de Lula e diz que ficou à vontade**

Página - 04

**Bolsonaro defende Mendonça e diz que ele propôs pena 'menos injusta' a Silveira**

Página - 04

**Indústria de máquinas agrícolas cresce mesmo sem liberação de financiamentos do governo** Página - 03



**Pãozinho vai ficar mais brasileiro nos próximos anos**

Pág - 05

**Entenda por que a cenoura e o tomate lideram a alta dos alimentos no Brasil** Pág - 05





## No Mundo

### Podcast expõe como Guerra da Ucrânia atinge as crianças



Não se sabe ao certo, até agora, quantas crianças foram mortas na Guerra da Ucrânia. Além de enterrar seus defuntos, adultos ou não, o país está mais envolvido em urgências militares, médicas ou em providenciar alimentos para sua traumatizada população.

O Unicef, fundo da ONU para a infância, calcula, de modo bastante impreciso, que dois terços dos 7,5 milhões de crianças ucranianas foram deslocadas das cidades em que moravam há pouco mais de dois meses. Estão refugiadas com seus pais em países como a Polônia ou permanecem sob a guarda de ins-

tituições humanitárias para encontrarem uma família que substitua aquela que a guerra matou.

Esse conjunto bastante triste de informações foi objeto de um podcast da BBC, "Saving Ukraine's Children" (salvando as crianças da Ucrânia, em tradução literal). A emissora pública britânica, em lugar de buscar casos em todas as grandes cidades, concentrou sua atenção em Mariupol, a sudeste do território ucraniano e a mais martirizada pelos bombardeios russos.

Um pastor evangélico, Guennadi Motchkenko, manteve-se por longos dias com a guarda de órfãos ou de

crianças com pais desaparecidos num conjunto de prédios industriais, que os soldados russos cercaram sem, no entanto, destruí-lo com bombas. "Começou a faltar comida e depois também faltou água para beber. As crianças choravam de fome e de sede. Sem poder convencer os russos a deixarem entrar provisões, eu comecei a chorar também."

E não foi um cerco, por assim dizer, tranquilo. O ruído das turbinas dos aviões que atiravam bombas sobre a cidade e as explosões de prédios que desmoronavam funcionavam como uma ameaça permanente.

João Batista Natali/Folhapress

### Parlamento da Alemanha aprova projeto para enviar mais armas à Ucrânia

O Parlamento da Alemanha aprovou, uma petição em favor da Ucrânia, apoiando a entrega de armas, incluindo armamento pesado, para que o país possa se defender de ataques da Rússia.

"Juntamente com o amplo isolamento econômico e a dissociação da Rússia dos mercados internacionais, o meio mais importante e eficaz para impedir a invasão russa é intensificar e acelerar a entrega [à Ucrânia] de armas eficazes e sistemas complexos, incluindo armas pesadas", diz o texto aprovado

com folga no Bundestag.

Tanto os três partidos que formam o governo de coalizão do premiê Olaf Scholz quanto os conservadores da oposição votaram a favor do programa, totalizando 586 votos favoráveis, 100 contrários e 7 abstenções.

Os parlamentares alemães também saudaram a decisão de Scholz, que autorizou nesta semana o envio de blindados de defesa antiaérea a Kiev - uma mudança na postura até então considerada hesitante do primeiro-ministro-, mas pediram que o país faça mais pela Ucrânia.

Folhapress



### Rússia diz ter usado submarino em ataque à Ucrânia pela primeira vez



Em meio ao aumento de apoio bélico do Ocidente à Ucrânia, Rússia usou pela primeira vez um submarino no mar Negro para disparar mísseis de cruzeiro contra alvos militares no vizinho, segundo o Ministério da Defesa do país informou à agência Interfax. Não há confirmação independente disso.

Um dos seis submarinos diesel-elétricos de ataque da Frota do Mar Negro, integrantes da classe Kilo, lançou uma salva de mísseis Kalibr, segundo a pasta. Eles ficam baseados em Sebastopol, na Crimeia, e até aqui Moscou não havia relatado seu uso na Guerra da Ucrânia - embora analistas considerassem que

eles estavam ativos.

Com isso, foi adicionado mais um vetor no conflito. Mísseis de cruzeiro estão sendo usados de forma intensiva no conflito, e já foram lançados de sistemas terrestres baseados na costa da Crimeia anexada em 2014 por Moscou, de fragatas no mar Negro e de bombardeiros Tu-22.

A vantagem do uso de submarinos é a dificuldade de determinar sua posição antes do ataque, adicionando o fator surpresa. Ainda assim, apesar do vexame de ter perdido o cruzador pesado Moskva neste mês, a Marinha Russa de forma geral domina o mar Negro.

O mar, apesar de ter uma fama internacional menor do

que águas disputadas como o mar do Sul da China, é o corpo d'água com mais instabilidade em suas margens desde o fim da Guerra Fria, em 1991. De lá para cá, foram travadas dez guerras, incluindo a atual, em regiões de países banhados por suas águas.

O Moskva não operou com mísseis Kalibr nesta guerra. Ele foi afundado há duas semanas por grandes explosões a bordo, que Kiev e os EUA dizem ter sido provocadas por mísseis antinavio costeiros Netuno, fabricados na Ucrânia. Já a Rússia fala que houve um acidente em seu depósito de armas, algo tão ou mais vergonhoso do ponto de vista operacional.

Igor Gielow/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B - Centro - Cep.: 01013-000  
Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da





## Indústria de máquinas agrícolas cresce mesmo sem liberação de financiamentos do governo



Mesmo com a imprevisibilidade sobre a liberação de crédito agrícola pelo governo, a indústria de máquinas agrícolas cresceu 9% no primeiro trimestre deste ano no país, índice que supera a previsão inicial de 5% para 2022, de acordo com dados da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos), e o viés é de alta para o desempenho no decorrer deste ano.

Os números foram divulgados pela associação em Ribeirão Preto (a 313 km de São Paulo), durante a 27ª Agrishow (Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação).

“A gente ainda não revisou [a previsão do ano], continuamos com 5%, com viés de alta [...] disse Pedro

Estevão, presidente da Câmara Setorial de Máquinas e Implementos Agrícolas da Abimaq.

O desempenho do setor foi impulsionado pelas vendas históricas registradas em feiras agrícolas já realizadas neste ano, depois de hiatos que chegaram a dois anos devido à pandemia da Covid-19.

Juntas, Expodireto Cotrijal, em Não-Me-Toque (RS), Show Rural Coopavel, em Cascavel (PR), e Tecnoshow Comigo, em Rio Verde (GO), movimentaram R\$ 18,7 bilhões em intenções de negócio, segundo as organizações —os valores consideram vendas fechadas e negócios encaminhados. A soma dos valores negociados nas três feiras em suas últimas edições presenciais foi de R\$ 8,7

bilhões.

O setor pediu ao presidente Jair Bolsonaro (PL) a liberação de créditos agrícolas via Moderfrota e Pronaf (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) que totalizam R\$ 44 bilhões, sendo R\$ 32 bilhões para o primeiro programa, e o restante, para o segundo. Não houve sinalização do governo sobre o pedido.

Bolsonaro visitou Ribeirão nesta segunda-feira (25) para participar da cerimônia de abertura da feira. Esteve numa motociata entre o aeroporto Leite Lopes e o local da feira, passeou montado num cavalo e, antes da solenidade, se reuniu com dirigentes das entidades agrícolas que organizam a feira.

Marcelo Toledo/Folhapress

## Desemprego fica estável, e renda cai 8,7% em um ano



A taxa de desemprego no Brasil ficou estável em 11,1% no primeiro trimestre de 2022, informou o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Nos três meses imediatamente anteriores (quarto trimestre de 2021), o indicador também estava em 11,1%.

O novo resultado veio abaixo das projeções do mercado financeiro. Analistas consultados pela agência Bloomberg esperavam taxa de 11,4% entre janeiro e março.

O número de desempregados foi de 11,9 milhões no primeiro trimestre de 2022, apontou o IBGE. Esse contingente era de 12 milhões no quarto trimestre de 2021.

Já a população ocupada com algum trabalho foi esti-

### DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

**Fernanda Matsuda**, brasileira, casada, economista, portadora da cédula de identidade RG nº 24146727 SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o nº 286.120.688-86, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Maria Coelho Aguiar, 215, Bloco F, 5º andar, Parte – Jardim São Luis, CEP: 05805-000. **Declara**, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargo de administração no **Banco PSA Finance Brasil S.A.**, instituição financeira, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 03.502.961/0001-92, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Maria Coelho Aguiar, 215, Bloco F, 5º andar, Parte – Jardim São Luis, CEP: 05805-000. **Esclarece** que eventuais objeções à presente declaração devem ser comunicadas diretamente ao Banco Central do Brasil, no endereço abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, por meio formal em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. **Banco Central do Brasil** Departamento de Organização do Sistema Financeiro – DEORF Gerência-Técnica em São Paulo 1 Avenida Paulista, 1.804 – 5º andar – Bela Vista 01310-922 São Paulo, SP

## Comissão do Senado aprova isentar de Imposto de Renda PLR de funcionários

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou nesta semana, por unanimidade, um projeto de lei para isentar de Imposto de Renda a PLR (Participação nos Lucros ou Resultados) de funcionários de empresas. Se até o próximo dia 5 nenhum senador apresentar recurso para que haja votação em plenário, o texto seguirá direto para análise da Câmara dos Deputados.

Atualmente, qualquer valor recebido como bônus ou participação nos lucros deve ser informado em uma ficha específica da declaração do Imposto de Renda.

Segundo o senador Álvaro Dias (Podemos-PR), autor do projeto, a ideia é aplicar à PLR o mesmo regime tributário adotado para lucros e dividendos distribuídos a sócios e acionistas, que são isentos de Imposto de Renda. Para Dias, essa diferença no tratamento é injusta.

Folhapress



mada em 95,3 milhões, caindo 0,5% na comparação com o trimestre anterior, o que significa 472 mil pessoas a menos no mercado de trabalho.

De acordo com a coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE, Adriana Beringuy, a estabilidade da taxa de desocupação é explicada pelo fato de não haver crescimento na busca por trabalho no trimestre.

O cenário é diferente daquele apresentado nos outros trimestres encerrados em março, quando, pelo efeito da sazonalidade, havia aumento da procura por trabalho.

“Se olharmos a desocupação em retrospecto, pela série histórica da pesquisa, podemos notar que, no primeiro trimestre, essa população costuma aumentar devido

aos desligamentos que há no início ano. O trimestre encerrado em março se diferiu desses padrões”, afirma Adriana.

A taxa de desocupação é a menor para um trimestre encerrado em março desde 2016, quando também foi de 11,1%.

Os dados integram a Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua).

A Pnad envolve tanto o mercado de trabalho formal quanto o informal. Ou seja, são avaliados desde empregos com carteira assinada e CNPJ até os populares bicos.

Pelas estatísticas oficiais, a população desempregada reúne quem não tem trabalho e segue à procura de novas vagas.

Leonardo Viecelli/Folhapress



## Política

### Alckmin ouve 'Internacional Socialista' ao lado de Lula e diz que ficou à vontade



O ex-governador Geraldo Alckmin (SP) participou da abertura do congresso do PSB em Brasília, exaltou o novo partido e afirmou ter ficado à vontade ao ouvir o hino da Internacional Socialista.

Ao lado do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), de quem foi indicado para ser candidato a vice nas eleições presidenciais, Alckmin afirmou que ambos já disputaram pleitos anteriores como adversários, mas sempre dentro das regras democráticas.

“Nós nos defrontamos em eleições, disputamos o mesmo cargo. O fizemos dentro da regra democrática. E hoje estamos unidos por um dever. A política é olhar o interesse público, o interesse das pes-

soas”, afirmou.

Desde que ganharam corpo as articulações para ser vice de Lula, o ex-governador paulista busca se desvincular de polêmicas sobre divergências que ambos tiveram no passado.

Alckmin foi filiado ao PSDB por mais de 30 anos e já foi crítico de políticas adotadas por governos petistas anteriormente.

Nesta quinta, Alckmin ouviu, ao lado de Lula, o hino da Internacional Socialista, coligação de partidos socialistas e social-democratas de vários países existente desde 1951, que é associada a siglas de esquerda.

Ao final do evento, questionado se havia ficado à vontade de ouvir o hino ligado a governos socialistas e comunistas, o ex-tucano respondeu

que sim.

“A social-democracia também teve origem na luta social, trabalhista”, justificou.

Questionado por jornalistas, Alckmin também afirmou que o indulto concedido ao deputado Daniel Silveira (PTB) é um “retrocesso gravíssimo”.

O congresso do PSB é dedicado a eleger o diretório nacional da sigla e debater uma “autorreforma” do partido.

Alckmin elogiou a iniciativa do PSB de promover uma reforma e disse que é sempre importante se “modernizar”. O ex-tucano também exaltou iniciativas de governadores pessebeistas na educação, ressaltando que Pernambuco e Espírito Santo, governados pelo partido, são destaques nesta área.

Júlia Chaib/Folhapress

### PT aciona Procuradoria Eleitoral por propaganda antecipada de motociata bolsonarista em maio

O diretório paulista do PT, presidido pelo ex-ministro do Trabalho Luiz Marinho, acionou a Procuradoria Regional Eleitoral de São Paulo para denunciar possível campanha eleitoral antecipada em motociata de apoiadores de Jair Bolsonaro (PL) marcada para 22 de maio, com trajeto entre Franca (SP) e Cássia (MG).

Além de Bolsonaro, foram convidadas figuras ligadas a ele, como Carla Zambelli (PL), Tarcísio de Freitas (Republicanos), Marcos Pontes (PL) e Ricardo Salles (PL), todos pré-candidatos das eleições de outubro. A motociata também promete distribuição de brindes, o que vedado em campanhas eleitorais e o PT pede que seja in-

vestigado.

A peça aponta que a preparação do evento já conta com considerável estrutura, tendo site oficial e divulgação massiva por meio de vídeos no YouTube.

“A montagem de um verdadeiro palanque eleitoral em período vedado fica nítida. Todo este planejamento está sendo irrigado por recursos desconhecidos, voltado a atividades que geram benefício eleitoral de Jair Bolsonaro, Tarcísio de Freitas e demais correligionários”, diz o material.

No material de divulgação, é indicada uma chave Pix para recebimento de doações, o que, segundo a denúncia do PT-SP, pode implicar em abuso de poder econômico.

Fábio Zanini/Folhapress



### Bolsonaro defende Mendonça e diz que ele propôs pena 'menos injusta' a Silveira



O presidente Jair Bolsonaro (PL) minimizou nesta sexta-feira (29) o voto de André Mendonça pela condenação do deputado Daniel Silveira (PTB-RJ) e disse que a pena sugerida pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) seria “menos injusta”.

Bolsonaro afirmou que Mendonça “está ao lado do Brasil, do povo e ao lado da família”.

O ministro foi criticado por antigos aliados e membros da bancada evangélica ao votar pela condenação de Silveira a 2 anos e 4 meses, em regime inicialmente aberto.

O deputado foi condenado pela corte a uma pena mais dura, de 8 anos e 9

meses de prisão, em regime inicial fechado. “Ele foi bastante criticado no voto dele, mas aos poucos o pessoal vai entendendo o que aconteceu realmente naquela sessão [do STF]”, disse Bolsonaro à rádio Metrôpole FM de Cuiabá (MT).

“O André Mendonça não ficou no meio do caminho. Ficou bem antes, não deu ineligibilidade. Ele deu 2 anos de detenção. Seria, né, uma alternativa para uma punição menos injusta, vamos assim dizer”, disse.

O presidente decidiu no último dia 21 desafiar o STF conceder o perdão de pena ao deputado.

Pastor presbiteriano e ex-advogado-geral da União, Mendonça foi a aposta do presidente para agradar ao

público evangélico e ganhar terreno dentro do Supremo. Isso porque o presidente considera que alguns magistrados atuam como opositores do governo.

“É uma pessoa de princípios, religiosa, família, conservador. Tem uma bagagem cultural enorme. Trabalhamos muito para ele conseguir aquela cadeira no STF”, disse ainda o presidente.

Após a condenação, o pastor Silas Malafaia disse que o “terrivelmente evangélico André Mendonça me decepciona e quem eu critiquei, ministro Kassio Nunes, terrivelmente me representa”.

Já deputado e pastor evangélico Marco Feliciano afirmou, nas redes sociais, estar “terrivelmente desapontado.”

Mateus Vargas/Folhapress



## Pãozinho vai ficar mais brasileiro nos próximos anos



O pãozinho deverá ser mais brasileiro nos próximos anos. A guerra da Ucrânia mostrou a necessidade de o país repensar algumas atividades agrícolas, principalmente a do trigo.

O Brasil foi afetado fortemente em dois pontos fundamentais na dependência externa que o agronegócio tem: fertilizantes e trigo.

No caso do primeiro, as importações vêm diretamente de um dos países envolvidos no conflito, que é a Rússia. Com relação ao trigo, tanto Ucrânia como Rússia são importantes exportadores mundiais do cereal.

Embora os dois não tenham importância direta no

volume de trigo importado pelo Brasil, o país está sofrendo os efeitos do repique internacional dos preços.

A produção nacional deste ano deverá subir para 7,9 milhões de toneladas, com consumo de 12,7 milhões. Daí a necessidade de importação de 6,5 milhões de toneladas. Boa parte será nos patamares atuais de preços, que estão 35% superiores aos de há um ano.

Uma das saídas é a tropicalização do trigo, um desafio que a Embrapa vem encarando há vários anos. O trigo tem de seguir os caminhos da soja e do milho. E isso começa a ocorrer. Experimentos já indicam boa produtividade do cereal até em Roraima.

No final dos anos 1970, pelo menos 87% da área semeada com soja estava concentrada nos três estados do Sul. Em 2000, após o desenvolvimento de variedades adaptadas ao cerrado brasileiro, esse percentual recuou para 43%. Atualmente é de 31%.

Também no final dos anos 1970, o Sul era responsável por 42% da área semeada com milho. Atualmente são apenas 20%. Esses produtos ganharam novas áreas, novas tecnologias e liquidez interna e externa.

É o caminho que o trigo deverá seguir, segundo Celso Moretti, presidente da Embrapa.

## Entenda por que a cenoura e o tomate lideram a alta dos alimentos no Brasil

A cenoura e o tomate continuam sendo os alimentos que mais encareceram no país neste ano, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA), considerado uma prévia da inflação oficial do país.

A expectativa é de que os preços só fiquem mais baixos nos próximos meses, entre maio e julho (veja mais abaixo).

A alta da cenoura chegou a quase 200% no acumulado em 12 meses até abril, enquanto o tomate subiu 117% no mesmo período. Os dados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE).

No caso da cenoura, a inflação continua sendo um reflexo das chuvas intensas que afetaram as principais plantações do país em janeiro e fizeram com que o volume do alimento vendido pelos produtores diminuísse. Com isso, o quilo passou a ser encontrado por R\$ 10 a R\$ 14.

Os estados de Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, que são grandes produtores, foram os mais prejudicados. São Gotardo (MG), que é um dos principais municípios que abastecem o mercado nacional, teve prejuízo devido à chuva nos meses de janeiro e fevereiro.

BizNews



BizNews

## Impulsionada por outras feiras, Agrishow pode até dobrar faturamento bilionário



Após alcançar R\$ 2,9 bilhões em intenções de negócios em 2019, na última edição presencial antes da pandemia, organizadores e expositores da 27ª Agrishow (Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação) esperam dobrar o faturamento neste ano.

Com um público estimado em 150 mil visitantes brasileiros e estrangeiros, a Agrishow acontecerá entre esta segunda (25) e a sexta (29), das 8h às 18h, em Ribeirão Preto (interior de São Paulo). Os ingressos custam R\$ 65 (na bilheteria) e R\$ 55 (compra pelo site, até este domingo), com direito a meia-entrada para pessoas a partir de 60 anos e estudantes.

A feira está localizada na rodovia Prefeito Antônio Duarte Nogueira, Km 321. O estacionamento custa R\$ 55 (convencional), R\$ 70 (vans e ônibus) e R\$ 75 (VIP). É

preciso apresentar comprovante de vacinação completo ou resultado negativo de teste PCR, feito até 48 horas antes, ou antígeno, feito 24 horas antes da visita. Máscaras não são obrigatórias.

O otimismo para o evento de Ribeirão Preto é justificado pelo desempenho de outras exposições agrícolas já realizadas em 2022.

O 34º Show Rural Coopavel, realizado em fevereiro na cidade de Cascavel (PR), teve o melhor desempenho da sua história, com R\$ 3,2 bilhões em negócios. Em 2020, foram R\$ 2,7 bilhões. O público também surpreendeu: eram esperados 150 mil visitantes, mas foram 285 mil.

Já a 22ª Expodireto Cotrijal, que ocorreu em março na cidade de Não-Me-Toque (RS), recebeu 263 mil visitantes, o que representa um aumento de 3% sobre o público de 2020. A organização estima que R\$ 4,9 bilhões

foram movimentados neste ano, ante os R\$ 2,6 bilhões da edição anterior —realizada pouco antes do início da pandemia.

No último dia 8, o Tecnoshow Comigo, evento de Rio Verde (GO), anunciou movimentação de R\$ 10,6 bilhões em negócios, com 128 mil visitantes —ante R\$ 3,4 bilhões e 118 mil presentes em 2019.

Apesar de as vendas de máquinas e implementos não terem sido paralisadas na pandemia, representantes do setor afirmam que nada substituiu o contato pessoal para o fechamento de negócios.

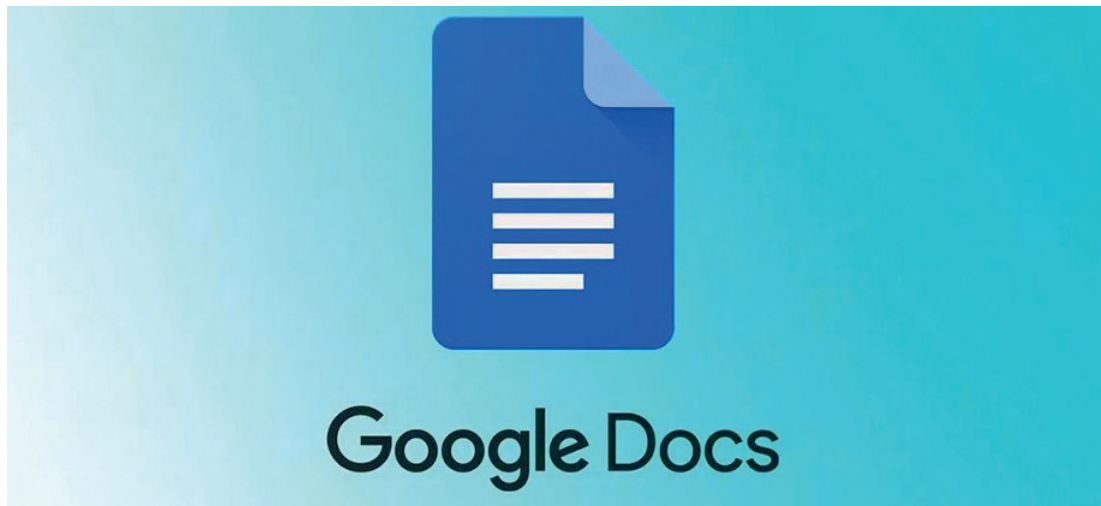
“Ver a tecnologia e ter o suporte financeiro próximo faz com que o produtor tenha confiança para investir cada vez mais em soluções tecnológicas que vão agregar valor e sustentabilidade às suas operações”, disse o diretor de vendas da John Deere Brasil, Marcelo Lopes.

BizNews



## Tecnologia

### Google Docs receberá atualização para facilitar navegação



O Google Docs, um dos programas de edição de planilhas e textos mais usados no mundo, vai ganhar uma cara nova. Uma nova atualização promete ajudar os usuários a navegar entre os recursos de maneira mais ágil. Para isso, o aplicativo está implementando um novo layout para o processador de texto para facilitar a localização das ações mais usadas.

Uma atenção especial está sendo dispensada ao menu “Documentos” da ferramenta baseada em nuvem, que receberá três mudanças principais: menus menores para facilitar a navegação, reordenamento dos itens dentro dos menus e adição de ícones

ao lado de cada ação, de forma a tornar a localização de recursos mais intuitiva.

Nas mudanças, que podem ser vistas na imagem abaixo, as opções para criar ou abrir um documento aparecem naturalmente no topo, pois são as mais usadas. No entanto, a opção de “Compartilhar”, que também ficava na parte de cima do menu, junto com “Fazer download”, foram rebaixadas, para não agregar muitos elementos na hierarquia de utilização.

Naturalmente, assim que todas as novidades forem implantadas, quem utiliza o software de escritório do Google baseado em nuvem pode estranhar o novo design, mas, como não houve alteração

nas funcionalidades, a adaptação deve ocorrer de forma rápida e tranquila. Logo, os usuários irão perceber que ocorreu um condensamento dos menus para tornar a navegação mais fácil.

Como exemplo, o Google cita que “a funcionalidade relacionada ao Apps Script agora está agrupada no novo menu ‘Extensões’. Isso inclui acesso ao IDE [ambiente de desenvolvimento integrado] do Apps Script, bem como o gerenciamento de complementos”.

A atualização já está disponível para os usuários do Google Workspace e para assinantes do G Suite Basic e Business.

Jorge Marin/TecMundo

### Snapchat lança Dress Up, hub de compras com provedor em RA

O Snapchat anunciou, que vai expandir os recursos de experimentar produtos em realidade aumentada e criar a aba Dress Up. Dessa forma, será possível provar roupas e comprá-las em um mesmo lugar do aplicativo. Os planos futuros envolvem poder descobrir onde comprar uma determinada peça que alguém esteja vestindo.

Carolina Navas, chefe de estratégia de RA e marketing de produtos da Snap, afirma que a nova ferramenta “não é apenas uma guia de compras, mas também há uma enorme área da moda que é sobre autoexpressão e pedir conselhos aos amigos”.

A aba Dress Up permi-

te salvar roupas e acessórios como favoritos, experimentá-los através das lentes de realidade aumentada do aplicativo e comprá-los. “O Dress Up reúne as melhores experiências de moda de RA e experiências para experimentar peças de criadores, varejistas e marcas de moda, tudo em um só lugar”, disse a empresa.

A companhia também anunciou que está trabalhando em novos templates de Compras de realidade aumentada para que mais marcas de vestuário participem do hub. Além disso, em breve o Snapchat incluirá produtos como móveis e bolsas, cujos modelos 3D poderão ser colocados no chão ou em superfícies.

Iraci Falavina/TecMundo



### Orkut vai voltar? Site é reativado e fundador promete novidades



O site oficial do Orkut foi reativado, com uma mensagem de seu fundador, o engenheiro de software Orkut Buyukkokten. No texto, ele faz um histórico do lançamento da plataforma que foi lançada há 17 anos e alcançou mais de 300 milhões de usuários, antes de ser desativada em 2014.

A notícia aparece dias depois que Elon Musk conseguiu fechar um acordo para comprar o Twitter, se tornando o único dono da rede social, o que provocou uma série de publicações lamentando o fato e pedindo a volta do Orkut para “salvar” os usuários.

Em o que parece uma crítica às principais redes sociais do momento, o fundador do Orkut declara que “nossas opções para encontrar e

construir conexões reais são poucas e bem escassas” e que “nossas ferramentas online devem nos servir, não nos dividir”.

O engenheiro ainda critica o comércio de dados pelas plataformas, a manipulação e a criação de sentimentos como medo e ansiedade. “Eu quero que você seja capaz de fazer conexões duradouras”, escreveu.

“Acredito que o orkut. com encontrou sua comunidade porque reuniu tantas vozes diversas de todo o mundo em um só lugar”, afirma Buyukkokten. O engenheiro destaca que houve um trabalho árduo para desestimular o ódio e a desinformação dentro da comunidade criada em volta do Orkut.

Por enquanto, não há muitas pistas do que poderá surgir. Ao final do texto,

Buyukkokten apenas afirma que revelará novidades “em breve”. Ao mesmo tempo que o Orkut reapareceu, a página oficial do Hello, plataforma criada pelo engenheiro em 2016, foi desativada com a promessa de retorno.

Pelo texto, o fundador do Orkut dá a entender que o novo projeto será uma rede social diferente do que estamos vendo atualmente. “Acredito no poder da conexão para mudar o mundo”, declara. “Por isso que estou construindo algo novo”.

Quem tiver muita curiosidade e quiser receber as primeiras atualizações sobre a nova plataforma de Buyukkokten pode informar seu e-mail, tanto no site do Orkut, quanto no site do Hello.

Alexis Cerqueira Gois/TecMundo



## Concessionária Linha Universidade S.A.

CNPJ/ME nº 35.588.161/0001-22 – NIRE 35.300.545.044

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de março de 2022**

**I. Data, Hora e Local:** Realizada em 15 de março de 2022, às 16h00, na sede social da Concessionária Linha Universidade S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olímpíadas, nº 134, 11º andar, Condomínio Alpha Tower, CEP 04551-000. **II. Presenças:** Presente a totalidade dos acionistas da Companhia, representando 100% (cem por cento) do capital social com direito a voto, em razão do que fica dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **III. Mesa:** Sr. André Lima De Angelo (Presidente); e Sr. Javier Serrada Quiza (Secretário). **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (a) o aumento de capital da Companhia mediante a emissão de novas ações preferenciais Classe B; (b) a alteração do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento do capital social; e (c) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **V. Deliberações:** Preliminarmente, foi aprovado por unanimidade que a presente ata fosse lavrada na forma sumária, conforme autorizado pelo Artigo 130, § 1º, da Lei das S.A. Ato seguinte, após leitura, análise e discussão das matérias constantes na ordem do dia, foram aprovadas as seguintes matérias, por unanimidade de votos e sem ressalvas: (a) tendo em vista que 79,92% (setenta e nove vírgula noventa e dois por cento) do capital social da Companhia encontra-se integralizado na presente data, o aumento do capital social da Companhia de R\$ 520.000.000,00 (quinhentos e vinte milhões de reais) para R\$ 1.395.000.000,00 (um bilhão e trezentos e noventa e cinco milhões de reais) em aumento, portanto, R\$ 875.000.000,00 (oitocentos e setenta e cinco milhões de reais), mediante a emissão de 3.500.000 (três milhões e quinhentos mil) de novas ações preferenciais Classe B, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por ação, fixado conforme artigo 170, § 1º, inciso I, da Lei das S.A., totalmente subscritas e parcialmente integralizadas pelas acionistas da Companhia, conforme Boletins de Subscrição constantes do Anexo I à presente ata. As acionistas da Companhia, neste ato, expressamente reconhecem e anuem com a cessão, pela acionista Acciona Concesiones, S.L. à acionista SOCGEN Inversiones Financieras S.L., do direito preferência para a subscrição das ações preferenciais Classe B a que faz jus. (b) em decorrência da deliberação contida no item "a" acima, a alteração do *caput* do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "**Artigo 4º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 1.395.000.000,00 (um bilhão e trezentos e noventa e cinco milhões de reais), dividido em 523.500.000 (quinhentos e vinte e três milhões e quinhentas mil) de ações, todas nominativas e sem valor nominal, das quais (a) 265.000.000 (duzentas e sessenta e cinco milhões) são ações ordinárias, (b) 255.000.000 (duzentas e cinquenta e cinco milhões) são ações preferenciais classe A e (c) 3.500.000 (três milhões e quinhentas mil) são ações preferenciais classe B."** (c) a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar na forma constante do Anexo II à presente ata. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. São Paulo, 15 de março de 2022. **Mesa: André Lima de Angelo** – Presidente; **Javier Serrada Quiza** – Secretário. **Acionistas: Acciona Construcción, S.A.,** Por: André Lima de Angelo, Cargo: Diretor de País; Por: Fabio Luis dos Santos, Cargo: Diretor Financeiro; **Acciona Concesiones, S.L.,** Por: Fernando V. Beguiristain Muruzabal, Cargo: Procurador; **Linha Universidade Investimentos S.A.,** Por: Juan Antonio Santos de Paz, Cargo: Diretor; Por: Fernando Minguez Llorente, Cargo: Diretor; **Stoa Metro Brazil I S.A.S.,** Por: Marie-Laure Mazaud, Cargo: General Manager; **Socgen Inversiones Financieras S.L.,** Por: Denis Roberto de Castro, Cargo: Procurador. **Anexo II – Estatuto Social. Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º. A Concessionária Linha Universidade S.A. é uma sociedade anônima de propósito específico, de capital fechado, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhes forem aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações") e prazo de duração determinado, correspondente ao necessário para o cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes do Contrato de Concessão (conforme abaixo definido), e da apuração e liquidação dos haveres sociais que se façam devidos devendo entrar em liquidação caso este venha a ser extinto ("Companhia"). **Artigo 2º. A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olímpíadas, nº 134, 11º andar, Condomínio Alpha Tower, Vila Olímpia, CEP 04551-000. Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social, específica e exclusivamente, a prestação dos serviços públicos de transporte de passageiros da Linha 6 – Laranja de Metrô da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, contemplando a implantação das obras civis e sistemas, fornecimento do material rodante, operação, conservação, manutenção, exploração e expansão da Linha 6 – Laranja ("Projeto"), nos termos e condições do Contrato de Concessão Patrocinada nº 015/2013, conforme aditado, firmado com o Estado de São Paulo ("Poder Concedente"), por intermédio da sua Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos ("STM"), e a Companhia, em razão do procedimento licitatório promovido pelo Poder Concedente nos termos do Edital de Concessão nº 004/2013 ("Edital") ("Contrato de Concessão"). **Parágrafo Primeiro:** O objeto social da Companhia não poderá sofrer modificação, nos termos do Edital. **Parágrafo Segundo:** Será permitido à Companhia realizar projetos associados e aferir receitas alternativas, complementares ou acessórias nos termos do artigo 11 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e suas alterações posteriores. **Parágrafo Terceiro:** A Companhia deverá assumir, em até 6 (seis) meses antes do início da Operação Comercial ou da Operação Comercial Antecipada plena (conforme definido no Contrato de Concessão), a condição de companhia aberta, autorizada a emitir valores mobiliários em mercados regulamentados, pelo menos na Categoria B, conforme previsto no artigo 2º, inciso II da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 480, de 7 de dezembro de 2009. **Capítulo II – Capital Social e Ações. Artigo 4º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, em moeda corrente nacional, é de 1.395.000.000,00 (um bilhão e trezentos e noventa e cinco milhões de reais), dividido em 523.500.000 (quinhentos e vinte e três milhões e quinhentas mil) ações, sendo (i) 265.000.000 (duzentas e sessenta e cinco milhões) ações ordinárias, (ii) 255.000.000 (duzentas e cinquenta e cinco milhões) ações preferenciais classe A, e (iii) 3.500.000 (três milhões e quinhentas mil) ações preferenciais classe B. **Parágrafo Primeiro:** O capital social integralizado, em moeda corrente nacional, na data de assinatura do Termo Aditivo nº 2 ao Contrato de Concessão, será de R\$ 127.000.000,00 (cento e vinte e sete milhões de reais), sendo que a integralização do restante do capital social deverá observar os prazos estabelecidos nas Cláusulas 18.2, 18.2.1 e 18.2.1.1 do Contrato de Concessão. **Parágrafo Segundo:** O capital social da Companhia deverá ser aumentado, no mínimo, para R\$ 890.000.000,00 (oitocentos e noventa milhões de reais) no 60º (sexagésimo) mês contado da data de emissão da "Ordem de Serviço" prevista na Cláusula 4.2 do Termo Aditivo nº 2 ao Contrato de Concessão. O referido aumento de capital poderá ser aprovado através de deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive espécie de ação a ser emitida, preço de emissão e prazo de integralização, observado o disposto neste Estatuto Social e no Contrato de Concessão. **Parágrafo Terceiro:** Considerando o compromisso de aumento do capital social indicado no Parágrafo Segundo acima, em até 60 (sessenta) meses contados da data de emissão da "Ordem de Serviço" prevista na Cláusula 4.2 do Termo Aditivo nº 2 ao Contrato de Concessão, o capital social da Companhia a ser integralizado no referido prazo será de R\$ 763.000.000,00 (setecentos e sessenta e três milhões de reais), conforme o cronograma previsto no Contrato de Concessão. Os acionistas da Companhia são solidariamente responsáveis pela integralização do capital social até o limite do valor da parcela faltante para integralização de R\$ 890.000.000,00 (oitocentos e noventa milhões de reais), nos termos da Cláusula 18.2.2 do Contrato de Concessão. **Parágrafo Quarto:** A Assembleia Geral deverá deliberar e aprovar os aumentos de capital da Companhia que se façam necessários. **Parágrafo Quinto:** As emissões e colocações de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações serão realizadas com observância do direito de preferência assegurado aos acionistas, conforme disciplinado pelo art. 171 da Lei das Sociedades por Ações e disposto no Acordo de Acionistas. **Parágrafo Sexto:** É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **Parágrafo Sétimo:** O capital social não poderá ser reduzido sem a prévia autorização da STM ou outra entidade por ela designada. **Parágrafo Oitavo:** As ações preferenciais de classe A possuirão, como única e exclusiva preferência, prioridade em relação às ações ordinárias no reembolso do capital, com base no capital social integralizado, sem direito a prêmio no caso de liquidação da Companhia. **Parágrafo Nono:** As ações preferenciais de classe B possuirão, como preferência, prioridade em relação às ações ordinárias no reembolso de capital, com base no capital social integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia, e direito ao recebimento de dividendos equivalentes a 205,08 (duzentos e cinco inteiros e oito centésimos) vezes o valor pago a cada ação ordinária e/ou ação preferencial de classe A. **Capítulo III – Órgãos Permanentes da Companhia. Artigo 5º. São órgãos permanentes da Companhia: (i) a assembleia geral de acionistas da Companhia ("Assembleia Geral"); (ii) o conselho de administração da Companhia ("Conselho de Administração"); e (iii) a diretoria da Companhia ("Diretoria"). **Artigo 6º. A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, com os poderes conferidos em Lei, por este Estatuto Social e pelo Acordo de Acionistas, permitindo-se, em qualquer caso, a reeleição de seus respectivos membros e dispensando-se a constituição de caução em garantia dos seus respectivos mandatos. **Parágrafo Primeiro:** A remuneração anual global dos administradores será fixada anualmente pela Assembleia Geral, competindo à administração deliberar sobre sua respectiva individualização. **Parágrafo Segundo:** Os administra-**********

dores tomarão posse nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e observarão os requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades contemplados na Lei das Sociedades por Ações e no Acordo de Acionistas. **Parágrafo Terceiro.** Ao final de seus mandatos, os administradores permanecerão no cargo até que os novos membros do Conselho de Administração sejam eleitos pela Assembleia Geral e até que os novos diretores sejam eleitos pelo Conselho de Administração, observado o disposto no Acordo de Acionistas. **Capítulo IV – Assembleias Gerais. Artigo 7º. Respeitada a legislação em vigor, a Assembleia Geral será convocada pelas pessoas legalmente habilitadas nos termos da Lei das Sociedades por Ações e de acordo com as disposições do Acordo de Acionistas. **Parágrafo Primeiro.** Os trabalhos da Assembleia Geral serão presididos por pessoa escolhida entre os presentes. O presidente da Assembleia escolherá, dentre os presentes, alguém para secretariar os trabalhos. **Parágrafo Segundo.** A Assembleia Geral será convocada por meio de carta registrada aos acionistas e publicações na imprensa oficial do Estado de São Paulo e em outro jornal de grande circulação, conforme preveem os Artigos 124 e 289 da Lei de Sociedades por Ações, devendo ser realizada em dia útil e horário comercial. O aviso de convocação conterá as informações de local, data, hora e agenda da Assembleia Geral, sendo que o aviso de convocação também conterá todos os documentos que estarão sujeitos a deliberação na assembleia. A primeira convocação será feita no mínimo 15 (quinze) dias corridos antes da data da Assembleia Geral e, se a Assembleia Geral não for realizada, uma segunda convocação será feita, observado o mesmo prazo mínimo de 15 (quinze) dias. **Parágrafo Terceiro.** Independentemente das formalidades acima, uma Assembleia Geral será considerada validamente realizada se todos os acionistas comparecerem a tal assembleia. As questões que não estiverem incluídas no aviso de convocação para uma Assembleia Geral não poderão ser aprovadas em uma Assembleia Geral, exceto quando todos os acionistas participarem da Assembleia Geral e concordarem expressamente em deliberar sobre tal questão. **Parágrafo Quarto.** A Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem a totalidade do capital social votante da Companhia e, em segunda convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital social votante da Companhia, observado o disposto no Acordo de Acionistas. **Artigo 8º. A Assembleia Geral tem as atribuições e poderes fixados na lei, e reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem. **Parágrafo Primeiro.** A Assembleia Geral é competente para decidir sobre todos os atos relativos à Companhia, bem como para tomar as decisões que julgar convenientes à defesa de seus interesses. **Parágrafo Segundo.** A Assembleia Geral Extraordinária e a Assembleia Geral Ordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única. **Parágrafo Terceiro.** Os acionistas não poderão votar nas deliberações em que estejam em posição de conflito material de interesses com a Companhia. **Parágrafo Quarto.** Os documentos pertinentes à matéria a ser deliberada nas Assembleias Gerais deverão ser colocados à disposição dos acionistas na data da publicação do primeiro anúncio de convocação, ressalvadas as hipóteses em que a lei ou a regulamentação vigente exigir sua disponibilização em prazo maior. **Parágrafo Quinto.** Nas Assembleias Gerais, os acionistas deverão provar a sua qualidade de acionista, apresentando à Companhia os documentos de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso. **Parágrafo Sexto.** Serão considerados presentes às Assembleias Gerais os acionistas que participarem através de conferência telefônica, vídeo conferência ou qualquer outro meio eletrônico, independentemente da sua localização física. Um acionista também será considerado como presente caso esteja representado por procurador, nos termos do Artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, desde que conste da referida procuração instruções específicas com relação ao voto a ser proferido. **Artigo 9º. A Assembleia Geral terá competência exclusiva para deliberar sobre as seguintes matérias de interesse da Companhia, que dependerão do voto afirmativo de acionistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) do capital social votante da Companhia, observadas as disposições do Acordo de Acionistas: (i) emissão de ações pela Companhia fora dos limites do capital autorizado ou de outros valores mobiliários ou direitos conversíveis em participação societária; (ii) qualquer decisão de conversão de valores mobiliários emitidos pela Companhia em ações; (iii) qualquer decisão a respeito da possibilidade de contratação de empréstimos ponte por todos ou por parte dos acionistas para financiamento de suas respectivas participações societárias; (iv) quaisquer alterações ao presente Estatuto Social ou quaisquer outros documentos societários da Companhia; (v) qualquer decisão referente à transformação, dissolução ou liquidação da Companhia e o encerramento de suas atividades; (vi) qualquer operação de reestruturação ou outras operações estruturais nas quais a Companhia esteja envolvida, incluindo fusão, cisão, vendas ou alienação de ativos da Companhia, e contribuição de ativos; (vii) qualquer alteração material nos negócios da Companhia ou início de qualquer novo negócio ou de atividades operacionais, sendo certo que uma decisão nesse sentido só poderá ser tomada de acordo com os termos dos documentos celebrados no âmbito do Projeto ("Documentos do Projeto"); (viii) redução do capital social ou de qualquer reserva de capital da Companhia ou redução do valor a ser pago por qualquer acionista com relação a ações parcialmente integralizadas, aquisição ou resgate de quaisquer ações, incorporação de ações, alteração de quaisquer direitos atribuídos a quaisquer ações ou classe de ações, ou constituição de penhor sobre as ações por qualquer acionista, sendo certo que uma decisão nesse sentido só poderá ser tomada se autorizada pelos Documentos do Projeto e pelos documentos celebrados pela Companhia para fins de financiamento da dívida e equity do Projeto ("Documentos Financeiros"); (ix) eleição, destituição e remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia; (x) aprovação das demonstrações financeiras anuais da Companhia; (xi) qualquer alteração na duração do exercício social da Companhia; (xii) qualquer mudança da sede social para endereço fora da Cidade de São Paulo; (xiii) qualquer decisão de declarar ou pagar dividendos, reservas, prêmios ou quaisquer valores distribuíveis de qualquer natureza ou fazer quaisquer outra distribuição, exceto conforme previsto no plano de negócios ou exceto nas hipóteses previstas no Artigo 11, Parágrafo Nono, item "xix", deste Estatuto Social; (xiv) listagem das ações ou quaisquer outros valores mobiliários da Companhia em bolsas de valores. **Artigo 10º. Exceto conforme disposto no Artigo 9º acima, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pelo voto afirmativo dos acionistas presentes (pessoalmente ou através de representantes) que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital social votante da Companhia, não se computando os votos em branco, ressalvadas as exceções previstas em lei, observado o disposto no Acordo de Acionistas e neste Estatuto Social. **Capítulo V – Conselho de Administração. Artigo 11º. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 10 (dez) membros, sendo um designado presidente, um Vice-Presidente e os demais denominados conselheiros, observado o disposto no Acordo de Acionistas, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos e podendo ser acionistas ou não e residentes ou não no país. **Parágrafo Primeiro.** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, a Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração poderá eleger também membros suplentes. **Parágrafo Segundo.** Os membros do Conselho de Administração eleitos pela Assembleia Geral deverão designar o presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração, competindo ao presidente, além das atribuições próprias a seu cargo, (i) convocar, em nome do Conselho de Administração, a Assembleia Geral, e (ii) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração. **Parágrafo Terceiro.** No caso de vacância do cargo decorrente de morte, invalidez, aposentadoria, renúncia, destituição ou de outra forma, deverá ser convocada Assembleia Geral para indicação de membro substituto para ocupar o cargo até o final do mandato do membro substituído, observado o disposto no Acordo de Acionistas. **Parágrafo Quarto:** As reuniões ordinárias do Conselho de Administração serão realizadas trimestralmente e, extraordinariamente sempre que os interesses da Companhia exigirem, a qualquer momento, mediante solicitação de qualquer membro do Conselho de Administração. As reuniões serão convocadas pelo presidente do Conselho de Administração por sua iniciativa ou a pedido de qualquer membro do Conselho de Administração. **Parágrafo Quinto:** As reuniões do Conselho de Administração serão precedidas de convocação de todos os seus componentes, pelo presidente, com antecedência mínima de 7 (sete) dias – sendo tal convocação dispensada na hipótese de presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração na reunião em questão –, através de correspondência com aviso de recebimento ou e-mail especificando as matérias a serem deliberadas. **Parágrafo Sexto:** As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença dos membros indicados por acionistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital social votante da Companhia, observado o disposto no Acordo de Acionistas. As reuniões serão realizadas em dias úteis e em horário comercial, salvo em caso de comprovada urgência, através de conferência telefônica, vídeo conferência ou qualquer outro meio eletrônico, exceto se de outra forma acordado entre os membros do Conselho de Administração. As reuniões serão presididas pelo presidente do Conselho de Administração ou por seu substituto. Independentemente das formalidades previstas neste parágrafo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração. **Parágrafo Sétimo:** Será considerado presente às reuniões do Conselho de Administração o conselheiro que nomear qualquer outro conselheiro como seu procurador para votar em tal reunião, desde que a respectiva procuração seja entregue ao presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da reunião antes da sua instalação e que conste da referida procuração instruções específicas com relação ao voto a ser proferido. **Parágrafo Oitavo:** As deliberações do Conselho de Administração em cada reunião serão tomadas pelo voto afirmativo dos membros indicados por acionistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital social votante da Companhia, observado o disposto no Acordo de Acionistas. **Parágrafo Nono:** A deliberação das seguintes matérias será de competência exclusiva do Conselho de Administração e serão tomadas pelo voto**********

afirmativo dos membros indicados por acionistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) do capital social votante da Companhia, observado o disposto no Acordo de Acionistas: (i) aprovação ou alteração do orçamento anual da Companhia ("Orçamento Anual") e tomada de qualquer decisão que possa fazer com que a Companhia opere acima do Orçamento Anual; (ii) assinatura de qualquer contrato de locação ou qualquer outro documento destinado à ocupação ou aquisição de imóveis (ou respectivas modificações) envolvendo montantes superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) individualmente ou R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) no agregado, exceto por atividades legais ou de fato necessárias no âmbito do Contrato de Concessão; (iii) criação de qualquer hipoteca, encargo, penhor, cessão ou qualquer ônus ou garantia sobre quaisquer ativos da Companhia ou concessão de qualquer garantia, direito de indenização, carta conforto, garantia de desempenho ou outra garantia, ou assunção de qualquer obrigação, por ou em benefício de qualquer pessoa, que não esteja contemplado nos Documentos do Projeto e nos Documentos Financeiros; (iv) concessão de qualquer empréstimo ou realização de qualquer adiantamento para qualquer pessoa envolvendo valores superiores a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) individualmente ou R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) no agregado, exceto por aqueles incluídos no Orçamento Anual ou nos Documentos do Projeto; (v) aquisição pela Companhia, ou assunção pela Companhia, de qualquer negócio ou qualquer participação no capital social de, ou valor mobiliário emitido por, qualquer entidade; (vi) designação de auditores independentes; (vii) celebração, modificação ou encerramento de qualquer Documento do Projeto (incluindo o Contrato de Concessão) ou de qualquer Documento Financeiro ou qualquer renúncia no âmbito de tais documentos; (viii) contratação de dívida sem recurso, refinanciamento, levantamento de fundos (incluindo a celebração de qualquer contrato financeiro) ou qualquer outro endividamento pela Companhia, celebração de contratos ou obrigação de hedge, ou qualquer empréstimo ou outra extensão de crédito pela Companhia envolvendo a assunção de obrigações (x) acima de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) individualmente ou R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) no agregado, ou (y) acima dos limites aplicáveis estabelecidos nos Documentos Financeiros, e qualquer variação ou aditamento a tais contratos; (ix) aquisição, venda ou transferência de quaisquer ativos da Companhia, sejam tangíveis ou intangíveis (incluindo qualquer direito de propriedade intelectual) cujo valor seja superior a R\$ 200.000,00 (vinte milhões de reais) individualmente ou R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) no agregado; (x) início de qualquer ação pela Companhia envolvendo valores superiores a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). Neste caso, os membros do Conselho de Administração não deverão se opor injustificadamente à decisão em questão e deverão levar em consideração os interesses da Companhia; (xi) início de ou realização de acordos com relação a qualquer processo judicial ou arbitral, ou qualquer outro procedimento envolvendo a Companhia, cujo valor de causa seja superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). Neste caso, os membros do Conselho de Administração não deverão se opor injustificadamente à decisão em questão e deverão levar em consideração os interesses da Companhia; (xii) qualquer doação pela Companhia acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais); (xiii) decisão a respeito da celebração, encerramento ou alteração de uma parceria, contrato de participação nos lucros, consórcio, associação ou qualquer acordo similar; (xiv) alteração relevante nos princípios e normas contábeis adotados ou utilizados pela Companhia, exceto se exigido pela lei aplicável; (xv) decisão a respeito de qualquer investimento ou despesa da Companhia não incluído no plano de negócios acima de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) individualmente ou R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) no agregado, ou celebração, alteração ou término de qualquer contrato envolvendo o mesmo nível de investimento ou despesas, receitas ou obrigações; (xvi) adoção, variação e alteração do plano de negócios ou modelo financeiro aprovados, observado o disposto no Acordo de Acionistas; (xvii) qualquer repagamento de obrigações da Companhia relacionadas a empréstimos e participação societária aos acionistas (xviii) celebração de quaisquer novos contratos entre a Companhia e quaisquer de seus acionistas ou suas respectivas afiliadas, e qualquer alteração ou término de tais contratos, incluindo contratos de administração e de suporte; (xix) qualquer decisão referente ao pagamento de dividendos intermediários ou intercalares ou juros sobre capital próprio com base em balanços patrimoniais semestrais, trimestrais ou mensais, de acordo com as disposições legais aplicáveis; (xx) emissão de ações dentro do limite do capital autorizado; (xxi) qualquer transação que não seja no curso normal dos negócios da Companhia; (xxii) qualquer financiamento ou refinanciamento requeridos por mandatos bancários ou garantias de performance necessários nos termos do Contrato de Concessão; e (xxiii) qualquer decisão de suspender a execução pela Companhia ou de incorrer em qualquer obrigação que não esteja prevista ou exceda o Orçamento Anual aprovado. **Parágrafo Décimo:** Os acionistas da Companhia farão com que seus representantes no Conselho de Administração atuem no melhor interesse da Companhia quando proferindo seus votos no âmbito da aprovação de qualquer uma das matérias indicadas no Parágrafo Nono acima. **Parágrafo Décimo Primeiro:** Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, as quais serão assinadas pelos conselheiros presentes, observado o disposto no Acordo de Acionistas. **Parágrafo Décimo Segundo:** Os acionistas da Companhia enviarão seus melhores esforços para garantir que os membros do Conselho de Administração por eles indicados, na forma e de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, compareçam a todas as reuniões do Conselho de Administração. **Parágrafo Décimo Terceiro:** As deliberações do Conselho de Administração poderão ser aprovadas por escrito, sem a necessidade de realização de uma reunião formal, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Estatuto Social, mediante a assinatura de todos os membros do Conselho de Administração. **Parágrafo Décimo Quarto:** O Conselho de Administração poderá constituir comitês para auxiliar nas suas atividades, incluindo, mas não se limitando, um comitê financeiro, um comitê de auditoria e risco e um comitê de indicação e remuneração, os quais serão permanentes. Os comitês serão compostos por membros do Conselho de Administração indicados pelo voto afirmativo dos membros do Conselho de Administração indicados por acionistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital social votante da Companhia e deverão refletir a composição do Conselho de Administração. As regras de governança e funcionamento de cada comitê (instalação, quórum, etc.) serão determinadas (e alteradas, conforme o caso) pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá decidir ainda constituir um comitê de assessoria socioambiental. Os comitês não terão poder decisório e não serão estatutários, servindo como órgãos de assessoramento e consulta e devendo submeter propostas e recomendações ao Conselho de Administração. **Capítulo VI – Diretoria. Artigo 12º. A Diretoria será composta por 2 (dois) a 6 (seis) membros, sendo, conforme aplicável, (i) um Diretor Presidente, (ii) um Diretor Financeiro, (iii) um Diretor Técnico, (iv) um Diretor de Administração Contratual, (v) um Diretor sem designação específica, e (vi) um Diretor de Operações, quando contratado no âmbito do início das operações do Projeto, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos e podendo ser acionistas ou não e residentes no país, os quais deverão se reportar ao Conselho de Administração e assegurar o funcionamento regular da Companhia. **Parágrafo Primeiro.** A investidura no cargo de Diretor far-se-á imediatamente após a assinatura do respectivo termo de posse, lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. **Parágrafo Segundo.** No caso de vacância do cargo decorrente de morte, invalidez, aposentadoria, renúncia, destituição ou de outra forma, caberá ao Conselho de Administração designar um substituto para cobrir a vacância e atuar como Diretor da Companhia até a efetiva contratação e eleição de uma nova pessoa para ocupar o cargo vacante. **Parágrafo Terceiro.** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, qualquer acionista que detiver uma participação mínima equivalente a 10% (dez por cento) do capital social votante da Companhia terá o direito de solicitar a substituição, remoção ou destituição de qualquer Diretor através do envio de uma notificação aos demais acionistas nesse sentido ("Notificação de Término de Mandato") no caso de negligência grosseira, má-fé, fraude ou descumprimento, pelo Diretor em questão, dos seus deveres fiduciários, não sendo necessário que tal falta e/ou descumprimento tenham sido judicialmente reconhecidos ou que quaisquer procedimentos ou ações judiciais tenham sido formalmente iniciadas contra o Diretor em questão na data de envio da Notificação de Término de Mandato. **Parágrafo Quarto.** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, caso uma Notificação de Término de Mandato seja enviada por um acionista aos demais acionistas, os demais acionistas farão com que os membros do Conselho de Administração por eles indicados (i) convoquem uma reunião do Conselho de Administração tão logo possível para tomar as devidas providências, e (ii) usem seu voto na reunião do Conselho de Administração competente para substituir, remover ou destituir o Diretor em questão, ou fazer com que tal Diretor seja substituído, removido ou destituído, sem atraso injustificado. **Artigo 13º. A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, cabendo a convocação a qualquer Diretor com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, sendo tal convocação dispensada caso haja a participação da totalidade dos Diretores. **Parágrafo Primeiro.** A reunião instalar-se-á com a presença de Diretores que representem a maioria dos membros da Diretoria. As deliberações da Diretoria serão tomadas pela maioria simples de seus membros. **Parágrafo Segundo.** As atas das reuniões com as deliberações da Diretoria serão registradas no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. **Artigo 14º. A Diretoria será responsável por conduzir os negócios sociais, operações e atividades da Companhia, bem como o gerenciamento, administração e supervisão do dia a dia dos negócios e assuntos da Companhia, levando em consideração as diretrizes básicas concedidas pelo Conselho de Administração e os limites estabelecidos neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas. **Parágrafo Primeiro:** A Diretoria é o órgão executivo da Companhia, cabendo-lhe, dentro da orientação, das atribuições de poderes e dos limites traçados pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pelo presente Estatuto Social, assegurar o funcionamento regular da Companhia, tendo poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins sociais, exceto aqueles que dependam de prévia aprovação da Assembleia Geral ou que sejam de competência privativa do******

continua ...



... continuação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15/03/2022 da Concessionária Linha Universidade S.A. Conselho de Administração. Assim, compete-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia e, especialmente: (i) Elaborar e submeter à Assembleia Geral, anualmente, plano de trabalho e plano de investimento da Companhia; (ii) Elaborar e submeter à Assembleia Geral, anualmente, o orçamento anual da Companhia e suas revisões; (iii) Submeter, anualmente, à apreciação da Assembleia Geral: o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem com a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior; (iv) Observar e executar as deliberações da Assembleia Geral e os termos deste Estatuto. **Parágrafo Segundo:** Exceto se de outra forma estabelecido em acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia, a celebração de quaisquer contratos, autorizações, pagamentos ou quaisquer outras ações gerenciais em nome da Companhia e na condução do seu objeto social das quais possam decorrer obrigações ou responsabilidades para a Companhia envolvendo montantes superiores a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) dependerá, para sua implementação e como condição de sua validade, de prévia e expressa autorização, por escrito, dos acionistas representando a maioria do capital social da Companhia, podendo tal autorização ser enviada pelos acionistas por meio de carta ou e-mail. **Artigo 15º.** Compete ao **Diretor Presidente:** (i) exercer a função de interlocutor da Companhia para todos os assuntos a serem tratados com o Poder Concedente e demais órgãos governamentais; (ii) planejar, coordenar, organizar e dirigir a política de recursos humanos; (iii) presidir as reuniões da Diretoria, definindo as diretrizes empresariais em conformidade com as políticas emanadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração; (iv) dirigir todos os negócios e a administração geral da Companhia; (v) coordenar e orientar a atividade de todos os demais Diretores nas suas respectivas áreas de competência; (vi) auxiliar na elaboração e acompanhamento dos planos de negócios, operacionais e de investimentos da Companhia; (vii) responder pelo acompanhamento dos resultados operacionais e pelas correções de rumos, quando necessário; (viii) manter os acionistas e conselheiros devidamente informados sobre o desenvolvimento das atividades da Companhia; (ix) zelar pela execução das deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da própria Diretoria; (x) coordenar a relação institucional e social da Companhia perante terceiros; e (xi) gerir e coordenar as políticas de governança corporativa. **Artigo 16º.** Compete ao **Diretor Financeiro: Área financeira:** (i) planejar, coordenar, organizar e dirigir as atividades da área financeira da Companhia, incluindo a prospecção de financiamento para a mesma; (ii) propor a empresa de auditoria externa que esteja cadastrada na CVM; (iii) coordenar o relacionamento com todas as entidades financeiras da Companhia, assim como empresas de seguro; (iv) executar e desenhar o plano de auditoria interna da Companhia; (v) auxiliar na elaboração do orçamento anual e do plano de negócios da Companhia; (vi) realizar as compras e os provisionamentos da Companhia, assim como a gestão do almoxarifado; (vii) analisar o cadastro e as informações financeiras e econômicas de subempresários, clientes e fornecedores para avaliar as operações econômicas e evitar a exposição da Companhia a riscos externos; (viii) gerir a tesouraria da Companhia, assim como seguimento das cobranças e pagamentos gerados na atividade empresarial; e (ix) realizar a administração de pessoal. **Área administrativa:** (i) preparar as demonstrações financeiras da Companhia, assim como os relatórios trimestrais e os relatórios exigidos por diferentes órgãos reguladores (tais como BACEN e CVM) e entidades financeiras; (ii) apoiar as unidades na implantação, operacionalização dos procedimentos e das atividades administrativas descentralizadas; (iii) coordenar a elaboração das normas ou instruções necessárias à estruturação e administração da Companhia; (iv) coordenar o arquivo central e o sistema de gestão documental; (v) coordenar a contabilidade, adotando as Normas Brasileiras de Contabilidade e Normas Internacionais (IAS); (vi) coordenar as rotinas de contabilidade, para assegurar o registro dos fatos, atendendo aos princípios contábeis, elaborando demonstrativos (balanços, balanços patrimoniais, demonstrativos de resultados e relatórios gerenciais); e (vii) cadastrar e arquivar a documentação legal da Companhia (contábil, fiscal, expedientes técnicos, jurídicos, de todos os departamentos). **Área de relacionamento com os investidores:** (i) conforme aplicável, representar a Companhia, perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais, competindo-lhe prestar informações aos investidores, de CVM e, se for o caso, às bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, conforme legislação aplicável; (ii) conforme aplicável, divulgar informações e comunicados à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados; (iii) conforme aplicável, prestar informações aos investidores; (iv) conforme aplicável, manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia, tudo em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM, e junto às Bolsas de Valores e demais órgãos de controle que atuam no mercado de capitais, nos quais a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados. Entrega de relatórios periódicos na CVM; (v) conforme aplicável, coordenar a realização do cadastro no BACEN dos investimentos que sejam realizados em cumprimento da normativa vigente. **Artigo 17º.** Compete ao **Diretor Técnico:** (i) elaborar e aprovar projetos e plano de concepção de engenharia das obras civis da Companhia, contemplando elementos suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o complexo das instalações civis, dos sistemas e de todo o material rodante. Contemplando sua perfeita e completa execução, com definição de método construtivo, especificação de materiais, equipamentos e sistemas. Em cumprimento ao cronograma previsto, aos anexos do Contrato de Concessão, ABNT ou, na sua falta, de normas internacionais e a legislação pertinente; (ii) coordenar e controlar o desenvolvimento e detalhamento dos projetos das obras aprovadas; (iii) coordenar a área de engenharia e as obras da Companhia; (iv) planejar, programar e controlar as obras de construção civil, incluindo: orçamentos, controle de custos, prazos, fiscalização e garantia da qualidade das referidas obras; (v) coordenar a execução das obras civis, instalação de sistemas e fornecimento de material rodante em cumprimento ao cronograma previsto, ao Contrato de Concessão e as especificações e procedimentos previstos nos Projetos de Concepção, bem como a legislação pertinente. **Artigo 18º.** Compete ao **Diretor de Operações:** (i) dirigir e coordenar a operação comercial do sistema metroviário, por meio do atendimento aos usuários, controle do desempenho e o intervalo entre os trens, monitoramento da energia do sistema e supervisão de todas as estações e equipamentos da rede; bem como as ações que envolverem os diversos setores, por meio de um Centro de Controle Operacional (CCO), com o correto funcionamento dos sistemas e equipamentos instalados ao longo da linha; (ii) elaborar e submeter à Diretoria, para a devida aprovação, as normas ou instruções necessárias ao monitoramento das condições de serviço de transporte de passageiros da linha do metrô, bem como os relatórios consolidados dos Sistemas de Ajuda aos Usuários, CCO, CBTC, apoio a fiscalização da arrecadação de bilhetes de metrô; (iii) coordenar os transportes de arrecadação de bilhetes de metrô; (iv) gerenciar a aquisição de equipamentos necessários à operação das estações e a infraestrutura metroviária; (v) gerenciar reparos, ajustes e aprimoramentos de rotina da linha do metrô, tais como

abertura e fechamento, limpeza, segurança, conservação das instalações (incluindo orçamentos, controle de custos, prazos, fiscalização e garantia da qualidade das referidas obras); e (vi) coordenar e controlar a política de manutenção voltada para as atividades preventivas e preditivas. **Artigo 19º.** Compete ao **Diretor de Administração Contratual:** (i) zelar pela execução plena do Contrato de Concessão e demais documentos da Concessão; (ii) apoiar a Diretoria Técnica no relacionamento com as áreas técnicas do Poder Concedente; (iii) dirigir e executar o atendimento aos prazos, resoluções, relatórios, cronogramas e monitoramento perante o Poder Concedente; (iv) dirigir a preparação de documentação técnica para viabilização de empréstimos perante os bancos financiadores, além da participação direta das negociações necessárias a estes pleitos; (v) gerenciar contratos de fornecimento de equipamentos e equipes terceirizadas de atendimento, dentro de um programa de procedimentos e normas de contratação; (vi) gerenciar todos os processos de licenciamento ambiental das obras, boca-foras, jazidas, canteiros perante os órgãos ambientais; (vii) dirigir a aplicação e execução das condicionantes ambientais pertinentes às licenças obtidas; (viii) dirigir a execução de programas ambientais e programas de reciclagem; (ix) gerenciar os temas de desapropriações e desocupações; (x) implantar, manter e coordenar o Sistema de Gestão de Qualidade, Meio Ambiente e Saúde e Segurança do Trabalho de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão; (xi) coordenar a migração do Sistema de Gestão da Qualidade e Meio Ambiente quando for necessário; (xii) acompanhar e monitorar o atendimento aos requisitos legais dos contratos; (xiii) gerenciar e realizar as auditorias internas baseadas nas normas existentes; (xiv) representar da alta direção para temas de Meio Ambiente, Qualidade, Saúde e Segurança do Trabalho. **Artigo 20º.** A Companhia será considerada representada: (i) por 2 (dois) Diretores, agindo conjuntamente; ou (ii) por procurador com poderes especiais e devidamente constituído, observados os limites estabelecidos em seu mandato. **Artigo 21º.** A Companhia, mediante a assinatura de 2 (dois) Diretores, agindo conjuntamente, sendo um deles necessariamente o Diretor Financeiro, poderá nomear e constituir procuradores, para quaisquer fins, devendo, todavia, constar do instrumento de mandato os poderes e o seu prazo de vigência, o qual deverá ser determinado ou vinculado ao período de duração de um evento específico, sem limite de tempo (e.g. validade equivalente à vigência de instrumentos financeiros), exceção feita no caso de proações *ad iudicia*, as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **Capítulo VII – Conselho Fiscal. Artigo 22º.** A Companhia terá um Conselho Fiscal, não permanente e, quando em funcionamento, será composto por 3 (três) membros efetivos e seus respectivos suplentes. **Parágrafo Primeiro.** Os honorários dos membros do Conselho Fiscal serão fixados pela Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo.** As atribuições do Conselho Fiscal são as fixadas em lei e seu funcionamento se verificará apenas nos exercícios em que a Assembleia Geral assim decidir. **Parágrafo Terceiro.** O Conselho Fiscal elegerá, dentre seus membros, o Presidente do Conselho Fiscal, ao qual caberá a representação, organização e coordenação de suas atividades. **Parágrafo Quarto.** Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos respectivos cargos mediante a assinatura de termo de posse, lavrado no Livro de Atas das Reuniões do Conselho Fiscal. **Parágrafo Quinto.** O quórum de instalação das reuniões do Conselho Fiscal é o da maioria dos membros em exercício e as deliberações serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos membros do Conselho Fiscal presentes à reunião. **Parágrafo Sexto.** Em caso de vacância no cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente assumirá o cargo pelo tempo remanescente do mandato do membro do Conselho Fiscal substituído. Em suas ausências ou impedimentos temporários, o membro do Conselho Fiscal será substituído pelo seu suplente, especificamente para cada reunião. O suplente em exercício fará jus à remuneração do efetivo, no período em que ocorrer a substituição, contado mês a mês. **Capítulo VIII – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucro. Artigo 23º.** O exercício social terá início em 1º (primeiro) de janeiro e terminará em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, findo o qual serão elaborados o balanço anual e as demonstrações financeiras exigidas em Lei. As demonstrações financeiras anuais da Companhia serão obrigatoriamente auditadas por auditores independentes registrados junto à CVM e observarão os preceitos legais e regulamentares aplicáveis e os princípios de contabilidade geralmente aceitos no Brasil. **Artigo 24º.** Do resultado do exercício apurado na forma da legislação em vigor serão deduzidos os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda. **Artigo 25º.** O saldo, após deduzidas as eventuais participações no resultado, configurará o lucro líquido do exercício que terá as seguintes destinações: (a) 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; (b) formação de reservas para contingências, caso haja necessidade; (c) constituição de reserva de lucros a realizar, se for o caso, na forma prevista pela legislação; (d) pagamento de dividendos anuais obrigatórios de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei de acordo com as deduções previstas nas alíneas "a", "b" e "c" anteriores, que serão declarados e pagos na forma da lei; e (e) a Assembleia Geral decidirá o destino remanescente do lucro líquido do exercício, nos termos da lei. **Parágrafo Primeiro.** Sem prejuízo do disposto no *caput* deste Artigo 25, as disposições do Acordo de Acionistas deverão ser observadas quando da destinação do lucro líquido do exercício. **Parágrafo Segundo.** Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do *caput* deste Artigo 25 serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que a situação financeira da Companhia permitir. **Parágrafo Terceiro.** O valor dos juros sobre o capital próprio pagos pela Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios de que trata este Artigo. **Artigo 26º.** A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em menor periodicidade, e com base neles e por deliberação do Conselho de Administração, decidir sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares. **Capítulo IX – Cessão e Transferência de Ações. Artigo 27º.** Qualquer emissão de ações ou transferência, direta ou indireta, de ações da Companhia que implique transferência de seu controle acionário, deverá observar os termos e condições do Edital, do Contrato de Concessão, bem como ser submetida à prévia anuência do Poder Concedente. **Parágrafo Único:** Sem prejuízo do disposto no *caput* deste Artigo 27, a alienação de ações da Companhia por seus acionistas, a qualquer título, deverá observar o disposto no Acordo de Acionistas. **Capítulo X – Autorização do Poder Concedente. Artigo 28º.** Não obstante qualquer outro dispositivo deste Estatuto Social em contrário, os seguintes atos somente poderão ser praticados pela Companhia ou por seus acionistas após prévia autorização do Poder Concedente: (a) quaisquer alterações no controle acionário da Companhia, seja por meio de modificação da composição acionária e/ou por meio de implementação de acordo de acionistas; (b) redução do capital social da Companhia; (c) propostas de emissão de títulos e valores mobiliários que contenham dispositivo de conversão em ações que impliquem alteração no controle da Companhia ou que tenham como garantia ações com direito de voto integrantes do grupo controlador; (d) operações de fusão, cisão, incorporação; ou (e) contratação de empréstimos ou obrigações cujos prazos de amortização excedam o prazo do Contrato de Concessão. **Capítulo XI – Resolução de Disputas. Artigo 29º.**

A Companhia, seus acionistas, conselheiros e Diretores obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou decorrente, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, no Acordo de Acionistas, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, conforme o caso ("Disputas"). **Parágrafo Primeiro:** As Disputas serão solucionadas por meio de arbitragem e será dirimido de acordo com o Regulamento de Arbitragem do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá ("Câmara") em vigor na data de apresentação do requerimento de arbitragem ("Regulamento"), observados os termos e disposições a respeito dos procedimentos de arbitragem constantes do Acordo de Acionistas e da Lei nº 9.307/96. **Parágrafo Segundo:** O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros ("Tribunal Arbitral"), sendo um indicado pelo requerente, ou requerentes, conjuntamente; e outro, pelo requerido, ou requeridos, conjuntamente, no prazo de 15 (quinze) dias contados da submissão do requerimento de arbitragem. Dentro de 15 (quinze) dias após a confirmação de seus nomes pela Câmara, os 2 (dois) árbitros indicados pelas partes deverão indicar o terceiro árbitro, que presidirá o Tribunal Arbitral. Caso qualquer das partes ou os árbitros indicados por elas deixem de proceder à indicação, esta será realizada de acordo com o Regulamento. **Parágrafo Terceiro:** A arbitragem deverá ser conduzida no idioma inglês, podendo as partes da arbitragem produzir provas em português ou inglês, sem a necessidade de tradução. A arbitragem terá sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde a sentença arbitral deverá ser proferida. Os árbitros não terão poderes para decidir qualquer Disputa com base em regras de equidade. **Parágrafo Quarto:** Todos os custos e despesas relativos ao procedimento arbitral serão divididos e pagos equitativamente pelas partes da arbitragem durante o procedimento de acordo com o Regulamento. A sentença arbitral poderá, ao final, atribuir à parte perdedora, ou a ambas as partes, na proporção do sucesso de seus pedidos, os custos e despesas da arbitragem, incluindo honorários dos árbitros, taxas da Câmara e honorários de eventuais peritos. **Parágrafo Quinto:** A sentença arbitral será final e resolverá definitivamente a Disputa entre as partes da arbitragem e, tal como quaisquer ordens ou medidas determinadas pelo Tribunal Arbitral, vinculará as partes da arbitragem e seus sucessores. **Parágrafo Sexto:** Sem prejuízo da presente cláusula arbitral, é eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo – renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja – para processar e julgar quaisquer demandas relativas à: (i) execução de obrigações certas e exigíveis, submetidas ao processo de execução; (ii) concessão de medidas cautelares e de urgência, anteriormente à constituição do Tribunal Arbitral; (iii) execução de ordens ou medidas determinadas pelo Tribunal Arbitral desrespeitadas pelas partes da arbitragem; (iv) execução da sentença arbitral; e (v) quaisquer outras medidas judiciais previstas pela Lei nº 9.307/96. **Parágrafo Sétimo:** Antes da constituição do Tribunal Arbitral, caberá à Câmara consolidar múltiplas Disputas em um único procedimento arbitral, de acordo com o Regulamento, a pedido de uma das partes. Depois da constituição do Tribunal Arbitral, a fim de facilitar a resolução de disputas relacionadas, este poderá, a pedido de uma das partes, consolidar o procedimento arbitral com qualquer outro procedimento arbitral pendente que envolva a resolução de disputas oriundas deste Estatuto Social, do Acordo de Acionistas e/ou a qualquer outro instrumento relacionado, independentemente de a Disputa envolver as mesmas partes. O Tribunal Arbitral consolidará os procedimentos desde que (i) as cláusulas compromissórias sejam compatíveis entre si; e (ii) a consolidação nessas circunstâncias não resulte em prejuízos a qualquer das partes dos procedimentos consolidados. A competência para determinar a consolidação dos procedimentos e conduzir o procedimento consolidado será do primeiro Tribunal Arbitral constituído. **Parágrafo Oitavo:** A arbitragem será confidencial e as partes da arbitragem não deverão revelar a nenhum terceiro qualquer informação ou documentação apresentada na arbitragem que não seja de domínio público, ou provas ou materiais produzidos em razão da arbitragem, ou qualquer ordem ou sentença proferida na arbitragem, exceto, e apenas na medida em que tal revelação: (i) decorra de força de lei ou da ordem de qualquer autoridade governamental; ou (ii) seja necessária para (a) execução de obrigações certas e exigíveis, submetidas ao processo de execução; (b) concessão de medidas cautelares e de urgência, anteriormente à constituição do Tribunal Arbitral; (c) execução de ordens ou medidas determinadas pelo Tribunal Arbitral desrespeitadas pelas partes da arbitragem; (d) execução da sentença arbitral; e (e) quaisquer outras medidas judiciais previstas pela Lei nº 9.307/96. **Capítulo XII – Disposições Gerais. Artigo 30º.** Na forma do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia observará o acordo de acionistas arquivado na sua sede ("Acordo de Acionistas"), cabendo à administração zelar pelo seu cumprimento, abstendo-se de registrar transferência de ações e/ou quaisquer outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, exercício de direitos de preferência na subscrição de ações e/ou valores mobiliários ou, ainda, a criação de qualquer ônus sobre as ações e/ou os valores mobiliários da Companhia contrários às suas disposições. Os presidentes das assembleias, das reuniões do Conselho de Administração e das reuniões de Diretoria não computarão os votos proferidos em infração ao Acordo de Acionistas. **Parágrafo Primeiro:** As obrigações e responsabilidades resultantes do Acordo de Acionistas serão válidas e obrigatórias para todos os membros do Acordo de Acionistas, tendo sido devidamente averbado nos livros de registro da Companhia. Os administradores da Companhia zelarão pela observância do Acordo de Acionistas e o presidente da Assembleia Geral, reuniões do Conselho de Administração e/ou reuniões de Diretoria deverá agir de acordo com o estabelecido na lei aplicável. **Parágrafo Segundo:** Na hipótese de qualquer conflito entre as disposições deste Estatuto Social e do Acordo de Acionistas, as disposições do Acordo de Acionistas deverão prevalecer, até o limite permitido pela legislação aplicável. **Parágrafo Terceiro:** Caso o Acordo de Acionistas implique alteração de controle acionário da Companhia, sua celebração e sua eficácia ficarão condicionadas à autorização da STM ou outra entidade por ela designada. **Artigo 31º.** Em caso de intervenção da STM, ou outra entidade por ela designada, na Companhia, nas hipóteses previstas em lei, o interventor nomeado pelo Poder Concedente terá poder de decisão na Companhia enquanto perdurar a intervenção. **Artigo 32º.** É vedada a contratação de obrigações garantidas por direitos emergentes oriundos da concessão objeto do Contrato de Concessão em níveis que comprometam a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço objeto do Contrato de Concessão. **Artigo 33º.** Os seguintes documentos permanecerão à disposição dos acionistas na sede da Companhia: (i) contratos firmados pela Companhia e suas partes relacionadas; (ii) o Acordo de Acionistas; e (iii) documentos relativos a quaisquer programas de opções de compra de ações, títulos ou outros valores mobiliários de emissão da Companhia. **Artigo 34º.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada, e demais disposições legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis. **Mesa: André Lima de Angelo** – Presidente; **Javier Serrada Quiza** – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 206.895/22-7 em 26/04/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

## C.L.G. Empreendimento Imobiliário - SPE S.A.

CNPJ nº 09.126.928/0001-91  
RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição da sede da Companhia. São Paulo, 28 de abril de 2022. **A Administração**

**Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

BALANÇO PATRIMONIAL		DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
	2021	2020		2021	2020		2021	2020	
<b>ATIVO</b>									
<b>Circulante</b>									
Caixa e equivalentes de caixa	1.103.796	301.357	Receita líquida	10.867.879	11.885.679	Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Contas a receber	2.438.659	2.293.118	<b>Despesas operacionais</b>			Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	8.916.456	10.288.057	
Estoques de imóveis concluídos	-	4.354.586	Gerais e administrativas	(2.129.280)	(1.597.774)	<b>(Aumento) Redução nos ativos operacionais:</b>			
Créditos diversos	27.834	29.292	Outras receitas operacionais	200.635	-	Contas a receber	(145.541)	(1.076.334)	
	<b>3.570.289</b>	<b>6.978.353</b>	<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>8.939.235</b>	<b>10.287.905</b>	Créditos diversos	1.458	(12.783)	
<b>Não circulante</b>			Despesas financeiras	(29.951)	(15.057)	Depósitos Judiciais	(13.032)	-	
Depósitos judiciais	13.032	-	Receitas financeiras	7.173	15.209	<b>Aumento (Redução) nos passivos operacionais:</b>			
Sociedade conta de participação	31.852.080	31.852.080	<b>Resultado financeiro</b>	<b>(22.778)</b>	<b>152</b>	Fornecedores	(54.228)	54.344	
Propriedades para investimento	93.040.771	93.040.771	<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>8.916.456</b>	<b>10.288.057</b>	Obrigações trabalhistas e tributárias	91.932	(54.841)	
	<b>124.905.883</b>	<b>124.892.851</b>	Imposto de renda e contribuição social	(1.210.286)	(1.209.167)	Contas a pagar - caução	774.677	(335.997)	
<b>Total do ativo</b>	<b>128.476.172</b>	<b>131.871.205</b>	<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>7.706.170</b>	<b>9.078.890</b>	<b>Caixa originado das operações</b>	<b>9.571.722</b>	<b>8.862.445</b>	
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			Outros resultados abrangentes	-	-	Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.210.286)	(1.209.167)	
<b>Circulante</b>			<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>7.706.170</b>	<b>9.078.890</b>	<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>8.361.435</b>	<b>7.653.278</b>	
Fornecedores	1.804	56.032	<b>DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Obrigações trabalhistas e tributárias	398.724	306.792				Empréstimos com pessoas ligadas	(290.000)	290.000	
Contas a pagar - caução	1.263.398	488.721				Dividendos distribuídos	(7.268.997)	(8.616.497)	
Empréstimos com partes relacionadas	-	290.000				<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(7.558.997)</b>	<b>(8.326.497)</b>	
	<b>1.663.926</b>	<b>1.141.546</b>				<b>Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>802.439</b>	<b>(673.218)</b>	
<b>Não circulante</b>						<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			
Obrigações com Investidores - SCP	31.852.080	36.206.666				Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	301.357	974.576	
	<b>31.852.080</b>	<b>36.206.666</b>				Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.103.796	301.357	
<b>Patrimônio líquido</b>						<b>Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>802.439</b>	<b>(673.218)</b>	
Capital social	93.303.578	93.303.578				<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>			
Reserva legal	1.530.427	1.145.118				<b>1. Contexto Operacional</b> – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, consistentes de 25 unidades autônomas "galpões" do condomínio denominado CLG Centro Logístico Guarulhos, localizado na Rodovia Presidente Dutra, esquina com a Avenida Dona Carmela Dutra, na cidade de Guarulhos, SP.			
Reserva de lucros	126.162	74.297				<b>2. Base de preparação</b> – As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 28 de abril de 2022.			
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>128.476.172</b>	<b>131.871.205</b>							



## Matrix Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

CNPJ nº 17.858.631/0001-49

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

Balancos patrimoniais		Demonstração dos resultados		Demonstrações dos fluxos de caixa		
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>Ativo</b>					<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	
<b>Circulante</b>	<b>1.068.276</b>	<b>682.093</b>	Receita líquida	2.110.690	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.566
Caixa e equivalentes de caixa	97.006	182.658	Custo de energia comprada	(2.055.562)	<b>Ajustes:</b>	49.826
Contas a receber	190.868	180.969	<b>Lucro bruto</b>	<b>55.128</b>	Depreciação e amortização	749
Valor justo dos contratos de energia	755.797	291.137	<b>Despesas operacionais</b>		Provisão de Juros	16.773
Tributos a recuperar	2.630	863	Geraias, comerciais e administrativas	(25.456)	Variação cambial	181
Instrumentos financeiros derivativos	6.762	4.363	<b>Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro</b>	<b>29.672</b>	Variáveis de valor justo derivativos	36.284
Adiantamento a fornecedores	14.617	19.663	Resultado financeiro, líquido	(16.106)	<b>Resultado ajustado</b>	<b>28.498</b>
Outros créditos	596	2.440	<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>13.566</b>	<b>Variáveis nos ativos e passivos</b>	<b>96.524</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>689.461</b>	<b>724.324</b>	Correntes	-	Fornecedores e valor justo dos contratos de energia	384.699
Adiantamento a fornecedores	110.002	116.530	Diferidos	(3.567)	Contas a receber e valor justo dos contratos de energia	(439.647)
Valor justo dos contratos de energia	563.492	598.404	<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>9.999</b>	PIS e COFINS diferidos sobre valor justo dos contratos de energia	5.814
Impostos a recuperar	311	628	<b>Quantidade média ponderada de ações ao final do exercício</b>	<b>20.000</b>	Impostos a recuperar	(1.450)
Outros créditos	-	480	<b>Lucro líquido por ação - R\$</b>	<b>0,5000</b>	Adiantamento a fornecedores	11.574
Investimentos	4.376	4.376			Outros créditos	2.324
Imobilizado	1.551	1.428			Outras obrigações	320
Intangível	9.729	2.478			Adiantamento a clientes	(13.269)
<b>Total do ativo</b>	<b>1.757.737</b>	<b>1.406.417</b>			<b>Caixa aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais</b>	<b>(21.000)</b>
<b>Passivo</b>					Juros Pagos	(25.706)
<b>Circulante</b>	<b>949.042</b>	<b>692.692</b>			Imposto de renda e contribuição social pagos	-
Fornecedores	193.711	180.315	<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>		<b>Fluxo de caixa aplicado nas (gerados pelas) atividades operacionais, líquido</b>	<b>(46.706)</b>
Empréstimos	86.486	109.649			<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>	
Empréstimos - partes relacionadas	-	97.795			Aquisição de imobilizado e intangíveis	(8.123)
Instrumentos financeiros derivativos	-	372			<b>Fluxo de caixa aplicado na atividade de investimento</b>	<b>(8.123)</b>
Valor justo dos contratos de energia	641.937	267.474			Integração de capital social	65.000
Obrigações trabalhistas	988	827			Captação de empréstimos	25.175
Obrigações tributárias	6.498	6.522			Pagamento de empréstimos - principal	(11.926)
Adiantamento de clientes	18.829	29.465			Dividendos pagos	(9.072)
Outras obrigações	593	273			<b>Fluxo de caixa aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamento</b>	<b>(30.823)</b>
<b>Não circulante</b>	<b>494.170</b>	<b>465.127</b>			<b>Redução (aumento) de caixa e equivalente de caixa, líquido</b>	<b>(85.652)</b>
Empréstimos	71.312	120.309			Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	182.658
Empréstimos - partes relacionadas	83.619	9.167			Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	97.006
Valor justo dos contratos de energia	170.027	173.187			<b>Redução (aumento) de caixa e equivalente de caixa, líquido</b>	<b>(85.652)</b>
Tributos diferidos	169.212	159.831				
Adiantamento de clientes	-	2.633				
<b>Total do passivo</b>	<b>1.443.212</b>	<b>1.157.819</b>				
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>314.525</b>	<b>248.598</b>				
Capital social	195.000	130.000				
Reservas de lucros	119.525	118.598				
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>1.757.737</b>	<b>1.406.417</b>				

## CLIR Empreendimento Imobiliário - SPE S.A.

CNPJ nº 16.833.685/0001-97

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição da sede da Companhia. São Paulo, 28 de abril de 2022.

## Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL		DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>ATIVO</b>					<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	
<b>Circulante</b>			Receita de aluguel de imóveis	32.074.454	Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	28.694.460
Caixa e equivalentes de caixa	323.454	1.874.401	(-) Deduções da receita	(1.788.115)	<b>Ajustes para conciliar o resultado do caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais:</b>	24.094.782
Contas a receber	8.324.736	5.973.323	Receita líquida	<b>30.286.339</b>	Depreciação	8.718
Tributos a recuperar	19.083	19.083	<b>Receitas e despesas operacionais</b>		<b>(Aumento) Redução nos ativos operacionais:</b>	
Creditos diversos	1.652	-	Geraias e administrativas	(1.670.208)	Contas a receber	(2.351.413)
	<b>8.668.925</b>	<b>7.866.807</b>	Outras despesas e receitas	96.934	Créditos diversos	(1.652)
<b>Não circulante</b>			<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>28.713.066</b>	Tributos a recuperar	4.633
Partes relacionadas	21.920	-	Despesas financeiras	(29.737)	Outros ativos	(81.150)
Depósitos judiciais	24.091	24.091	Receitas financeiras	11.131	<b>Aumento (Redução) nos passivos operacionais:</b>	
Outros ativos	81.150	-	<b>Resultado financeiro</b>	<b>(18.606)</b>	Fornecedores	29.174
Propriedades para investimento	82.951.089	80.802.985	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<b>28.694.460</b>	Obrigações trabalhistas e tributárias	2.439
Imobilizado	60.735	69.453	Imposto de renda e contribuição social	(3.142.236)	Contas a pagar - caução	138.554
	<b>83.138.986</b>	<b>80.896.529</b>	<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>25.552.224</b>	Outras contas a pagar	32.392
<b>Total do ativo</b>	<b>91.807.911</b>	<b>88.763.336</b>	Outros resultados abrangentes	-	<b>Caixa originado das operações</b>	<b>25.836.877</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>25.552.224</b>	Imposto de renda e Contribuição social pagos	(3.142.236)
<b>Circulante</b>					<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>22.694.641</b>
Fornecedores	30.606	1.432			<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	
Obrigações trabalhistas e tributárias	875.806	873.367			Propriedades para investimento	(2.148.104)
Contas a pagar - caução	735.650	1.140.249			<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(2.148.104)</b>
Outras contas a pagar	-	59.100			<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	
	<b>1.642.063</b>	<b>2.074.148</b>			Dividendos distribuídos	(24.207.624)
<b>Não circulante</b>					Sociedade em conta de participação	2.132.061
Sociedade em conta de participação	2.132.061	-				(2.920)
	<b>2.132.061</b>				<b>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamentos</b>	<b>(22.097.483)</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					<b>Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.550.946)</b>
Capital social	84.171.825	84.171.825			Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.874.401
Reserva legal	3.619.314	2.341.899			Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	323.454
Reserva de lucros	242.648	175.464			<b>Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.550.946)</b>
	<b>88.033.787</b>	<b>86.689.188</b>				
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>91.807.911</b>	<b>88.763.336</b>				

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional - A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, consistentes de 31 unidades designadas "galpões"

do "Centro Logístico Imigrantes", situado na Rodovia Imigrantes, KM 26, Bairro Alvarenga, cidade de São Paulo/SP. 2. Base de preparação - As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 28 de abril de 2022.

**DIRETORIA**  
Cláudio Kluger - Diretor  
CPF 294.840.928-45  
Ronaldo Pires da Silva  
CRC-SP 164536/O-7

## CLO Rodoanel Osasco SPE S.A.

CNPJ nº 29.967.703/0001-75

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição da sede da Companhia. São Paulo, 28 de abril de 2022.

## Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL		DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>ATIVO</b>					<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	
<b>Circulante</b>			Receita líquida	8.582.820	Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	5.374.285
Caixa e equivalentes de caixa	2.447.652	-	<b>Despesas operacionais</b>		<b>Ajustes para conciliar o fluxo de caixa</b>	
Contas a receber	520.000	-	Geraias e administrativas	(6.588.108)	<b>(Aumento) Redução nos ativos operacionais:</b>	
Estoque de imóveis	-	34.498.000	Outras receitas operacionais	3.378.183	Contas a receber	(520.000)
Partes relacionadas	128.660	2.000	<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>5.372.896</b>	<b>Aumento (Redução) nos passivos operacionais:</b>	
	<b>3.096.312</b>	<b>34.500.000</b>	Despesas financeiras	(1.401)	Obrigações trabalhistas e tributárias	775.981
<b>Não circulante</b>			Receitas financeiras	2.790	Contas a pagar - caução	2.118.300
Propriedades para investimento	126.770.000	-	<b>Resultado financeiro</b>	<b>1.390</b>	<b>Caixa originado das operações</b>	<b>7.748.566</b>
	<b>126.770.000</b>		Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<b>5.374.285</b>	Imposto de renda e contribuição social pagos	(889.354)
<b>Total do ativo</b>	<b>129.866.312</b>	<b>34.500.000</b>	Imposto de renda e contribuição social	(889.354)	<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>6.859.212</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>4.484.931</b>	<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	
<b>Circulante</b>			Outros resultados abrangentes	-	Empréstimos com pessoas ligadas	(126.560)
Obrigações trabalhistas e tributárias	775.981	-	<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>4.484.931</b>	Dividendos distribuídos	(4.285.000)
Contas a pagar - caução	2.118.300	-			<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(4.411.560)</b>
Empréstimos com partes relacionadas	100	-			<b>Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.447.652</b>
	<b>2.894.381</b>				<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	
<b>Patrimônio líquido</b>					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Capital social	126.772.000	34.500.000			Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.447.652
Reserva legal	198.247	-			<b>Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.447.652</b>
Reserva de lucros	1.684	-				
	<b>126.971.931</b>	<b>34.500.000</b>				
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>129.866.312</b>	<b>34.500.000</b>				

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
1. Contexto Operacional - A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, composto por 36 unidades autônomas "galpões" do condomínio denominado CLO Centro Logístico Osasco, localizado na Avenida Leonil Crê Bortolosso, nº945, Bairro São Pedro, Osasco - SP. 2. Base de preparação - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 28 de abril de 2022.



**Perflor S.A., Construções, Indústria e Comércio**  
CNPJ nº 05.476.154/0001-78

**Relatório da Administração (Em Milhares de Reais)**

**Prezados Senhores Acionistas,** Submetemos à apreciação de V.Sas. e ao público em geral, as Demonstrações Financeiras Patrimoniais (D.F.P.'s) com as respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes sobre a auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o Relatório da Administração contendo os principais destaques do exercício. Os valores deste relatório estão apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Mercado:** A Perflor S.A. Construções Indústria e Comércio é uma empresa que atua no mercado da construção civil, sendo reconhecida pelo alto padrão de qualidade e de excelência como fornecedora de sistemas construtivos metálicos, especializada em soluções para coberturas e fachadas. A Perflor possui a expertise para auxiliar seus clientes na tomada de decisão sobre projetos e na especificação de produtos de sua ampla gama de perfis. A fabricação e fornecimento de formas colaborantes para lajes mistas de concreto (steel deck) complementam os diversificados sistemas desenvolvidos pela empresa. O volume de produtos faturados (tons) em 2021 foi 30% maior comparado ao exercício anterior. A receita operacional líquida foi 123% maior, R\$ 248.853 em 2021 e R\$ 111.630 em 2020. A maior variação da receita se deve aos sucessivos aumentos dos preços do aço ocorridos no ano. Para o ano de 2022 o volume estimado de vendas é 5% maior que o volume realizado em 2021. A Perflor, com o respaldo de seus acionistas, está investindo na aquisição de equipamentos, desenvolvimento de novos produtos e estratégias de marketing agressivas, com o objetivo de manter o constante crescimento de sua participação de mercado da construção civil.

Indicadores (acumulados no período)	Análise		Análise		Variação 2021/2020
	2021	Vertical	2020	Vertical	
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>248.853</b>	100%	<b>111.630</b>	100%	<b>123%</b>
Custo dos produtos vendidos	(192.906)	(78%)	(95.257)	(85%)	103%
<b>Resultado bruto</b>	<b>55.947</b>	22%	<b>16.373</b>	15%	<b>242%</b>
Despesas operacionais líquidas	(16.552)	(7%)	(8.868)	(8%)	87%
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>	<b>39.395</b>	16%	<b>7.505</b>	7%	<b>425%</b>
Resultado financeiro	(124)	0%	95	0%	-
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>39.271</b>	16%	<b>7.600</b>	7%	<b>417%</b>
Imposto de renda e contribuição social	(9.241)	(4%)	(1.927)	(2%)	380%
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>30.030</b>	12%	<b>5.673</b>	5%	<b>429%</b>
<b>Lucro/Prejuízo líquido básico e diluído por ação</b>	<b>0,520</b>		<b>0,098</b>		

	2021	2020
<b>EBIT/EBITDA</b>	<b>39.271</b>	<b>5.673</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>39.271</b>	<b>5.673</b>
Despesas financeiras	352	292
Receitas financeiras	(228)	(387)
<b>EBIT</b>	<b>39.395</b>	<b>5.578</b>
Depreciação e Amortização	1.257	1.252
<b>EBITDA</b>	<b>40.652</b>	<b>6.830</b>

**Política da qualidade:** A Companhia está certificada pela NBR-ISO 9001:2015, com escopo voltado à fabricação e comercialização de produtos e sistemas metálicos para construção civil. **Política de recursos humanos:** A empresa oferece aos seus colaboradores benefícios sociais significativos, dentre os quais destacamos: programa de alimentação subsidiado, transporte coletivo, seguro de vida em grupo, assistência médica e odontológica extensiva aos dependentes e pagamento de prêmios anuais individuais à título de PLR. **Relacionamento com Auditores Independentes:** A empresa adota a política de não contratar serviços que possam gerar conflitos de interesses com os serviços de auditoria. Em atendimento à instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, informamos que na empresa não há nenhum contrato com nossos auditores independentes ou por partes relacionadas com o auditor independente, de qualquer serviço que não seja de auditoria externa. **Declaração da Diretoria:** Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Lorena SP, 27 de abril de 2022.

**Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)**

Balço Patrimonial				Demonstração do Resultado			
Ativo	Nota explicativa	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2021	2020
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.140	2.573	Fornecedores	11	40.145	16.530
Contas a receber de clientes	6	22.690	10.687	Impostos e contribuições a recolher		31	32
Estoques	7	52.577	26.226	Salários, férias e encargos sociais a pagar		713	627
Impostos a recuperar	8	10.227	4.695	Adiantamentos de clientes	24	7.300	14.538
Outros créditos	25	3.771	84	Imposto de renda e contribuição social a recolher		328	103
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>91.405</b>	<b>44.265</b>	Dividendos mínimos obrigatórios	14.c	1.525	-
<b>Não circulante</b>				Outras contas a pagar		736	386
Depósitos judiciais		15	195	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>50.778</b>	<b>32.216</b>
Impostos a recuperar	8	6.049	5.065	<b>Patrimônio líquido</b>			
Imobilizado	9	15.790	16.641	Capital social	14.a	57.705	57.705
Intangível	10	122	148	Retenção de lucros	14.b	4.577	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>21.976</b>	<b>22.049</b>	Reserva legal	14.c	321	-
<b>Total do ativo</b>		<b>113.381</b>	<b>66.314</b>	Prejuízos acumulados		-	(23.607)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>62.603</b>	<b>34.098</b>
				<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>113.381</b>	<b>66.314</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

	Nota	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	(Prejuízos) lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019		57.705	-	-	(29.280)	28.425
Lucro líquido do exercício		-	-	-	5.673	5.673
Saldos em 31 de dezembro de 2020		57.705	-	-	(23.607)	34.098
Lucro líquido do exercício		-	-	-	30.030	30.030
Outros resultados abrangentes:		-	-	-	-	-
Reserva legal	14.c	-	321	-	(321)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14.c	-	-	-	(1.525)	(1.525)
Retenção de lucros	14.b	-	-	4.577	(4.577)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<b>57.705</b>	<b>321</b>	<b>4.577</b>	<b>-</b>	<b>62.603</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do Resultado Abrangente**

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	30.030	5.673
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>30.030</b>	<b>5.673</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**

	Nota	2021	2020
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social		39.271	7.600
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa originário das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	9 e 10	1.257	1.252
Juros sobre operações mercantis com partes relacionadas	12	258	-
Reversão de provisões para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	6	(854)	245
<b>39.932</b>		<b>9.097</b>	
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	6	(7.225)	3.733
Estoques	7	(26.351)	(14.018)
Partes relacionadas	6	(3.924)	227
Tributos a recuperar	8	(6.516)	(1.825)
Depósito judicial		180	1
Outros créditos, despesas antecipadas		(3.687)	(17)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores	11	1.741	(5)
Partes relacionadas	12	21.616	(5.093)
Impostos e contribuições a recolher		-	(679)
Salários, férias e encargos sociais a pagar		86	47
Adiantamentos de clientes		(7.238)	12.201
Outras exigibilidades e demais contas		350	(79)
<b>(30.968)</b>		<b>(5.507)</b>	
Impostos de renda e contribuição social pagos		<b>(9.016)</b>	<b>(1.887)</b>
<b>(9.016)</b>		<b>(1.887)</b>	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(52)	1.703
Fluxo de caixa de operações de investimentos:			
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	9 e 10	(381)	(299)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		(381)	(299)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(433)	1.404
Caixa e equivalente de caixa - no início do exercício		2.573	1.169
Caixa e equivalente de caixa - no fim do exercício		2.140	2.573
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(433)	1.404

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**1. Contexto operacional**  
A Perflor S.A. Construções, Indústria e Comércio ("Companhia") iniciou suas atividades em 2003, resultado da aliança estratégica entre duas grandes e tradicionais companhias do setor industrial, ARCELORMITTAL (AM) e TEKNO. A Companhia tem como principal atividade a industrialização e comercialização de telhas, painéis isotérmicos e perfis metálicos de aço, utilizados na cobertura e fechamento de imóveis industriais e comerciais. A sede da Companhia está localizada na Av. Dr. Peixoto de Castro, sem número, quadra I-6, GLB na cidade de Lorena - SP, ocupando um terreno de 46 mil m² e 9 mil m² de área construída, onde está localizada a área industrial. A planta possui uma moderna linha de perfilação totalmente automatizada e projetada para trabalhar com chapas de aço pré-pintadas ou in natura. Conta também com uma das mais modernas e tecnológicas linhas contínuas de injeção de painéis termo isolantes do Brasil. A Companhia adotou ações efetivas e conseguiu reverter a tendência de resultados negativos: (i) novas estratégias de mercado e política mais agressiva de vendas; (ii) redução de custos diretos (embalagens/matéria-prima) e indiretos; (iii) desenvolvimento e oferta de novos produtos. A Companhia conta com apoio financeiro para o cumprimento de seus compromissos e despesas de curto prazo, por meio da extensão e flexibilização dos prazos de pagamento de matéria-prima - aço e serviços de pintura - adquiridos de suas controladoras ArcelorMittal e Tekno. Conforme divulgado na nota 10 - Fornecedores, o saldo em 31 de dezembro de 2021 é composto por 76% (setenta e seis por cento) de títulos da ArcelorMittal, 16% (dezesseis por cento) da Tekno e 8% (oito por cento) de outros fornecedores. **Covid-19:** A Companhia acompanhou desde o início de 2020 a propagação do Novo Coronavírus ("Covid-19") ao redor do mundo, principalmente no Brasil e região do Vale do Paraíba, onde está instalada. Foram adotadas medidas de controle atendendo às recomendações do Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde, assim como às ações estabelecidas pelo Grupo ArcelorMittal para suas controladas, dentre elas: • Rigor na higienização do ambiente de trabalho e disponibilização de álcool 70% em gel em todas as áreas da planta; • Distribuição de máscaras protetivas para os colaboradores e fiscalização; • Aquisição de medidor de temperatura corpórea para utilização na portaria; • Testagem RT-PCR nos casos sintomáticos e em possíveis contatos; • Marcação de distanciamento social nas áreas comuns e colocação de divisórias de acrílico no refeitório; • Afastamento dos colaboradores pertencentes aos Grupos de Risco com implantação de home-office; • Reforço nas publicações internas com informações de prevenção à Covid-19; • Cancelamento de reuniões presenciais e participação em treinamentos internos e externos, utilizando-se dos meios eletrônicos para realizar os contatos de trabalho. As restrições estão sendo flexibilizadas gradativamente seguindo a orientação dos órgãos oficiais de saúde pública. Foram avaliados os riscos e incertezas relacionadas à pandemia e não foi identificado nenhum impacto relevante que alterasse as premissas e pressupostos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras e o orçamento de 2022, não havendo riscos de continuidade nem de necessidade de ajustes de estimativas contábeis que possam produzir efeitos significativos nos negócios da Companhia e consequentemente em sua posição patrimonial e financeira. Ao contrário, as vendas e faturamento em 2021 seguiram em crescimento, apesar da pandemia.

**2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras**  
**2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de abril de 2022. **2.2. Bases de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3. Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Quando existentes, transações em moeda estrangeira são convertidas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

**3. Principais julgamentos contábeis de incertezas sobre estimativas**  
A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. O processo de preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos e estimativas críticos, referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. **3.1. Vida útil do ativo imobilizado:** A Companhia reconhece a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo. **3.2. Redução dos valores de recuperação dos ativos:** A cada encerramento de exercício, a Companhia revisa os saldos do ativo imobilizado, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. **3.3. Provisão para realização dos estoques:** A provisão para realização dos estoques é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas fixas incorridas nos esforços de vendas. **3.4. Perda por redução ao valor recuperável:** É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Empresa para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. É adotado o critério de constituir perdas para a totalidade dos títulos junto a clientes concordatários e/ou falidos e "análise individual por cliente" exceto para o caso de clientes tradicionais e regulares, em geral construtores que operam em obras onde predominantemente o pagamento ocorre pelo sistema de medição, o qual pode sofrer atrasos por questões contratuais, climáticas ou governamentais, no caso de obras públicas. **3.5. Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 12. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. **3.6. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor, levando em consideração os benefícios fiscais. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro.

**4. Principais políticas contábeis**  
O sumário das principais práticas contábeis aplicadas para as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as quais foram aplicadas de forma consistente nestes exercícios são como segue: **4.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras possuem prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação, têm liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é determinado levando-se em consideração serem, essas aplicações financeiras, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estarem sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo dessas aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo. **4.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. A provisão para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. **4.3. Estoques:** Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido

de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada para estes. **4.4. Imobilizado:** É avaliado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, à exceção de terrenos e construções em andamento, acrescidos dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores sejam mensuráveis de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. As vidas úteis do ativo imobilizado são as seguintes:

	Anos
Edifícios e construções	25%
Máquinas e equipamentos	10%
Veículos	20%
Instalações industriais	10%
Ferramentas e utensílios	10%
Móveis e utensílios administrativos e industriais	20%
Sistemas e equipamentos de informática	20%
Benefícios em propriedade de terceiros	25%

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício ou período em que ocorre a alienação ou baixa. **4.5. Redução ao valor recuperável - Impairment:** No fim de cada exercício, a Administração analisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Empresa calcula o montante recuperável



**Perfil S.A., Construções, Indústria e Comércio**

da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **4.6. Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor do dinheiro no tempo é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados serem recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **4.7. Tributos:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **Tributos correntes:** A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculada pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre a base tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. **Tributos diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor do que as estimativas consideradas, quando da definição da necessidade e do montante a ser registrado de ativo fiscal. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado na data do balanço e reduzido quando não for mais provável que haja lucro tributável disponível para permitir que todo o ativo, ou parte dele, seja recuperado. **Tributos sobre as vendas:** Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **4.8. Receita operacional:** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, quando for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, os custos associados podem ser estimados de maneira confiável, quando não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **4.9. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem e contas a receber de clientes (incluindo partes relacionadas). **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos obrigatoriamente mensurados ao valor justo. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço, são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas no resultado, quando incorridos, como receitas ou despesas financeiras. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores (incluindo partes relacionadas), "leasing" mercantil financeiro e empréstimos e financiamentos. **4.10. Novos pronunciamentos contábeis:** Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021: Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2021 pelo "International Accounting Standards Board - IASB", foram aplicados pela Empresa nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021: • IFRS - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00(R2)) - Conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação, bases de mensuração, objetivos do relatório financeiro e informação útil. A Empresa avaliou os impactos do IFRS e entende que sua adoção não provocou um impacto relevante nas demonstrações financeiras. • Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de Negócios - Melhora a definição de negócio, ajudando na determinação se a aquisição é de um grupo de ativos ou de um negócio. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa. • Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de Omissão Material - A nova definição estabelece que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurcimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras". Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa. **Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. A Empresa não espera que as seguintes normas alteradas e interpretações terão impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa: • Contratos de Seguros - IFRS 17. • Classificação de passivos como circulante ou não circulante - Alterações ao IAS 1.

**6. Contas a receber de clientes**

a) Composta por:

Contas a receber de clientes - terceiros	2021	2020
Total	23.040	15.815
Partes relacionadas (Nota 12)	5.688	1.764
(-) Provisão para perdas de pôr redução ao valor recuperável	(6.038)	(6.892)
	22.690	10.687

Em 31 de dezembro, os saldos de contas a receber estão compostos, por vencimento, como seguem:

	2021	2020
A vencer:		
De 1 a 30 dias	5.852	7.032
De 31 a 60 dias	11.914	3.170
De 61 a 90 dias	3.241	314
Acima de 90 dias	1.827	-
Total a vencer	22.834	10.516
Vencidos:		
Vencidos de 1 a 30 dias	2.992	170
Vencidos de 31 a 60 dias	249	-
Vencidos de 61 a 90 dias	161	3
Vencidos de 91 a 180 dias	130	114
Vencidos há mais de 181 dias	2.362	6.776
Total vencido	5.894	7.063
Total	28.728	17.579

Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas:

	2021	2020
Saldo inicial	(6.892)	(6.647)
Adições	(229)	(355)
Reversões	1.083	110
Saldo final	(6.038)	(6.892)

**9. Imobilizado**

	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Imobilizado em andamento	Veículos e empilhadeira	Ferramentas e materiais	Construções em imóveis terceiros	Outros	Total
Custo do imobilizado bruto												
Saldos em 31/12/2019	82	7.406	486	21.004	277	640	141	285	34	80	3	30.438
Adições	-	-	66	77	80	6	25	-	37	-	-	291
Saldos em 31/12/2020	82	7.406	552	21.081	357	646	166	285	71	80	3	30.729
Adições	-	-	51	138	15	28	111	-	14	-	-	361
Saldos em 31/12/2021	82	7.406	603	21.219	372	674	277	285	85	80	4	31.090
Depreciação acumulada												
Saldos em 31/12/2019	-	(1.985)	(312)	(9434)	(230)	(630)	-	(194)	(16)	(80)	-	(12.881)
Adições	-	(132)	(27)	(968)	(17)	(3)	-	(54)	(6)	-	-	(1.207)
Saldos em 31/12/2020	-	(2.117)	(339)	(10.402)	(247)	(633)	-	(248)	(22)	(80)	-	(14.088)
Adições	-	(132)	(38)	(982)	(20)	(6)	-	(31)	(3)	-	-	(1.212)
Saldos em 31/12/2021	-	(2.249)	(377)	(11.384)	(267)	(639)	-	(279)	(25)	(80)	-	(15.300)
Imobilizado líquido												
Saldos em 31/12/2020	82	5.289	213	10.679	110	13	166	37	49	-	3	16.641
Saldos em 31/12/2021	82	5.157	226	9.835	105	35	277	6	60	-	7	15.790
Taxa média ponderada anual de depreciação	-	2%	6, %	5%	5%	1%	-	11%	4%	-	-	-
Vida útil	-	50	20	20	12	3	-	5	12	-	-	-

Os saldos de imobilizado em andamento, referem-se aos investimentos em máquinas e equipamentos e infraestrutura, para desenvolvimento de projeto do 79S steel deck e ampliação de produção da linha painel frigorífico.

**10. Intangível**

Custo do intangível bruto

	2021	2020
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2	212
Adições	-	8
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2	220
Adições	-	20
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2	240
Amortização acumulada		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	(30)
Adições	-	(45)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(75)
Adições	-	(45)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(120)
Intangível líquido		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2	146
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2	120
Taxa média ponderada anual de amortização	-	19%
Vida útil	-	10

**11. Fornecedores**

Partes relacionadas (Nota explicativa 12)

	2021	2020
Outros fornecedores	37.059	15.185
Total	3.086	1.345
	40.145	16.530

**12. Partes relacionadas**

a) Saldos patrimoniais

	2021	2020
Tekno S.A. Indústria e Comércio	3	-
ArcelorMittal Brasil S.A.	5.685	1.764
Total (Nota Explicativa 6)	5.688	1.764

Tekno S.A. Indústria e Comércio (i)

	2021	2020
ArcelorMittal Brasil S.A. (ii)	6.553	3.173
Total	30.506	12.012
	37.059	15.185

Abaixo os saldos a pagar por idade de vencimento (iii):

	2021	2020
	Arcelor-Mittal	Arcelor-Mittal
A vencer:		
De 1 a 30 dias	258	998
De 31 a 60 dias	6.553	30.248
Total a vencer	6.553	30.506
Total geral	6.553	30.506

b) Transações que afetam o resultado

	2021	2020
Despesas financeiras	258	998
Compras	30.010	22.209
Tekno S.A. Indústria e Comércio (i)	-	-
ArcelorMittal Brasil S.A. (ii) e (iii)	258	208.811
Total	258	238.821

(i) Refere-se às compras de serviços de beneficiamento de matéria-prima, principalmente relacionado a pintura de bobinas de aço. (ii) Saldos de juros pagos decorrentes de atrasos de pagamento de duplicatas. As taxas de juros foram calculadas com base na variação de 110% do CDI. (iii) Refere-se às compras de matéria-prima, bobinas de aço. **Remuneração da Administração:** A remuneração dos principais administradores, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado e reconhecido contabilmente como despesa no exercício findo em 31 de dezembro 2021 foi de R\$ 980 (R\$ 940 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em participações societárias. A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. Os benefícios de curto prazo para os administradores são os mesmos dos demais empregados. Os valores destes benefícios estão agregados à remuneração dos administradores. Adicionalmente, a Companhia não mantém quaisquer benefícios para pessoas chave da administração de suas partes relacionadas.

**13. Provisão para riscos fiscais, civis e trabalhistas**

De acordo com a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas a revisões pelas Autoridades Fiscais pelo prazo de cinco anos com referência aos impostos e às contribuições federais (imposto de renda, contribuição social, PIS, Cofins e IPI) e estaduais (ICMS). A Administração da Companhia entende não haver riscos significativos futuros em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020. As contingências passivas classificadas como "possíveis" e não provisionadas somam R\$ 2.438 em 2021 (R\$120 em 2020).

**14. Patrimônio líquido**

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 57.705 está representado por 57.705 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas conforme segue:

	Quantidade de ações 2021	Percentual de ações 2021
Acionistas		
ArcelorMittal Spain Holding	29.429.749	51%
Tekno S.A. Indústria e Comércio	28.275.629	49%
Total	57.705.378	100%

O risco de crédito das contas a receber advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática o provisionamento de perdas (Provisão para perda de crédito esperada). Por tratar-se de vendas preponderantemente para construtoras, a Companhia adicionalmente realiza uma análise individual dos casos, levando em conta principalmente o tempo de relacionamento comercial e os motivos que resultaram no descumprimento dos prazos de pagamento.

**7. Estoques**

	2021	2020
Produtos acabados	6.264	6.216
Produtos para revenda	238	223
Matérias-primas	21.712	14.355
Estoques em poder de terceiros	24.363	5.432
	52.577	26.226

A Companhia não constitui provisão para perdas no estoque por obsolescência em razão de não existir histórico e evidências de perdas de material estocado.

**8. Impostos a recuperar**

	2021	2020
ICMS - Impostos sobre circulação de mercadorias e serviços	722	535
IPI - Imposto sobre produtos industrializados (i)	9.224	3.622
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica	131	293
CSLL - Contribuição social sobre lucro líquido	49	58
PIS - Programa de integração social	18	34
COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	83	153
	10.227	4.695
IPI - Imposto sobre produtos industrializados (i)	6.049	5.065
Total não circulante	6.049	5.065

(i) De acordo com estudos preparados pela Administração, a Companhia espera realizar parte significativa do crédito de IPI, por meio da compensação com outros tributos federais, incluindo imposto de renda, PIS e COFINS.

b) Reserva de retenção de lucros: A destinação final de R\$ 4.577 remanescente do lucro líquido ajustado do exercício de 2021, será deliberada pela Assembleia Geral dos Acionistas. A Administração irá propor a retenção do lucro para investimento conforme orçamento de capital, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de Retenção de lucros de R\$ 4.577, que será deliberada pela Assembleia Geral dos Acionistas, conforme nota explicativa 15.c.c.)

**Destinação do lucro do exercício:** O estatuto da Companhia, nos artigos 21 a 24 do seu Capítulo VII, prevê que o Lucro Líquido do Exercício deve ser destinado da seguinte forma: "Art. 21: Após as deduções legais, o lucro líquido do exercício a que se refere o Art. 21, destinar-se-ão 5% (Cinco por cento para constituição da reserva legal, até que esteja alcançado o limite em lei. Art. 22: Do saldo remanescente, ajustado consoante o dispositivo no Artigo 202 da LEI 6.404 de 15/12/76, será destinado a importância necessária ao pagamento do dividendo assegurado aos acionistas preferenciais na forma de Artigo 22, ficando estabelecido que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do saldo de que trata este Artigo serão obrigatoriamente destinados à distribuição aos acionistas, como dividendo. Art. 23: Após o cumprimento do estabelecido nos Artigos anteriores e permanecendo saldo de lucros, este ficará à disposição da Assembleia geral, que lhe dará a destinação que mais lhe convier." Nestes termos, segue o demonstrativo de apuração do Lucro Líquido ajustado e dos Dividendos a serem distribuídos:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	30.030	5.673
Compensação de prejuízos acumulados	(23.607)	(5.673)
Lucro líquido ajustado	6.423	-
Reserva legal (5%) sobre lucro líquido ajustado	(321)	-
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	6.102	-
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	1.525	-

**15. Imposto de renda e contribuição social**

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 6.807 (R\$ 18.486 de dezembro de 2020). Reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	39.271	7.600
Alíquota nominal	34%	34%
Despesas com imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	13.352	2.584
(+) Adições permanentes	75	120
(+) Adições temporárias	(191)	83
Imposto de renda antes da compensação	13.236	2.787
Compensação de prejuízos	(3.971)	(836)
Diferença de adicional de imposto de renda e contribuição social	(24)	(24)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	9.241	1.927
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	23,5%	25,3%

**16. Receita operacional líquida**

	2021	2020
Vendas de produtos	324.447	147.178
Impostos sobre vendas	(74.391)	(34.743)
Devoluções e abatimentos	(1.203)	(805)
Total	248.853	111.630

**17. Custo dos produtos vendidos**

	2021	2020
Matéria-prima	180.727	86.385
Salários, encargos e benefícios	4.260	3.611
Energia elétrica e gás natural	679	464
Depreciação	1.205	1.202
Outros	6.035	3.595
Total	192.906	95.257

**18. Despesas de vendas**

	2021	2020
Despesas com pessoal	1	



## Publicidade Legal

## Perfil S.A., Construções, Indústria e Comércio

## 21. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política relativa à contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção quando necessário é aprovada pelo Conselho de Administração, sendo subsequentemente analisada de forma periódica em relação à exposição ao risco que a Administração pretende proteger. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia não possuiu e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados. **Hierarquia de valor justo:** Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	Valor justo de instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado		Valor justo das demais categorias instrumentos financeiros		Valor Justo total		Valor Contábil	
	Nível 2		Nível 2					
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>Ativos ao valor justo por meio do resultado:</b>								
Aplicações financeiras	2.137	2.571	-	-	2.137	2.571	2.137	2.571
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado:</b>								
Caixas e bancos	-	-	3	2	3	2	3	2
Contas a receber de clientes	-	-	22.690	10.687	22.690	10.687	22.690	10.687
Circulante	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Passivos financeiros ao custo amortizado:</b>								
Fornecedores - circulante	-	-	3.086	1.345	3.086	1.345	3.086	1.345
Partes relacionadas - circulante	-	-	37.059	15.185	37.059	15.185	37.059	15.185

As aplicações financeiras, classificadas como nível 2, foram registradas com base no valor do resgate naquela data, representando o melhor valor justo. As operações da Companhia estão sujeitas de riscos abaixo descritos: **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. **Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita aos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, quando necessário, em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. **Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia possui política específica, quando necessário, para a contratação de operações de hedge para mitigar riscos de exposição às taxas de câmbio. As políticas de Administração de risco da Companhia foram estabelecidas pelo Conselho de Administração a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia, para estabelecer apropriados limites de riscos e controles e monitorar riscos e aderência aos limites. Políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas ati-

vidades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possuía nenhum contrato de proteção cambial em aberto, assim como nenhum ativo ou passivo registrado em moeda estrangeira. **Risco de liquidez:** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Administrativa da Companhia, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. O gerenciamento do risco de liquidez é feito através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos. **Instrumentos financeiros por categoria:** Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia estão apresentados a seguir:

	2021		Passivo pelo custo amortizado	Total
	Valor justo por meio do resultado	Ativo pelo custo amortizado		
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	2.137	3	-	2.140
Contas a receber de clientes de terceiros	-	17.002	-	17.002
Partes relacionadas	-	5.688	-	5.688
Outras contas a receber	-	3.771	-	3.771
Total	2.137	26.464	-	28.601

Paulo César Prado Peixoto  
Gerente de Administração e Finanças

	2021		Total
	Valor justo por meio do resultado	Ativo pelo custo amortizado	
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	3.086	3.086
Partes relacionadas	-	37.059	37.059
Outras contas a pagar	-	736	736
Total	-	40.881	40.881

	2020		Total
	Valor justo por meio do resultado	Ativo pelo custo amortizado	
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	2.571	2	2.573
Contas a receber de clientes de terceiros	-	8.923	8.923
Partes relacionadas	-	1.764	1.764
Outras contas a receber	-	84	84
Total	2.571	10.773	13.344
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	1.345	1.345
Partes relacionadas	-	15.185	15.185
Outras contas a pagar	-	386	386
Total	-	16.916	16.916

## 22. Informações adicionais as demonstrações dos fluxos de caixa

	2021	2020
Aquisições de bens do ativo imobilizado sem efeito caixa	381	299
Pagamento de imobilizados no exercício (com efeito no exercício), adquiridos em exercícios anteriores	(51)	(4)
Total	330	295

## 23. Seguros

A Empresa mantém a política de contratar cobertura de seguros de forma global para suas instalações e ativos operacionais, especificamente associados às edificações próprias no segmento de prevenção de incêndio. Os seguros contratados são reavaliados anualmente. A cobertura em 31 de dezembro de 2021 era de R\$30.254.

## 24. Adiantamento de clientes

Ocorreu uma redução acentuada na conta de adiantamento de clientes, principalmente em razão de dois fatores: • Flexibilização da exigência de pagamento antecipado ou pagamento de sinal mínimo de 30% para clientes novos, condição adotada no período crítico da pandemia do COVID-19. • Faturamento e entregas de pedidos de produtores rurais que haviam sido pagos de forma 100% antecipada no último trimestre de 2020.

## 25. Ativo Circulante - Outros créditos

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 3.771 referia-se à antecipação de pagamento de 90% do valor dos equipamentos adquiridos da empresa Kronn Srl (Itália), os quais serão utilizados na fabricação de novos produtos (painéis termoacústicos de alta espessura). O preço total dos equipamentos é de € 630k (ex-works price).

Flávio Ernesto de Almeida Eras  
Contador - CRC 1SP 189.033/0-8

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Perfil S.A. Construções, Indústria e Comércio  
Guaratinguetá/SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Perfil S.A. Construções, Indústria e Comércio ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho

realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada

e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 27 de abril de 2022.

## ERNST &amp; YOUNG

Audidores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Marcos Roberto Sponchiado

Contador CRC 1SP175536/O-5



## Itapevi Sanca Empreendimento Imobiliário - SPE S.A.

CNPJ nº 19.395.629/0001-06

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição da sede da Companhia. São Paulo, 28 de abril de 2022. **A Administração**

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL		DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	
<b>ATIVO</b>									
<b>Circulante</b>									
Caixa e equivalentes de caixa	1.450.774	208.236							
Contas a receber	934.689	399.945							
Estoque de imóveis concluídos	821.386	69.327.849							
Créditos diversos	24.314	25.940							
	3.231.163	69.961.970							
<b>Não circulante</b>									
Propriedades para investimento	71.418.446	-							
	71.418.446	-							
<b>Total do ativo</b>	<b>74.649.608</b>	<b>69.961.970</b>							
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>									
<b>Circulante</b>									
Fornecedores	2.572	12.955							
Obrigações trabalhistas e tributárias	290.668	53.310							
Contas a pagar	359.018	73.892							
Adiantamento de clientes	1.435.709	6.259.980							
Contas a pagar - caução	574.298	213.728							
Empréstimos com pessoas ligadas	142.957	690.957							
	2.805.222	7.304.822							
<b>Não circulante</b>									
Sociedade em conta de participação	10.000	63.682.193							
	10.000	63.682.193							
<b>Patrimônio líquido</b>									
Capital social	35.864.855	10.000							
Reservas de capital	35.553.591	-							
Reserva legal	132.611	-							
Prejuízos acumulados	283.330	(1.035.045)							
	71.834.386	(1.025.045)							
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>74.649.608</b>	<b>69.961.970</b>							
<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>									
1. <b>Contexto Operacional</b> – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, composto por 21 unidades autônomas "galpões" do condomínio denominado Itapevi Sanca Empreendimento Imobiliário SPE S/A, localizado na Avenida Portugal, 46, Itapevi - SP. 2. <b>Base de preparação</b> – As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 28 de abril de 2022.									
						<b>DIRETORIA</b>			
						Cláudio Kluger - Diretor		Ronaldo Pires da Silva	
						CPF 294.840.928-45		CRC-SP 164536/O-7	

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 5FEF-82F7-9FF8-8B08.



## Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG

CNPJ/MF nº 09.134.807/0001-91

Balanco Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)					Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)						
Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Nota	31/12/2021	31/12/2020	
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>							
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.2(a)	708.588,10	661.634,52	Empreiteiros, Fornecedores	2.2(b)	18.975.892,45	20.667.951	Receita de Serviços Prestados		52.079.933,22	48.981.547,24
Contas a Receber de Clientes	2.2(b)	14.058.545	14.158.257	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.2(b)	1.132.995,77	908.156,69	Impostos Incidentes	9	(2.456.940,84)	(2.287.745,56)
Estoques	2.2(d)	1.708.088	1.736.012,70	Obrigações Tributárias	2.2(b)	997.775,56	1.305.196	<b>(=) Receita Líquida dos Serviços Prestados</b>		<b>49.622.992,38</b>	<b>46.693.801,68</b>
Outros Créditos	2.2(b)	0,00	34.182,71	Obrigações Fiscais	2.2(b)	–	–	<b>(+/-) Custos dos Serviços Prestados</b>			
Tributos a Recuperar		189.726,23	148.586,76	Obrigações Tributárias Parceladas	2.2(b)	1.277.745,69	–	Ordenados e Encargos		(6.365.696,00)	(6.105.850,01)
Outros Créditos		–	–	Obrigações Sociais e Trabalhistas		1.031.315,25	1.038.997,58	Abastecimento de Água		(10.964.620,47)	(10.194.818,33)
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>16.664.947</b>	<b>16.738.673</b>	Outras Contas a Pagar		110.662,17	62.564,60	Despesas com Produtos Químicos		(963.025,18)	(994.841,31)
				<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>23.526.386,89</b>	<b>23.981.647</b>	Despesas de Exploração		(394.592,58)	(260.375,38)
<b>Não Circulante</b>				<b>Não Circulante</b>				Esgotamento Sanitário		(5.128.517,52)	(5.968.874,55)
Imobilizado	2.2(e)	11.357.394,66	5.594.057	Obrigações Tributárias Parceladas	7	2.259.168,38	2.353.642,36	Manejo de Resíduos		(8.862.777,58)	(8.990.819,47)
Ativo de Contrato de Concessão Intangível		3.970.418,96	4.150.892,60	Provisão para Contingências e Parcelamentos		1.957.187,65	443.072,89	<b>(=) Lucro Bruto</b>		<b>16.943.729,35</b>	<b>14.178.222,63</b>
		55.132,81	126.143	<b>Total do Não Circulante</b>		<b>4.216.356,03</b>	<b>2.796.715,25</b>	<b>(+/-) Despesas operacionais</b>			
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>15.382.946,43</b>	<b>9.871.092,91</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>4.305.151,02</b>	<b>(169.815)</b>	Ordenados e Encargos		(6.093.384,66)	(6.195.773,15)
				Capital Social		4.128.300,00	1.000.000	Despesas Presidência		(788.915,28)	(559.017,50)
<b>Total do Ativo</b>		<b>32.047.893,94</b>	<b>26.609.766</b>	Reserva de Capital	2.2(g)	–	–	Despesas Diretoria Financeira e Administrativa		(2.750.396,79)	(3.177.935,96)
				Reservas para Investimentos	2.2(g)	–	–	Despesas Planejamento		(225.961,47)	(293.501,59)
				Ajuste de Avaliação Patrimonial	2.2(f)	423.907,40	2.277.331,30	Despesas Comerciais		(1.575.305,63)	(1.505.398,08)
				Prejuízos Acumulados		(362.067,43)	(3.397.147)	Despesas Tributárias		(0,00)	(0,00)
				Resultado do Exercício		–	–	Provisão para Contingência		(3.285.639,48)	(694.768,90)
				<b>Total do Passivo + Patrimônio Líquido</b>		<b>32.047.893,94</b>	<b>26.609.766</b>	Depreciação/Amortização do Período		(864.715,84)	(699.095,72)
								Perdas Estimadas Créditos Liquidação Duvidosa		(2.705.470,39)	(1.632.891,37)
								Outras Despesas Operacionais		(176.308,11)	(123.968,38)
								<b>(=) Lucro Operacional</b>		<b>(1.522.334,60)</b>	<b>(704.128,02)</b>
								<b>(+/-) Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas</b>			
								Receitas Financeiras		5.806.477,51	4.521.488,82
								(-) Despesas Financeiras		(1.360.171,02)	(1.239.344,03)
								<b>(=) Lucro Antes do IRPJ e CSLL s/ lucro</b>		<b>4.446.306,49</b>	<b>3.282.144,79</b>
								(-) Provisão para IRPJ	8	(975.712,44)	(514.908,65)
								(-) Provisão para CSLL	8	(368.718,62)	(166.310,97)
								<b>(=) Resultado do Exercício</b>	2.2(f)	<b>1.579.540,83</b>	<b>1.995.797,15</b>

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)						
Descrição	Capital Social	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva de Investimentos	Prejuízos Acumulados	Total Geral
<b>Saldos em 31/12/2019 – Reapresentado</b>	1.000.000	–	2.277.331	–	(5.442.663)	(2.165.332)
Ajuste do Exercício Anterior	–	–	–	–	(281)	(281)
Resultado do Exercício	–	–	–	–	1.995.797	1.995.797
<b>SALDOS EM 31/12/2020</b>	1.000.000	–	2.277.331	–	(3.447.147)	(169.816)
Integralização de Capital	3.128.300	–	–	–	–	3.128.300
Ajuste Avaliação Patrimonial	–	–	(348.167)	–	–	(348.167)
Ajuste do Exercício Anterior	–	–	–	–	115.292	115.292
Resultado do Exercício	–	–	–	–	1.579.541	1.579.541
<b>SALDOS EM 31/12/2021</b>	4.128.300	–	1.929.164	–	(1.752.314)	4.305.151

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis*

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Lucro do Exercício		1.579.540,83	1.995.797,15
Ajustes:			
Depreciação e Amortização		864.715,84	699.095,72
Ajuste de Exercícios Anteriores		115.292,15	(1.867.497,02)
<b>2.559.548,82</b>		<b>827.395,85</b>	<b>827.395,85</b>
(Aumento) Redução – Contas a Receber		99.712,00	(2.240.661,38)
(Aumento) Redução – Estoques		27.924,26	(2.930.644,28)
(Aumento) Redução – Outros Créditos		0,00	138,84
Aumento (Redução) – Fornecedores		(1.660.159,37)	738.869,67
Aumento (Redução) – Obrigações Sociais		(20.996,60)	(414.356,38)
Aumento (Redução) – Obrigações Fiscais		(161.502,15)	(348.869,60)
Aumento (Redução) – Provisões Tributárias		93.998,19	(83.282,13)
Aumento (Redução) – Outras Obrigações e Pagar		14.434,69	(11.589,48)
Aumento (Redução) – Provisão Contingências e Parcelamentos		1.514.114,76	212.203,07
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>2.467.074,60</b>	<b>(682.109,06)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de Ativo Imobilizado		(5.949.284,88)	(2.983.915,00)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>		<b>(5.949.284,88)</b>	<b>(2.983.915,00)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Aumento (Redução) – Empréstimos		–	–
<b>Aumento/Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>46.953,58</b>	<b>(4.786.488,88)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa:</b>			
<b>No início do período</b>		<b>661.634,52</b>	<b>5.448.123,40</b>
<b>No final do período</b>		<b>708.588,10</b>	<b>661.634,52</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis*

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

**1. Contexto Operacional – A Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG** é uma sociedade de economia mista de capital fechado, criada pela Lei Municipal nº 3.933/2007, com fundamento na Lei Federal 11.445/2007, cujo acionista majoritário é o município de Guaratinguetá. Foi criada com objetivo de operar os sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos em todo o município de Guaratinguetá. A Companhia tem por objetivos: • Estudo, projeto e execução, direta ou indireta de obras e serviços relativos à construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo dos resíduos sólidos domiciliares, comerciais, industriais e aqueles provenientes da limpeza pública e de serviços de saúde; • Operação, manutenção, conservação e exploração, direta ou indireta, dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos domiciliares, comerciais, industriais e aqueles provenientes da limpeza pública e de serviços de saúde; • Lançamento, fiscalização e cobrança de tarifas, taxas e outros preços resultantes da prestação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e industriais e aqueles provenientes da limpeza pública e de serviços de saúde; • Exercício de quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos. • A Companhia através da Parceria Público Privada, na modalidade concessão administrativa, para prestação de serviço de esgotamento sanitário no Município de Guaratinguetá, nos termos do procedimento de licitação sob a modalidade de concorrência pública, que recebeu o nº 001/2008, contratado a empresa CAB Guaratinguetá para prestação de serviços e de investimentos na área de esgotamento sanitário em um prazo de 30 anos. **2.1. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis – 2.1. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Na preparação de suas demonstrações contábeis, a Entidade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade, que, com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 2.2 foram aplicadas na preparação das demonstrações contábeis para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020. A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas que afetam os montantes apresentados nas demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. **2.2. Principais Práticas Contábeis: a. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Incluem dinheiro em caixa e fundos em contas bancárias de livre movimentação. **b. Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **c. Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos:** A entidade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas demonstrações contábeis de 2020, não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas. **d. Estoques:** os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante. **e. Imobilizado:** Registrado com base no valor original de custo, mais as adições e baixas ocorridas até a data do balanço, sendo depreciado pelo método linear e taxas que levam em consideração o período de vida útil do bem. **f. Apuração do Resultado do Exercício:** As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência. A Companhia reconhece a receita quando: I) os bens ou os serviços são entregues, II) o valor pode ser mensurado com segurança, III) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e IV) é provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. **g. Patrimônio Líquido:** O grupo Patrimônio Líquido é representado pelo Capital Social, Reservas de Capital e Reservas de Investimento. O saldo de lucros é zero, pois todo lucro acumulado deve ser destinado ou alocado para uma reserva de lucro.

### Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

**3. Caixa e Equivalentes de Caixa**

Descrição	2021	2020
Contas Correntes – Bancárias	708.588,10	661.634,52
<b>Saldo</b>	<b>708.588,10</b>	<b>661.634,52</b>

**4. Contas a Receber de Clientes** – As contas a receber de clientes correspondem a prestação de serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos em todo o município de Guaratinguetá, e são classificados como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, e podem ser assim demonstradas:

Descrição	2021	2020
Crédito a Receber	18.301.543,59	15.791.148,11
Perdas Estimadas Crédito Liquidação Duvidosa – Créditos a Receber	(2.114.267,03)	(1.494.800,81)
Perdas De Créditos Não Liquidados	(2.107.253,28)	–
Depósitos não identificados	(21.478,54)	0,00
<b>Saldo</b>	<b>14.058.545</b>	<b>14.158.257</b>

A estimativa para o complemento das Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa no exercício de 2021 e 2020 inclui o exame da magnitude dos débitos individuais, bem como dos créditos em litígio, usando-se como referência padrões históricos de arrecadação. Os créditos a receber considerados irreperáveis perante a Lei ou antieconômicos para se cobrar são baixados contabilmente. As Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa são constituídas quando há incerteza a respeito de arrecadação. Os valores lançados como Créditos a Receber de exercícios anteriores, pela própria natureza, carregam consigo um grau de incerteza com relação ao seu recebimento. O valor de (2.107.253,28), refere-se as perdas Debitivas atendendo os atrativos da Lei 9.430/96. **5. Imobilizado** – O Ativo Imobilizado é avaliado inicialmente segundo seu custo de aquisição, foi realizado durante o ano de 2019 a reavaliação dos itens através da contratação, por meio de processo de licitação, de uma empresa especializada. O imobilizado foi ajustado em dezembro de 2019 de acordo com o Laudo SP – 0002/19-01. No entanto, em 2021 houve a contratação de uma empresa, também por processo de Licitação nº 023/2021, cujo trabalho entregue não foi aprovado pelo Gestor do contrato, foi postergado um prazo final para entrega do trabalho, porém, não em tempo hábil para fechamento desta demonstração. **6. Empreiteiras e Fornecedores** – As contas a pagar aos empreiteiros e fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivo circulantes, exceto quando o prazo de vencimentos for superior a 12 meses após a data do balanço. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que em geral corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado. **7. Provisão para Contingências e Parcelamentos** – Provisões constituídas para fazer frente às ações cíveis e trabalhistas, que se encontra em instâncias diversas. A provisão é constituída por valores atualizados de perdas, estabelecidos pelo consultor jurídico e por julgamento da administração. Em 2021 a provisão atingiu o montante de R\$ 1.497.105,10, sendo lançado 100% do valor classificado como provável.

### Chance de Perda

	Cível		Trabalhista		Total	
	Provável	Possível	Provável	Possível	Total	Total
Provável	1.226.835,10	270.270,00	1.497.105,10	1.497.105,10	1.497.105,10	1.497.105,10
Possível	240.200,85	1.053.000,00	1.293.200,85	646.600,43	646.600,43	646.600,43
Remoto	312.185.651,21	1.131.093,76	313.316.744,97	–	–	–
<b>Total</b>	<b>313.652.687,16</b>	<b>2.454.363,76</b>				



## Publicidade Legal

... continuação

efetuamos a inclusão da ênfase de estoques anteriormente constava como ressalva, os demais itens foram sanados e regularizados em 2021, em nossa avaliação sem necessidade de ressalva em 2021. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa

opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade

das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis da entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da entidade e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de

auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 28 de abril de 2022.

**Davi & Corrêa Auditores Independentes S/S**  
CRC-RS 3.797  
**Pedro Osório Correa**  
Contador CRC-RS 42.462/O

## Bismut Comercializadora de Energia S.A.

CNPJ nº 29.854.266/0001-83

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

Balancos patrimoniais			Demonstração dos resultados			Demonstrações dos fluxos de caixa				
Ativo	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020		
<b>Circulante</b>	<b>40.010</b>	<b>21.107</b>	Receita Líquida	58.111	70.216	<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>1.931</b>	<b>(2.052)</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	10.244	402	Custo de energia comprada	(58.206)	(72.210)	Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	1.931	(2.052)		
Contas a receber	7.346	10.608	<b>Lucro bruto</b>	<b>(95)</b>	<b>(1.994)</b>	<b>Lucro Ajustado</b>	<b>1.931</b>	<b>(2.052)</b>		
Valor justo dos contratos de energia	20.414	10.090	<b>Receitas / (despesas) operacionais</b>			<b>Variáveis nos ativos e passivos</b>				
Tributos a recuperar	21	7	Gerais, comerciais e administrativas	1.916	(67)	Fornecedores e valor justo dos contratos de energia	3.592	36.703		
Adiantamento a fornecedores	1.985	-	<b>Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro</b>	<b>1.821</b>	<b>(2.061)</b>	Contas a receber e valor justo dos contratos de energia	6.280	(37.937)		
<b>Não Circulante</b>	<b>7.198</b>	<b>21.251</b>	Resultado financeiro, líquido	110	9	PIS e COFINS diferidos sobre valor justo dos contratos de energia	-	(53)		
Valor justo dos contratos de energia	7.143	20.485	<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>1.931</b>	<b>(2.052)</b>	Impostos a recuperar	(14)	(3)		
Tributos diferidos	55	766	Imposto de renda e contribuição social			Adiantamento a fornecedores	(1.985)	-		
<b>Total do ativo</b>	<b>47.208</b>	<b>42.358</b>	Diferidos	(657)	712	Obrigações tributárias	39	3.725		
<b>Passivo</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.274</b>	<b>(1.340)</b>	<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>9.842</b>	<b>382</b>		
<b>Circulante</b>	<b>36.861</b>	<b>19.943</b>	<b>Quantidade média ponderada de ações ao final do exercício</b>	<b>8.000</b>	<b>8.000</b>	<b>Aumento de caixa e equivalente de caixa, líquido</b>	<b>9.842</b>	<b>382</b>		
Fornecedores	12.738	5.544	<b>Lucro líquido por ação - R\$</b>	<b>0,16</b>	<b>(0,17)</b>	<b>Aumento de caixa e equivalente de caixa, líquido</b>	<b>9.842</b>	<b>382</b>		
Valor justo dos contratos de energia	20.414	10.674	<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>							
Obrigações tributárias	3.700	3.716	2021	2020	Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.000	(4.685)	1.385	1.930	
Outras obrigações	9	9	Lucro líquido do exercício	1.274	(1.340)	Lucro líquido do exercício	-	-	1.274	1.274
<b>Não circulante</b>	<b>7.143</b>	<b>20.485</b>	<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>1.274</b>	<b>(1.340)</b>	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>8.000</b>	<b>(4.685)</b>	<b>(111)</b>	<b>3.204</b>
Valor justo dos contratos de energia	7.143	20.485								
<b>Total do Passivo</b>	<b>44.004</b>	<b>40.428</b>								
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>3.204</b>	<b>1.930</b>								
Capital social	3.315	3.315								
Reservas de lucros	(111)	(1.385)								
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>47.208</b>	<b>42.358</b>								

Federico Marsano – Diretor financeiro • José Alexandre Kirstein – CRC-TC SP 242.256/O-0

## Matrix Energy Participações S.A.

CNPJ nº 19.834.826/0001-84

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

Balancos patrimoniais				Demonstração das mutações do patrimônio líquido								
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital social		Ajuste de avaliação		Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Total
	2021	2020	2021	2020	Capital social	Ações em tesouraria	patrimonial	Retidos	Reserva legal	Estatutária especial/ Lucros a distribuir		
<b>Circulante</b>					<b>150.000</b>	<b>(180)</b>	<b>(6.937)</b>	<b>622</b>	<b>36.138</b>	<b>14.943</b>	<b>49.587</b>	<b>250.413</b>
Caixa e equivalentes de caixa	100	763	111.361	199.522								
Contas a receber			187.079	184.956								
Valor justo dos contratos de energia			755.797	304.696								
Tributos a recuperar			6	5.613								
Instrumentos financeiros derivativos			7.402	10.773								
Adiantamento a fornecedores			16.819	23.877								
Outros créditos	10.648	3.202	12.449	5.780								
<b>Não circulante</b>	<b>10.748</b>	<b>3.971</b>	<b>1.096.520</b>	<b>732.180</b>								
Adiantamento a fornecedores			110.002	131.697								
Valor justo dos contratos de energia			563.492	598.784								
Impostos a recuperar			354	627								
Outros créditos	1.271		1.271									
Investimentos	354.506	287.384	6.478	6.478								
Imobilizado			11.327	11.580								
Intangível			25.223	3.229								
<b>Total do ativo</b>	<b>355.777</b>	<b>287.384</b>	<b>718.147</b>	<b>752.395</b>	<b>150.000</b>	<b>(180)</b>	<b>(6.937)</b>	<b>622</b>	<b>43.410</b>	<b>16.883</b>	<b>77.237</b>	<b>281.035</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>366.525</b>	<b>291.355</b>	<b>1.814.667</b>	<b>1.484.575</b>	<b>65.000</b>							<b>65.000</b>
<b>Circulante</b>												
Fornecedores			187.093	176.528								
Empréstimos:												
Empréstimos			92.384	140.794								
Partes relacionadas - subordinadas			3.400	96.891								
Instrumentos financeiros derivativos				372								
Valor justo dos contratos de energia			641.937	269.279								
Obrigações trabalhistas			988	827								
Obrigações tributárias	72		10.586	10.446								
Adiantamento de clientes			18.830	29.465								
Outras obrigações	6.594	6.911	6.421	6.922								
<b>Não circulante</b>	<b>6.666</b>	<b>10.320</b>	<b>958.239</b>	<b>731.524</b>								
Empréstimos:												
Empréstimos			77.424	131.878								
Partes relacionadas			83.619									
Valor justo dos contratos de energia			170.027	173.420								
Tributos diferidos			168.720	163.866								
Adiantamento de clientes				2.634								
Outros passivos	4.880		1.659	218								
<b>Total do passivo</b>	<b>4.880</b>	<b>11.546</b>	<b>501.449</b>	<b>472.016</b>								
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>11.546</b>	<b>10.320</b>	<b>1.459.688</b>	<b>1.203.540</b>								
Capital social	214.820	149.820	214.820	149.820								
Reservas de lucros	140.159	131.215	140.159	131.215								
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>354.979</b>	<b>281.035</b>	<b>354.979</b>	<b>281.035</b>								
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>366.525</b>	<b>291.355</b>	<b>1.814.667</b>	<b>1.484.575</b>								
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>												
Lucro líquido do exercício	5.313	38.807	5.313	38.807								
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>5.313</b>	<b>38.807</b>	<b>5.313</b>	<b>38.807</b>								
<b>Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras</b>												
<b>1. Contexto operacional:</b> A Matrix Energy Participações S.A. ("Matrix Energy") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (SP) constituída em 07 de março de 2014, com natureza empresarial, organizada e regida nos termos do seu Estatuto Social e legislação societária aplicável, e tem por objetivo a participação em outras sociedades no Brasil ou no exterior, como sócia, acionista ou quotista, atuando como holding.												
<b>Federico Marsano</b> Diretor Financeiro												
<b>José Alexandre Kirstein</b> Contador CRC-TC SP 242.256/O-0												

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 5FEF-82F7-9FF8-8B08.



**Greenery Brasil Trading S.A.**

CNPJ/ME nº 11.694.260/0001-01

**Relatório da Administração**

Prezados Acionistas, De acordo com as disposições legais, a Administração da Greenery Brasil Trading S.A. (a "Companhia") vêm, respeitosamente, submeter à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras da Companhia, compreendendo

o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, os quais contêm as informações relevantes acerca das atividades da Companhia no referido exercício fiscal e o lucro apurado de R\$ 1.327.627,72 (um

milhão, trezentos e vinte e sete mil, seiscentos e setenta e dois reais e setenta e dois centavos). Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. São Paulo/SP, 29 de Abril de 2022. **A Administração**

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais – R\$)					
Ativo	Nota Explicativa	2021		2020	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	32.871	33.263		
Estoques	6	53.205	18.480		
Impostos a recuperar	7	6.299	2.581		
Adiantamentos a fornecedores	8	87	148		
Outros Créditos	9	246	273		
Instrumentos financeiros derivativos	24	-	496		
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>92.528</b>	<b>55.241</b>		
<b>Não Circulante</b>					
Depósito em garantia	26	42	42		
Intangível	11	56	71		
Imobilizado	10	308	429		
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>406</b>	<b>542</b>		
<b>Total do Ativo</b>		<b>92.934</b>	<b>55.783</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais – R\$)**

**1. Contexto Operacional** – A Greenery Brasil Trading S.A. ("Companhia") tem como atividade principal a importação e comercialização de derivados de petróleo, a organização de serviços de logística para a realização de seu objeto social, a guarda, armazenamento e conservação de produtos próprios e/ou de terceiros. A Matriz está estabelecida na Rua Gomes de Carvalho, 1.069 Conj. 181 e 182, CEP 04.547-004 Vila Olímpia – São Paulo/SP. A Companhia foi constituída em 24 de fevereiro de 2010 e iniciou suas atividades operacionais a partir de maio de 2010. A Companhia possui transações relevantes com partes relacionadas, conforme divulgado na nota explicativa nº 15. A Companhia possui concentração de vendas para uma pequena quantidade de clientes. Como a Greenery é uma trading de combustíveis e o seu principal concorrente no Brasil é a Petrobras, seus resultados e operações dependem muito de ações estratégicas de preços da Petrobras, bem como da variação dos preços dos combustíveis no mercado internacional. A importação de combustíveis é viável quando a arbitragem é positiva para a Companhia, ou seja o preço internacional das commodities é menor que o preço praticado no mercado local, no caso específico do Brasil, os preços determinados pela Petrobras. Entretanto, durante grande parte do ano de 2021 a Petrobras manteve preços locais mais baixos do que seus equivalentes no mercado internacional, o que culminou em um volume baixo de vendas da Companhia. Consequentemente, em função do mercado em que opera, a receita de vendas e margem bruta da Companhia podem flutuar significativamente de um ano para o outro, como ocorreu em 2020. Houve redução de 18% na receita líquida de vendas de 2021 em relação à 2020, decorrente principalmente de redução no volume de vendas, devido aos motivos mencionados acima. **Efeitos da pandemia Covid-19:** Devido ao COVID-19, a Companhia adotou um plano de contingenciamento para prevenção e contenção da proliferação em caso de confirmação da doença, bem como da continuidade dos seus negócios. No entanto, mesmo com uma segunda e terceira ondas da covid-19 afetando fortemente diversas nações, o setor demonstrou recuperação em 2021. No comparativo de janeiro a dezembro de 2020 a janeiro a dezembro de 2021, a demanda de combustível, Gasolina, Ethanol e Diesel, demonstrou um aumento de 5%, sendo 10% na Gasolina, 8% no Diesel; por outro lado, Etanol teve uma redução 13% em relação a demanda da ano anterior. Impacto nas vendas: a defasagem entre preços domésticos e de paridade nos portos tem inviabilizado a operação de "trading companies". Os preços praticados nos principais portos do país não seguem a lógica de mercado de commodities para precificação em linha com as variações internacionais. Nos últimos meses houve represamento dos preços dos combustíveis e o desalinhamento do mercado doméstico em relação à valorização internacional. No ano de 2021 as arbitragens seguiram consistentemente fechadas, com operações de importação inviabilizadas em todos os portos do Brasil, devido à prática de preços pela Petrobras. Neste momento, dada a incerteza do cenário, não é possível ainda mensurar os impactos econômicos futuros no resultado da Companhia. Esses fatores podem também causar impactos na geração de caixa, na recuperabilidade de ativos e na necessidade de suporte financeiro adicional dos acionistas controladores, os quais, todavia, como já mencionado, não são presentemente mensuráveis. Vale mencionar que a receita líquida subsequente do período de três meses findo em 31 de março de 2022 foi 62% inferior ao mesmo período de 2021, conforme abaixo:

	Valores não auditados		Variação %
	31/03/2022	30/03/2021	
Receita líquida	76.914	204.893	(62%)
Lucro bruto	10.200	6.547	(65%)
Lucro líquido	22.731	764	2875%

O aumento do lucro líquido em 2022, quando comparado com o mesmo período de 2021, é decorrente, principalmente, da variação cambial não realizada de passivos com partes relacionadas. **Efeitos da crise entre Rússia e Ucrânia:** Ver divulgações de eventos subsequentes na nota explicativa 28. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional. Entretanto, a Companhia apresentou insuficiência de patrimônio líquido no montante de R\$116.031 mil e insuficiência de capital de giro de R\$80.850 mil em 31 de dezembro de 2021, vem apresentando redução significativa no faturamento e consumindo caixa em suas atividades operacionais. Adicionalmente, existe grande incerteza sobre os impactos que a estratégia de preços do principal concorrente da Companhia possa causar nas operações da Companhia (ver divulgações acima). Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, caso nossos acionistas não efetivem aportes de capital e/ou estendam os prazos de pagamento das contas a pagar mantidas com partes relacionadas no passivo circulante. Os planos da Companhia para gerar resultados positivos futuros para liquidação dos passivos e manutenção das atividades operacionais são manter a operação de importação de combustíveis, otimizando a logística interna para possibilitar a redução de custos e incremento de receita. Como parte substancial dos passivos e das compras de produtos para revenda são com partes relacionadas (ver nota explicativa nº 15), existe flexibilidade nas datas dos pagamentos; ou seja, a Companhia paga as partes relacionadas apenas quando possui caixa disponível. Adicionalmente, como a Companhia faz parte do Grupo Greenery Fuels Holding Limited (empresa do Grupo Brookfield sediada no Reino Unido), caso necessário, a Companhia poderá contar com o suporte financeiro de seus acionistas controladores. As demonstrações financeiras não incluem nenhum ajuste que possa surgir em função dessa incerteza.

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis – 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de preparação e principais práticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico corresponde ao valor justo das contraprestações pagas em troca das mercadorias e serviços. **2.3. Descrição das principais práticas contábeis:** (a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas. (b) **Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber referentes à venda de combustíveis no mercado interno. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda ao ciclo normal da empresa), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("impairment"). Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para "impairment", se necessário. (c) **Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for

provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. A depreciação é calculada usando o método linear usando as taxas descritas na nota explicativa nº 10. (d) **Instrumentos financeiros:** **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros da Companhia são classificados como: (i) Valor justo através de resultado: A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria. (ii) Custo amortizado: todos os demais instrumentos financeiros são classificados nesta categoria, conforme detalhado na nota explicativa nº 24. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como (i) custo amortizado representado por fornecedores – partes relacionadas e (ii) valor justo por meio de resultado, representado por instrumentos financeiros derivativos. Ver composição na nota explicativa nº 24. (e) **Obrigações a pagar:** Os valores a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. (f) **Reconhecimento da receita:** A receita é reconhecida quando a Companhia transfere o controle dos produtos ao cliente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização dos produtos. (g) **Receitas e despesas financeiras:** Representam juros e variações cambiais decorrentes de aplicações financeiras, fornecedores em moeda estrangeira e mútuos concedidos. (h) **Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais – R\$, que é a moeda funcional da Companhia, e considera o principal ambiente econômico no qual a Companhia atua. (i) **Moeda estrangeira:** Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. Nas datas dos balanços, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem. São consideradas transações em moeda estrangeira qualquer transação em moeda diferente da moeda funcional da Companhia (real – R\$). (j) **Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados pelas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social sobre o lucro contábil do exercício, ajustado segundo critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. (k) **Provisões para demandas judiciais e administrativas:** A Companhia reconhece provisão para demandas judiciais e administrativas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. Em 31 de dezembro de 2021 não houve necessidade de contabilização de provisões para demandas judiciais e administrativas pois não há processos com probabilidade de perda provável. (l) **Demais ativos e passivos:** Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas, quando aplicável. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. (m) **Uso de estimativa:** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use o julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos duvidosos e provisão para riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. (n) **Estoques e custo das mercadorias vendidas:** Os saldos de estoques são formados por produtos para revendas e são avaliados ao custo médio de aquisição. O Custo da Mercadoria Vendida é composto pelo valor do produto convertido em reais pela taxa da DI (Declaração de Importação) acrescido das taxas e impostos não recuperáveis (ICMS e CIDE quando incidente). Em casos específicos de aquisição de mercadoria no mercado interno, o custo é equivalente ao total da compra.

**3. Novas Normas e Interpretações ainda não Efetivas** – Não há novas normas que possam trazer impactos relevantes para a Companhia.

	2021	2020
<b>4. Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
Banco conta movimento	1.573	1.620
Aplicações financeiras	31.298	31.643
<b>Total</b>	<b>32.871</b>	<b>33.263</b>

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários – CDB, não possuem restrições de resgates a qualquer momento, são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, e remuneradas a taxas que giram em torno de 77% da taxa DI em 31 de dezembro de 2021 (73% em 31.12.2020).

**5. Contas a Receber de Clientes** – Como em 31 de dezembro de 2021 todo o saldo de contas a receber já havia sido integralmente recebido dentro do exercício, não há saldo em aberto de contas a receber no encerramento do exercício.

**6. Estoques** – Os estoques são constituídos de óleo diesel importado do tipo S10 e S500, armazenados na Stollhaven Santos Ltda. e Vopak na cidade de Santos, para a filial de São Paulo e na Cattalini Terminais Marítimos S.A. na cidade de Paranaguá para a filial do Paraná. O saldo é apurado pelo custo médio ponderado de compra.

	2021	2020
Estoque de óleo diesel	46.612	18.480
Importações em andamento (a)	6.413	-
<b>Total</b>	<b>53.025</b>	<b>18.480</b>

(a) No dia 23 de dezembro de 2021 a empresa entrou com um processo de nacionalização de produto importado; porém esse desembaraço caiu em canal vermelho, sendo liberado apenas em Janeiro de 2022. Como os impostos e taxas foram pagos antecipadamente em dezembro de 2021, a Companhia os contabilizou na conta de importação em andamento.

	2021	2020
<b>7. Impostos a Recupera</b>		
IRPJ (IRRF)/CSLL	527	134
PIS a compensar	1.031	436
COFINS a compensar	4.741	2.011
<b>Total</b>	<b>6.299</b>	<b>2.581</b>

	2021	2020
<b>8. Adiantamentos a Fornecedores</b>		
Adiantamento para fornecedores	2	-
Adiantamento para importação	85	148
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>148</b>

(a) No dia 23/12 a Companhia entrou com um processo de nacionalização de produto DI 212463649-8, porém esse desembaraço caiu em canal vermelho, sendo liberado apenas em Jan/22, como os impostos são pagos antecipadamente, foi necessário contabilizar o pagamento dos impostos e taxas referente ao processo na conta de importação em andamento.

	2021	2020
<b>9. Outros Créditos</b>		
Despesas de seguros pagas antecipadamente	246	267
Adiantamentos a empregados	-	6
<b>Total</b>	<b>246</b>	<b>273</b>

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais – R\$)					
	Nota Explicativa	2021		2020	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de vendas	18	854.238	1.040.746		
Custos dos produtos vendidos	19	(839.391)	(1.057.731)		
<b>Lucro (Prejuízo) Bruto</b>		<b>14.847</b>	<b>(16.985)</b>		
Despesas administrativas e gerais	19	(9.646)	(10.468)		
Outras receitas e despesas operacionais	20	41	476		
<b>Lucro/(Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro</b>		<b>5.242</b>	<b>(26.977)</b>		
Despesas financeiras	21	(18)	(36)		
Receitas financeiras	21	1.324	628		
Variação cambial líquida	21	(5.220)	(5.118)		
Resultado financeiro		(3.914)	(4.526)		
<b>Lucro/(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		<b>1.328</b>	<b>(31.503)</b>		
Imposto de renda e contribuição social	22	-	-		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		1.328	(31.503)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais – R\$)			
	31/12/2021	31/12/2020	
Outros resultados abrangentes	-	-	
<b>Resultado Abrangente Total do Exercício</b>	<b>1.328</b>	<b>(31.503)</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações da Insuficiência de Patrimônio Líquido para os exercícios em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais – R\$)				
	Capital social	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>800</b>	<b>3.097</b>	<b>(89.753)</b>	<b>(85.856)</b>
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(31.503)	(31.503)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>800</b>	<b>3.097</b>	<b>(121.256)</b>	<b>(117.359)</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	1.328	1.328
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>800</b>	<b>3.097</b>	<b>(119.928)</b>	<b>(116.031)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais – R\$)			
	31/12/2021	31/12/2020	
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício</b>	<b>1.328</b>	<b>(31.503)</b>	
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa aplicado nas atividades operacionais:			
Variação cambial sobre saldos com partes relacionadas	32	(5.357)	
Instrumentos financeiros derivativos	1.883	(5.773)	
Provisão com partes relacionadas	-	33.140	
Baixa de imobilizado e intangível	-	55	
Depreciação e amortização	142	283	
Encargos de arrendamento mercantil	-	5	
<b>Total</b>	<b>2.057</b>	<b>22.354</b>	

Aumento (Redução) nos Ativos Operacionais			
Contas a receber	-	18.602	
Estoques	(34.544)	122	
Impostos a recuperar	(3.718)	(1.292)	
Adiantamentos a fornecedores	61	276	
Outros créditos	27	(142)	
<b>Total</b>	<b>(38.174)</b>	<b>17.566</b>	

Aumento (Redução) nos Passivos Operacionais			
Fornecedores	133	19	
Obrigações trabalhistas	(7)	51	
Obrigações fiscais	193	(40)	
Fornecedores – partes relacionadas e royalties a pagar	34.329	(13.956)	
<b>Total</b>	<b>34.648</b>	<b>(13.926)</b>	

Caixa Gerado Aplicado nas Atividades Operacionais			
Imposto de renda e contribuição social pagos por antecipação	(244)	(978)	
<b>Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais</b>	<b>(385)</b>	<b>(6.487)</b>	

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	(7)	(250)	
<b>Caixa aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(7)</b>	<b>(250)</b>	
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>			
Pagamento de arrendamento mercantil	-	(174)	
<b>Caixa aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>-</b>	<b>(174)</b>	
<b>Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(392)</b>	<b>(6.911)</b>	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	33.263	40.174	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	32.871	33.263	
<b>Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(392)</b>	<b>(6.911)</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2021				2020			
	Taxas de depreciação		Depreciação Acumulada		Depreciação		Depreciação	
	Custo	Líquido	Custo	Líquido	Custo	Líquido	Custo	Líquido
Móveis e utensílios	10%	96	(65)	31	97	(57)	40	
Equipamentos de informática	20%	314	(221)	93	340	(185)	155	
Veículos	20%	203	(54)	149	203	(13)	190	
Instalações	10%	63	(31)	32	152	(113)	39	
Equipamentos de telecomunicações	20%	9	(6)	3	18	(13)	5	
<b>Total</b>		<b>685</b>	<b>(377)</b>	<b>308</b>	<b>810</b>	<b>(381)</b>	<b>429</b>	

A movimentação do imobilizado é a seguinte:

	2021	2020
Saldo inicial	429	356
Adições	-	247
Baixas	(1)	(55)
Depreciação	(120)	(119)
<b>Saldo final</b>	<b>308</b>	<b>429</b>

11. Bens de Direito de uso e Ativo Intangível – Bens de direito de uso			
	Saldo em 31/12/2020	Adições em 2020	Saldo em 31/12/2021



# Publicidade Legal

... continuação		Greenery Brasil Trading S.A.	
	2021	2020	
<b>Demonstração do resultado</b>			
Custo com importação de combustíveis	(820.538)	(1.019.921)	
Custo com terminal (Provisão) (c)	-	(33.140)	
Subtotal contabilizado como custo dos produtos vendidos	(820.538)	(1.053.061)	
Variação cambial líquida (nota explicativa nº 21)	(5.220)	(5.119)	
Remuneração da Administração	(5.294)	(5.731)	
<b>Total</b>	<b>(831.052)</b>	<b>(1.063.911)</b>	
a) Saldo a pagar à Greenergy Fuels Limited referente a importação de combustível.			
b) Saldo com a Greenergy International Limited referente a "Royalties". Para tal operação existe registro de ROF junto ao Banco Central e o contrato está averbado no INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial). Sobre os "Royalties" pagos incidem os seguintes impostos: CIDE (10%), Imposto de Renda Retido na Fonte (15%) e IOF (0,38%).			
c) Saldo a pagar à Greenergy Fuels Limited referente ao compartilhamento de custos de demurrage, tancagem e taxas portuárias, no valor de US\$ 6.377.100. Esses custos são decorrentes do mercado fechado nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2020, onde a Greenergy Brasil não vendeu os produtos para contribuir com os custos e os mesmos foram pagos na sua totalidade pela matriz.			
<b>Custo de estocagem:</b> Os produtos da Companhia são estocados em três empresas de armazenagem localizadas em dois terminais portuários (duas empresas em Santos-SP e uma empresa em Paranaguá-PR). Como os custos de estocagem destes terminais são contratados e pagos diretamente por partes relacionadas no exterior, até 31 de dezembro de 2020 não eram contabilizados nas demonstrações financeiras da Companhia no Brasil nenhuma despesa ou passivo sobre operações de estocagem/armazenamento.			
Em 2020 foi contabilizada uma despesa de R\$33.140, conforme mencionado no item c) acima. Conforme divulgado acima, a Companhia possui transações relevantes com partes relacionadas, as quais foram apuradas com base em condições negociadas entre as partes e que poderiam ser diferentes caso tivessem sido efetuadas com partes não relacionadas.			
<b>16. Arrendamentos a Pagar</b> – Em 2021 a Companhia não possui saldo de arrendamento a pagar. Como o contrato de locação do escritório é de curto prazo (12 meses), não se enquadra nas normas para contabilização de passivo de arrendamento e bens de direito de uso.			
<b>17. Patrimônio Líquido</b> – O capital social em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é representado por 799.966 cotas no valor nominal de R\$1,00 cada, assim distribuídas:			
	<b>Ações</b>	<b>Participação – %</b>	
Greenergy Fuels Limited	799.966	100%	
Nelson Aparecido Ostanello	1	0%	
<b>Total</b>	<b>799.966</b>	<b>100%</b>	
17.1) Reserva legal: De acordo com a legislação societária, a reserva legal deve ser contabilizada até atingir o limite de 20% do capital social. Como em 31 de dezembro de 2021 o valor desta reserva é superior à este limite, a Administração da Companhia pretende deliberar durante o exercício de 2022, para transferir R\$3.097 para absorção de prejuízos acumulados, tendo em vista o § 2º do art. 193, que permite a utilização de tais valores para compensação de prejuízos. Vale mencionar que, como a Greenergy Brasil Trading S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com um acionista controlador que detém a totalidade das suas ações, a Administração da Companhia entende que este excesso da reserva legal não causa impacto negativo a terceiros, uma vez que a Companhia não possui acionistas minoritários.			
<b>18. Receita Líquida de Vendas</b>			
Receita de óleo diesel e gasolina	895.683	1.225.594	
Exportações de álcool	13.802	-	
Serviço prestados	9	-	
Impostos incidentes sobre vendas – principalmente PIS/COFINS (*)	(53.079)	(179.199)	
Devoluções de vendas	(2.177)	(5.649)	
<b>Total</b>	<b>854.238</b>	<b>1.040.746</b>	
(*) Em 2020 os impostos representavam 14,6% da receita e em 2021 representam 5,9%. Houve uma redução significativa nas despesas de impostos quando comparado com o valor das receitas em função dos seguintes motivos: • Os valores de PIS/COFINS são pagos por pauta; ou seja, o Governo Federal define um valor fixo a pagar por volume de produto negociado. Ou seja, a despesa não é apurada através de um percentual aplicado sobre o valor da receita. Os valores são pagos por pauta no momento da importação dos produtos e são contabilizados como impostos a recuperar. No momento da venda, o valor da despesa de PIS/COFINS é calculado pelo valor da pauta vigente no momento da venda. O valor do imposto creditado no momento da importação é deduzido do valor a pagar. • Embora houve um aumento significativo nos preços unitários de vendas dos produtos em 2021, o Governo Federal não reajustou os valores de pauta de PIS/COFINS durante 2021. • Durante os meses de março e abril de 2021 não houve tributação de PIS/COFINS, conforme permitido pelo Decreto 10.638/21.			
<b>19. Custos e Despesas Administrativas e Gerais por Natureza</b>			
Custo dos produtos vendidos:	<b>2021</b>	<b>2020</b>	
Custo de importação de combustíveis (ver nota 15)	820.538	1.019.921	
Reembolso de despesas provisões (ver nota 15)	-	33.140	
Demais custos incidentes na importação pagos (a)	3.581	4.670	
	<b>824.119</b>	<b>1.057.731</b>	
Custos de produtos adquiridos no mercado local	15.272	-	
<b>Total do custo dos produtos vendidos</b>	<b>839.391</b>	<b>1.057.731</b>	
Despesas gerais e administrativas:			
Despesas com pessoal	7.607	8.330	

	2021	2020
Serviços prestados por terceiros	1.076	1.012
Outras despesas administrativas	963	1.126
<b>Total</b>	<b>9.646</b>	<b>10.468</b>
(a) Os demais custos incidentes na importação referem-se a impostos não recuperáveis (Ex.: ICMS e taxas), perdas, seguros, adicional de marinha mercante, taxa Siscorex, etc.		
<b>20. Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		
Outras despesas e receitas	45	529
PIS e COFINS sobre outras receitas	(4)	(53)
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>476</b>
<b>21. Resultado Financeiro</b>		
<b>Despesas financeiras</b>		
Descontos concedidos e outras despesas financeiras	(18)	(36)
<b>Total</b>	<b>(18)</b>	<b>(36)</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.315	600
Juros ativos e outras receitas financeiras	9	28
<b>Total</b>	<b>1.324</b>	<b>628</b>
<b>Variação cambial líquida</b>		
Variação cambial líquida sobre saldos com partes relacionadas	(14.358)	(58.515)
Resultado com operações com derivativos de proteção cambial	9.138	53.397
<b>Total</b>	<b>(5.220)</b>	<b>(5.118)</b>
<b>Resultado financeiro</b>		
<b>22. Imposto de Renda e Contribuição Social</b> – A conciliação de impostos entre as taxas efetivas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é a seguinte:	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	1.328	(31.503)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	(452)	10.711
Ajuste de preços de transferências – TP	(7)	-
Ajustes de diferenças permanentes	11.340	-
Outros efeitos, bem como efeito decorrente da não contabilização de ativo fiscal diferido não registrado e outros efeitos	(10.881)	(10.711)
Despesa corrente de imposto de renda e contribuição social	-	-
Em 2021 houve um prejuízo fiscal de R\$29.752. O saldo de prejuízos fiscais acumulados em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 117.346. Não foi contabilizado imposto de renda diferido ativo sobre este saldo nem sobre as demais diferenças temporárias devido à incerteza quanto a geração de lucros tributáveis futuros.		
<b>23. Contingências</b> – A Companhia não possui ações de natureza trabalhista, tributária e cível envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como provável, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. A Companhia possui duas ações de natureza tributária classificadas como "perdas possíveis" no valor de R\$210 em 2021 (R\$190 em 2020).		
<b>24. Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos</b> – A Companhia opera com instrumentos financeiros não-derivativos, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e fornecedores, cujos valores não diferem significativamente dos respectivos valores de mercado. Os saldos a pagar para partes relacionadas foram apurados com base em condições negociadas entre as partes, conforme divulgado na nota explicativa 15. Todos os instrumentos financeiros não derivativos estão classificados como custo amortizado. <b>Instrumentos financeiros por categoria:</b> Os principais ativos e passivos financeiros estão demonstrados a seguir:		
Custo amortizado:	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Caixa e equivalentes de caixa	32.871	33.263
Valor justo por meio de resultado:		
Instrumentos financeiros derivativos – ativo (passivo)	(1.386)	496
Passivos ao custo amortizado:		
Fornecedores – partes relacionadas	(194.453)	(160.091)
Fornecedores – terceiros	(255)	(122)
Partes relacionadas – "royalties" a pagar	(11.112)	(11.112)
<b>Gestão de riscos sobre os instrumentos financeiros:</b> As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos sobre os seus instrumentos financeiros: riscos de mercado (risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco cambial da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. <b>Risco de mercado – risco cambial:</b> A exposição da Companhia ao risco de variação nas taxas de câmbio é aplicável principalmente ao saldo a pagar a partes relacionadas denominados em USD Americano. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos ("Non deliverable Forward – NDF") para proteção do risco cambial do saldo de fornecedores a pagar. O "Notional Amount" destes derivativos é de US\$20.735.581 e o valor justo destes derivativos corresponde a um passivo de R\$ 1.386 em 31 de dezembro de 2021 (ativo R\$496 em 2020). Em 31 de dezembro de 2021 o saldo do passivo em moeda estrangeira é de R\$194.453; como existem derivativos de R\$ 115.898 para proteção deste passivo, a exposição cambial líquida é de R\$78.555. Um aumento de 10% na taxa do câmbio vigente em 31 de dezembro de 2021 geraria uma perda de aproximadamente R\$ 7.901 para a Companhia. <b>Risco de mercado – risco de taxa de juros:</b> é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que		

	2021	2020
Reduzam as receitas financeiras sobre as aplicações financeiras indexadas em CDI. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui uma exposição ativa ao CDI de R\$31.298, conforme demonstrado na nota explicativa nº 4. Uma redução de 10% na taxa de juros vigente em 31 de dezembro de 2021 geraria uma perda de aproximadamente R\$ 17 para a Companhia. <b>Risco de crédito:</b> decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de inadimplência de clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de aplicações financeiras (ver notas explicativas nº 4 e nº 5). Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia realiza operações com instituições financeiras aprovadas pela Administração. <b>Como o saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2021 é zero, não há este risco nesta data base.</b> Existe risco de concentração de clientes. A Companhia trabalha com uma carteira reduzida de clientes e a receita de 2021 está concentrada conforme abaixo:		
Cliente A		27%
Cliente B		25%
Cliente C		11%
<b>Risco de liquidez:</b> É o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é garantir que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações, nos respectivos vencimentos sob condições normais e de estresse. Como parte substancial dos passivos e das compras de produtos para revenda são com partes relacionadas (ver nota explicativa nº 15), existe flexibilidade nas datas dos pagamentos; ou seja, a Companhia paga as partes relacionadas apenas quando possui caixa disponível. Adicionalmente, a Companhia conta com o suporte financeiro de sua controladora e de outras empresas do Grupo para financiar suas atividades e assegurar o cumprimento de suas obrigações financeiras.		
<b>25. Cobertura de Seguros</b> – A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para cobrir o risco de eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, conforme abaixo:		
Tipo de cobertura	<b>Importância segurada</b>	
Transporte internacional	US\$ 20.000	
Riscos operacionais empresariais	US\$ 20.000	
Responsabilidade civil estabelecimentos comerciais e/ou industriais	R\$ 15.064	
Seguro de responsabilidade para administradores	R\$ 7.482	
Seguro empresarial	R\$ 3.500	
Seguro automóvel	R\$ 1.000	
<b>26. Depósitos em Garantia</b> – Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tem depósitos para fins de garantia do contrato de aluguel, no valor de R\$ 42, que corresponde a 3 (três) meses de locação.		
<b>27. Outras Divulgações</b> – Em 2019 a Companhia vendeu, por R\$ 15.982, para o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados PCG-Brasil Multi Carteira os direitos creditórios decorrentes do processo judicial ativo sobre PIS e COFINS. O valor foi integralmente recebido em caixa durante 2019 e o ganho foi contabilizado da demonstração de resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. O referido processo judicial nº 5004269-78.2018.4.03.6100 refere-se ao mandado de segurança preventivo impetrado pela Companhia objetivando assegurar à impetrante o direito de recolher a contribuição ao PIS e a COFINS na aquisição ou importação de óleo diesel e gasolina em consonância com os coeficientes de redução previstos no Decreto nº 8.395/2015, afastando-se a majoração trazida pelo Decreto nº 9.101/2017, juntamente com pleito de repetição dos valores recolhidos a maior desde a publicação do referido ato legal, incluindo todos os seus respectivos acessórios, instrumentos que os representam, anexos, direitos, ações e quaisquer outros efeitos que deles decorram, todos os direitos a eles inerentes, como direito de ação, cobrança e todos os acréscimos incidentes, incluindo juros legais, juros moratórios, juros remuneratórios, despesas, correção monetária e quaisquer outros valores que sejam devidos, encontrando-se livres e desembaraçados de quaisquer ônus e gravames.		
<b>28. Eventos Subsequentes – Efeitos do conflito entre a Rússia e Ucrânia:</b> Parte dos produtos adquiridos pelas partes relacionadas no exterior e revendidos para o Brasil são importados da Rússia, após o início do conflito em de 23 de fevereiro de 2022, houve os seguintes efeitos: As refinarias do Reino Unido e da Europa refinam gasolina suficiente para atender à demanda regional; entretanto, como não produzem diesel suficiente, são feitas importações deste produto para atender à demanda. Historicamente, algumas importações de diesel vieram da Rússia e dos Bálticos, dada a proximidade (cerca de 5 dias de navegação) em comparação com local mais longe, como o Oriente Médio, que leva cerca de 25 dias de navegação. O Grupo Greenergy no exterior está trabalhando ativamente com os fornecedores para obter produtos não russos; contudo, vai demorar algum tempo para a cadeia de suprimentos global se adaptar. As distâncias de transporte mais longas afetarão o tipo e o número de navios necessários para transportar combustível e a infraestrutura também pode precisar ser alterada para refletir essas mudanças. Esta situação poderá reduzir a disponibilidade de produtos para venda à Greenergy Brasil Trading S.A., sendo que ainda não é possível estimar os impactos nas suas operações.		
<b>29. Aprovação das Demonstrações Financeiras</b> – As demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação pela Administração em 29 de abril de 2022.		

Nelson Aparecido Ostanello – Diretor Presidente  
Edna Ferreira Machado – Diretora  
João Roberto Tagliaterra – Contador CRC 1SP 135.442/O-2

## YSSY Soluções S.A.

CNPJ/MF nº 05.280.162/0001-44

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto no lucro líquido por ação)

Balancos Patrimoniais				Demonstrações do Resultado					
Ativo	Controladora		Consolidado		Controladora	Consolidado			
	2021	2020	2021	2020		2021 07 à 12/2020	2021 07 à 12/2020		
<b>Circulante</b>	<b>57.435</b>	<b>48.064</b>	<b>58.057</b>	<b>49.358</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	2.894	3.203	2.904	3.571					
Contas a receber de clientes	33.863	27.619	34.377	28.362					
Estoques	2.811	3.741	2.811	3.741					
Impostos a recuperar	5.486	3.458	5.540	3.478					
Despesas antecipadas	11.308	9.391	11.308	9.391					
Outros créditos	1.073	652	1.117	815					
<b>Não Circulante</b>	<b>62.487</b>	<b>52.626</b>	<b>63.637</b>	<b>52.307</b>					
Contas a receber de clientes	17.265	8.698	17.265	8.698					
Partes Relacionadas	3.349	289	6.936	1.404					
Depósitos judiciais	47	57	47	57					
IRPJ e contribuição social diferidos	17.451	19.601	17.451	19.601					
Outros créditos	-	-	8	-					
Investimentos em controlada	3.494	2.708	-	-					
Imobilizado	1.839	1.461	2.539	2.289					
Intangível	19.042	19.812	19.391	20.258					
<b>Total do ativo</b>	<b>119.922</b>	<b>100.690</b>	<b>121.694</b>	<b>101.665</b>					
<b>Passivo e Patrimônio líquido</b>				<b>Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido</b>					
<b>Circulante</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>		<b>Capital social</b>	<b>Reserva de capital</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>	
	2021	2020	2021	2020					2021
Empréstimos e financiamentos	4.413	513	4.649	556	80.103	21.163	(45.149)	56.117	
Fornecedores	34.575	30.666	34.598	30.683			(440)	(440)	
Obrigações tributárias	2.969	2.001	3.122	2.186	80.103	21.163	(45.589)	55.677	
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	583	478	735	622			6.469	6.469	
Outras provisões	6.459	2.835	6.962	2.836			(39.120)	62.146	
Parcelamentos de impostos	1.066	301	1.323	301					
Outras Obrigações	1.638	888	1.638	908					
<b>Não Circulante</b>	<b>6.073</b>	<b>7.331</b>	<b>6.521</b>	<b>7.896</b>					
Empréstimos e financiamentos	2.054	1.003	2.357	1.360					
Fornecedores	298	5.118	298	5.118					
Partes Relacionadas	170	164	-	372					
Provisão para contingências	1.131	764	1.131	764					
Parcelamento de impostos	2.420	282	2.735	282					
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>62.146</b>	<b>55.677</b>	<b>62.146</b>	<b>55.677</b>					
Capital social	80.103	80.103	80.103	80.103					
Reserva de capital	21.163	21.163	21.163	21.163					
Prejuízos acumulados	(39.120)	(45.589)	(39.120)	(45.589)					
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>119.922</b>	<b>100.690</b>	<b>121.694</b>	<b>101.665</b>					
<b>Demonstrações do Resultado Abrangente</b>				<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>		Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:	Resultado de equivalência patrimonial	Depreciação e amortização	
	2021	2020	2020	2020					(786)
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	6.469	(440)	6.469	(440)	1.734	1.561	1.959	1.564	
Resultado abrangente do exercício	6.469	(440)	6.469	(440)	-	(28)	-	(28)	
					(777)	555	(777)	555	
					301	(472)	301	(472)	
					2.151	(750)	2.151	(750)	
					654	64	795	64	
					744	3	782	3	
					(8.567)	-	(8.567)	-	
					188	1.881	690	1.882	
					<b>2.111</b>	<b>1.359</b>	<b>3.803</b>	<b>2.378</b>	
					<b>Aumento (redução) nos ativos operacionais:</b>				
					Contas a receber	(6.244)	(24.575)	(6.015)	(24.869)
					Estoques	1.707	(2.055)	1.707	(2.457)
					Impostos a recuperar	(2.028)	(1.602)	(2.063)	(1.601)
					Outros créditos	(2.328)	(7.037)	(2.217)	(6.675)
					<b>Redução (aumento) nos passivos operacionais:</b>				
					Fornecedores	(911)	33.806	(905)	33.815
					Obrigações trabalhistas e previdenciárias	105	39	113	113
					Obrigações tributárias	968	1.826	936	1.809
					Outras provisões	3.502	197	3.502	(178)
					Outras obrigações				







Reserva Paulista Administradora de Parques S.A.

CNPJ/MF nº 42.768.967/0001-68

Demonstrações Financeiras para o período compreendido entre 16 de julho de 2021 (data de constituição) à 31 de dezembro de 2021

Table with columns: Balanços patrimoniais, Nota, 16/07/2021 à 31/12/2021, Demonstrações dos fluxos de caixa, 31/12/2021. Rows include Ativo circulante, Passivo circulante, Patrimônio líquido, etc.

Table with columns: Demonstração do resultado, Demonstração do resultado abrangente, Demonstração das mutações do patrimônio líquido. Rows include Receita operacional líquida, Resultado bruto, Despesas operacionais, etc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Reserva Paulista Administradora de Parques S/A ("Reserva Paulista" ou "Companhia"), uma sociedade anônima, de propósito específico, formada pela participação societária das empresas LivePark Entretenimento e Participações Ltda., Oceanic Atrativos Turísticos S/A, Turita Participações Ltda., Egypt Engenharia e Participações Ltda., ERA Técnica Engenharia Construções e Serviços Ltda. e Pavigne Terraplanagem e Pavimentação Ltda., constituída em 16 de julho de 2021, com sede na Avenida Miguel Estéfano, São Paulo, SP. A Companhia tem como objeto social, específica e exclusivamente, a realização das atividades descritas no Edital da concorrência internacional nº 02/2020 ("Concorrência"), e no contrato de Concessão ("Contrato de Concessão") celebrado entre a Companhia e a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo ("Poder Concedente"), compreendendo as atividades de administração de parques em geral e outras atividades de recreação não especificadas anteriormente. Em 08 de setembro de 2021, a Companhia assinou contrato de concessão com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente ("SIMA"), para concessão de atividades de reforma, conservação, operação, manutenção e exploração econômica da área de concessão, correspondente à parcela territorial, realizando os investimentos de acordo com o caderno de encargos do Edital da área correspondente da unidade de conservação Parque Estadual Fontes do Ipiranga, relativa ao Zoológico, Jardim Botânico, e da Fazenda localizada no município de Araçoiaba da Serra/SP, bem como pelo direito de uso do estacionamento da Universidade de São Paulo (USP), pelo período de 30 anos, tendo seu início em 1º de dezembro de 2021. O contrato de concessão prevê que a Companhia realize pagamento de outorga fixa e variável, conforme descrito na nota explicativa nº 4. A Reserva Paulista venceu o leilão com uma oferta de outorga fixa no valor de R\$ 111.500 (representando um ágio de 132%), na data base de agosto de 2020. O valor da outorga fixa foi pago pela Companhia em 30 de julho de 2021, com os valores atualizados pelo IPC/FIPF entre os meses de agosto de 2020 a maio de 2021 (último mês divulgado), no montante de R\$ 119.283. Principais ações para viabilizar a continuidade das operações do Zoológico pela iniciativa privada: Em 31 de dezembro de 2021, o capital circulante líquido da Companhia encontra-se negativo, uma vez o bem público foi recebido no início de dezembro de 2021. A Companhia tem como objetivo a realização de diversos investimentos nos próximos anos, almejando aumentar a visitação nos parques e consequentemente aumentar a rentabilidade do impacto. No curto prazo, bem como realizou a aquisição de uma atração (T-Rex), sendo esta financiada pelo vendedor, também com impacto no curto-prazo. Outro impacto importante de curto-prazo é a contrapartida do estacionamento da USP com pagamentos anuais. Se desconsiderarmos os itens citados acima, o capital circulante líquido ficaria positivo, fruto das atividades operacionais. Os itens citados acima serão liquidados por meio do aumento na rentabilidade do negócio, principalmente com o incremento do público por meio de diversas ações, tais como maior visibilidade dos parques na mídia, implementação do departamento comercial estruturado para venda ativa, com as pré-vendas de ingressos para as escolas por meio de nosso programa educacional, pré-vendas de ingressos para o canal de empresas, relacionamento com os grandes operadores de turismo, na qual chamamos de receita externa. Outra fonte muito importante são as receitas internas, que são as operações de alimentos & bebidas, operações de venda de souvenirs, operações de estacionamento, aluguel de espaço para eventos, entre outras. Com estas ações de incremento das receitas externas e internas, e dado que este negócio tem característica de custos e despesas fixas, fará com que se ajuste positivamente o capital circulante líquido no médio-prazo. As ações propostas são contínuas e periodicamente avaliadas pela Administração, buscando o equilíbrio financeiro e a manutenção de seus operações. Impactos do novo coronavírus (Covid-19): Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (Covid-19) é uma emergência de saúde global. A pandemia desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar alguns impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis das organizações. Na data de emissão destas demonstrações contábeis, a Administração observa um cenário de redução da taxa de vacinação da população, queda recorrente dos registros de casos e internações causadas pela Covid-19 e estudo dos órgãos de saúde e governo indicando para a flexibilização dos protocolos sanitários. Com base nesse cenário, a Administração entende que não sofrerá impactos relevantes na visitação do parque, mas continua observando constantemente, e com muita atenção, a evolução dos casos no país e no mundo, para mensurar com a maior brevidade possíveis consequências nos negócios. 2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas: A autorização, pela diretoria, para a emissão destas demonstrações contábeis ocorreu em 27 de abril de 2022. 2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação: As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Devido a Companhia ter sido constituída em 16 de julho de 2021 não existem saldos comparativos a serem apresentados na presente demonstrações contábeis. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa no 2.3. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. 2.3. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínuamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. 2.4. Determinação do valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos

das remotas não são provisionados nem divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. 3.1.11. Tributações: Impostos sobre as vendas: As receitas de serviços e venda de mercadorias estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) - 7,60%; Imposto sobre serviços (ISS) - 2% a 5%; Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) - 7% a 18%. Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos: O imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. O imposto diferido é reconhecido sobre diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos nas demonstrações contábeis e suas respectivas bases de cálculo (conhecidas como diferenças temporárias). Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que aumentem o lucro tributável no futuro. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que reduzam o lucro tributável no futuro e quaisquer prejuízos fiscais não utilizados ou créditos fiscais não utilizados. Impostos diferidos ativos são mensurados pelo maior valor que, com base no lucro tributável corrente ou futuro estimado, seja mais provável do que improvável que seja recuperado. O valor contábil líquido de impostos diferidos ativos é revisado a cada data de balanço e ajustado para refletir a avaliação atual dos lucros tributáveis futuros. Quaisquer ajustes são reconhecidos em lucros e perdas. O imposto diferido é calculado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas ao lucro tributável (prejuízo fiscal) dos períodos nos quais se espera que o imposto diferido ativo seja realizado ou que o imposto diferido passivo seja liquidado, com base nas alíquotas que tenham sido promulgadas ou substantivamente promulgadas até o final do período do relatório. A Administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Imposto de Renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado. 3.1.12. Provisões: Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação. 3.1.13. Adiantamentos de clientes: A receita compreende o valor de recebimento antecipado de venda de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados. 3.1.14. Reconhecimento de receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrito a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço e produto. A Companhia, baseada no modelo de cinco etapas da norma: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida; analisou os contratos e identificou que as obrigações de desempenho satisfazem: Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria física e venda on-line) são reconhecidas no momento da visita do cliente ao parque. O estacionamento da Companhia é operado por uma empresa terceira. As receitas decorrentes dessa operação são reconhecidas de acordo com o percentual de utilização do estacionamento a título de locação de espaço ao final de cada mês. As receitas provenientes de contratos de locação são reconhecidas no resultado à medida que os prazos dos contratos vão incorrendo com base na vigência e característica dos contratos. Receitas com mercadorias: As vendas de souvenirs são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes. Receita e despesa financeira: A receita financeira está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificador são capitalizados juntamente com o investimento. 3.1.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. 3.1.16. Contratos de concessão ICPC 01 (R1): A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. Quando incorridos, investimentos com a infraestrutura, dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere a Companhia o direito de controle do uso e posse da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente no término do contrato. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura em virtude da prestação de serviços públicos em nome do poder concedente, nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante o prazo determinado. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, a não ser em revisões extraordinárias do contrato com vistas à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do mesmo. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo remanescente do contrato de concessão. 3.1.17. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. (i) Ativos financeiros: A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é IJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. No custo amortizado, o valor justo por meio do resultado abrangente mensurado pelo método de juros efetivos. (ii) Passivos financeiros: (a) no modelo de negócio da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quando (b) no modelo de características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingir tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfizesse os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao IJORA como ao IJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios. A Companhia classifica seus ativos financeiros em: (i) valor justo por meio do resultado e (ii) custo amortizado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Com exceção das aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa, que são mensuradas ao valor justo por meio do resultado, os demais ativos financeiros (contas a receber) são classificadas como custo amortizado. (ii) Passivos financeiros: Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ("VJR") ou custo amortizado, conforme o caso. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos, contas a pagar a fornecedores, partes relacionadas e concessão de serviço público. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são



# Publicidade Legal

## Reserva Paulista Administradora de Parques S.A.

tação: e • Fomentar e apoiar atividades de pesquisa científica, de inovação tecnológica e de conservação ambiental. A Companhia poderá explorar livremente a área de concessão, desde que observadas as seguintes condições: (i) seja preservada a natureza de uso comum do povo e os objetivos da criação da Unidade de Conservação Parque Estadual Fontes do Ipiranga, especialmente da área da concessão; (ii) seja mantida a vocação e a utilização do Zoológico, como um zoológico e do Jardim Botânico como um jardim botânico Classe A, nos termos das legislações aplicáveis; (iii) no caso de exploração da Fazenda, as atividades sejam: a) majoritariamente complementares ou de apoio ao Zoológico ou ao Jardim Botânico, resguardada a possibilidade de alienação de excedente em caso de produção de alimentos ou de mudas; ou b) envolvam empreendimento de uso e manejo de fauna silvestre e/ou fauna exótica, com ou sem visitação pública e legalmente autorizado em categoria sem fins comerciais; (iv) sejam observados as normas, os padrões e os procedimentos dispostos no plano de manejo da unidade de conservação Parque Estadual Fontes do Ipiranga e no plano diretor do Jardim Botânico; (v) que as obras e intervenções que envolvam demolição, reforma ou construção de novas estruturas contem com a aprovação prévia por parte do poder concedente, representado pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente ("SIMA"), na forma do Anexo III do Edital; e (vi) Deverá assegurar acesso de representantes da SIMA, da Fundação Parque Zoológico de SP e do Instituto de Pesquisas Ambientais na área da concessão, a fim de que possam ser realizadas as atividades inerentes às suas funções institucionais, tais como a pesquisa e a gestão ambiental do Parque Estadual Fontes do Ipiranga, dentre outros. Constitui obrigação da Companhia a realização das atividades de operação do Zoológico e do Jardim Botânico e a manutenção de seu constante e permanente funcionamento, observadas as regras e meliores práticas de manejo de ativos biológicos tanto da fauna como da flora, priorizando o bem-estar animal e a manutenção de coleções representativas da flora, visando promover, efetivamente, a conservação da biodiversidade. Deverá ainda, a Companhia construir novas instalações, bem como fomentar e apoiar atividades de pesquisa científica, de inovação tecnológica e de conservação ambiental desenvolvidas pela Fundação Parque Zoológico de SP, pelo Instituto de Pesquisas Ambientais ou por outro ente sem finalidade lucrativa voltado à pesquisa, ou respectivos pesquisadores. **Contrapartida Estacionamento USP:** Considerando a existência de ativos de propriedade parcial da Universidade de São Paulo (USP) na área da concessão, o Anexo XX do contrato de concessão trata das diretrizes de convivência e compartilhamento de áreas e ativos entre a Companhia e a USP. As diretrizes de conveniência são uma via de comunicação sólida entre as partes envolvidas, facilitando a organização e o desenvolvimento dos serviços e atividades cujas interfaces ao longo do prazo da concessão. Os objetivos das diretrizes de convivência entre a Companhia e a USP são, dentre outros: I. promover a organização da convivência e da realização de atividades da USP e da Companhia na área de concessão; II. promover a utilização adequada e remunerada do ativo da USP situado na área de concessão; III. estabelecer diretrizes e ações a serem adotadas visando à mitigação de riscos decorrentes das atividades em regime de convivência. Conforme o parágrafo III e IV da cláusula 2.1 são obrigações da Companhia: III. pagar anualmente à USP, em contrapartida ao uso da área do estacionamento, o montante de R\$ 1.500 atualizado anualmente pelo IPC/FIPE, em conta específica a ser indicada pela USP. O primeiro pagamento deverá ser realizado até 5º (quinto) dia útil do 13º (décimo terceiro) mês contado da data de assinatura do contrato e, anualmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês de aniversário do contrato. IV. Em caso de atraso no pagamento anual à USP, será aplicada multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês, calculados pro rata die, que serão devidos também à USP.

**5. Caixa e equivalentes de caixa:** 31/12/2021  
Caixa e bancos conta movimento 137  
Aplicações financeiras 4.478  
**Total** 4.615

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), com remuneração de 100% dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs). As aplicações podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

**6. Contas a receber de clientes:** 31/12/2021  
Contas a receber de bilheteria 1.307  
Clientes locação de uso de espaços 457  
**Total** 1.764

O saldo de contas a receber tem características de vencimento em curto prazo, dado que o maior vencimento se refere às vendas de bilheteria com cartão de crédito, cujo vencimento é de aproximadamente 30 dias após a venda. O risco de insolvência é quase nulo, dado que as vendas a prazo são recebidas exclusivamente com cartão de crédito. O saldo referente à locação de espaços é apurado mensalmente e pago no início do mês seguinte, reduzindo a possibilidade de inadimplência. **7. Imobilizado:** Composição do ativo imobilizado líquido:

	31/12/2021			
	% de depreciação anual	Taxa de depreciação	Custo acumulado	Imobilizado líquido
Máquinas, equipamentos e ferramentas	20	2.360	(21)	2.339
Equipamentos de informática	20	273	(8)	265
Móveis e utensílios	10	263	(3)	260
Benefiteiras em imóveis de terceiros	4	214	(4)	210
Instalações	10	14	-	14
Adiantamento para aquisição de ativo imobilizado	-	19	-	19
<b>Total</b>		<b>3.143</b>	<b>(36)</b>	<b>3.107</b>

A movimentação do ativo imobilizado encontra-se demonstrada a seguir:

	31/12/2021			
	% de depreciação anual	Taxa de depreciação	Custo acumulado	Imobilizado líquido
Máquinas, equipamentos e ferramentas	20	2.360	(21)	2.339
Equipamentos de informática	20	273	(8)	265
Móveis e utensílios	10	263	(3)	260
Benefiteiras em imóveis de terceiros	4	214	(4)	210
Instalações	10	14	-	14
Adiantamento para aquisição de ativo imobilizado	-	19	-	19
<b>Total</b>		<b>3.143</b>	<b>(36)</b>	<b>3.107</b>

Os itens de ativo imobilizado referem-se a ativos que não estão vinculados diretamente a concessão. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia entendeu não ser necessário o reconhecimento de quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). **8. Intangível:** Composição do ativo intangível líquido:

	31/12/2021			
	% de depreciação anual	Taxa de depreciação	Custo acumulado	Intangível líquido
Outorga fixa do Zoológico de SP, Jardim Botânico e da Fazenda	3,33	119.283	(331)	118.952
Juros Capitalizados Outorga Fixa	3,33	3.744	(11)	3.733
Softwares	20	264	(8)	256
Outorga fixa direito de uso estacionamento	3,33	14.002	(125)	13.877
Juros Capitalizados Estacionamento	3,33	1.626	(5)	1.621
<b>Total</b>		<b>138.919</b>	<b>(480)</b>	<b>138.439</b>

A movimentação do ativo intangível encontra-se demonstrada a seguir:

	31/12/2021			
	% de depreciação anual	Taxa de depreciação	Custo acumulado	Intangível líquido
Outorga fixa do Zoológico de SP, Jardim Botânico e da Fazenda	3,33	119.283	(331)	118.952
Juros capitalizados outorga fixa	3,33	3.744	(11)	3.733
Softwares	20	264	(8)	256

Outorga fixa direito de uso estacionamento - 14.002 - (125) 13.877  
Juros capitalizados estacionamento - 1.626 - (5) 1.621  
**Total** - 138.919 - (480) 138.439

**Direito de outorga fixa do Zoológico de SP, Jardim Botânico e da Fazenda localizada no município de Araçoiaba da Serra/SP.** Como condição para assinatura do contrato, a Companhia realizou o pagamento único no valor de R\$ 119.283 a título de outorga fixa, conforme cláusula décima segunda do contrato de concessão. A amortização será de acordo com o contrato de concessão que é de 30 anos contados da data de assinatura do Termo de Entrega do Bem Público. As despesas financeiras provenientes da atualização da dívida foram capitalizadas. A parcela capitalizada foi calculada de maneira proporcional ao início da operação da concessão e serão amortizados pelo prazo de concessão. Mais detalhes sobre a outorga fixa estão descritos na nota explicativa nº4. **Softwares:** Os valores constantes neste grupo referem-se aos investimentos iniciais para implantação do sistema ERP. A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos. **Outorga fixa direito de uso estacionamento:** Refere-se a outorga fixa decorrente do direito de uso do estacionamento da USP. Segundo orientações contidas no OCP/05, a outorga do direito de uso do estacionamento foi reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de TLP (IPCA + 4.10% a.a.), e terá sua amortização de acordo com o prazo de concessão que é de 30 anos. As despesas financeiras provenientes da atualização da dívida foram capitalizadas. A parcela capitalizada foi calculada de maneira proporcional ao início da operação da concessão e serão amortizados pelo prazo de concessão. Mais detalhes sobre a outorga fixa estão descritos na nota explicativa nº 4.

**9. Fornecedores:** 31/12/2021  
Contas a pagar prestadores de serviços 1.631  
Fornecedores de aquisição de mercadorias para revenda 301  
Fornecedores de insumos para alimentação animal 190  
Demais fornecedores 214  
**Total** 2.336

O saldo de fornecedores é composto principalmente por obrigações com fornecedores de serviços para a operação (serviços de tratadores, segurança, orientação a visitantes, paisagismo, limpeza etc.), desenvolvimento de branding, honorários advocatícios e gastos para atendimento das obrigações iniciais do edital de concessão. **10. Empréstimos:**

Modalidades	Taxa média	Vencimento final	31/12/2021
CCB	CDI + 3,90% a.a.	01/08/2028	62.090
<b>Total</b>			<b>62.090</b>

**Comentários sobre as principais modalidades em 2021:** Cédulas de Crédito Bancário (CCB). Recurso captado para que a Companhia realizasse o pagamento de parte da outorga fixa do Zoológico de SP, Jardim Botânico e da Fazenda. Essas foram realizadas a uma taxa anual média de CDI+3,90%, sendo apresentado como garantia aval dos acionistas. **Composição da parcela de longo prazo:** O fluxo de pagamento da parcela de longo encontra-se demonstrada a seguir:

Ano	Valor
2023	4.812
2024	18.448
2025	14.586
2026	8.798
2027	8.117
2028	5.055
<b>Total</b>	<b>59.816</b>

**Cláusulas de restrição "covenants":** Os saldos de empréstimos possuem cláusulas restritivas para cumprimento de determinados indicadores financeiros ("covenants") que não foram aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2021 e que devem ser acompanhadas pela Administração para o encerramento dos próximos períodos. **11. Contas a pagar a partes relacionadas:** São realizadas transações entre partes relacionadas de acordo com características próprias acordadas entre as partes, as quais podem ser diferentes das condições usuais de mercado. Apresentamos seus valores a seguir:

Fornecedores - Passivo	31/12/2021
Livepark Entretenimento e Participações Ltda.	360
Oceanic Atrativos Turísticos S/A	140
Egypt Engenharia e Participações Ltda.	120
<b>Total</b>	<b>620</b>

Conforme ata de assembleia geral extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2021, que propõe a fixação de contraprestação às três empresas que vêm prestando serviços à Companhia, a composição dos valores prevista é de: R\$ 90 por mês para a Livepark Entretenimento e Participações Ltda referente a serviços de consultoria nas áreas operacional e comercial; R\$ 35 por mês para a Oceanic Atrativos Turísticos S.A. referente a consultoria técnica, e; R\$ 30 por mês para a Egypt Engenharia e Participações Ltda, referente a consultoria na área de infraestrutura, totalizando um valor mensal de R\$ 155, provisionados na contabilidade desde setembro de 2021. **11.1. Remuneração da Administração:** A remuneração da Administração, que compreende a benefícios de curto prazo, totalizou em 2021 o montante de R\$ 623.

**12. Concessão de serviço público:** 31/12/2021  
Outorga fixa direito de uso estacionamento 15.963  
Contas a pagar ônus de fiscalização 10  
**Total** 15.973  
Circulante 1.474  
Não circulante 14.499  
**Total** 15.973

**Outorga fixa direito de uso estacionamento:** Pela assinatura do contrato de concessão, a Companhia se obriga a pagar à Universidade de São Paulo (USP) uma contribuição fixa no total de R\$ 45.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto TLP (IPCA + 4.10% a.a.), conforme a orientação técnica OCP/05, que será paga em 30 parcelas anuais de R\$ 1.500. Esses pagamentos ocorrem no mês de setembro de cada ano. Os pagamentos são reajustados pelo IPC/FIPE desde a data de assinatura do contrato, que ocorreu em 08 de setembro de 2021, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do Universidade de São Paulo. Mais detalhes sobre a outorga fixa do direito de uso do estacionamento estão descritos na nota explicativa nº 4.

**13. Contas a pagar:** 31/12/2021  
Contas a pagar aquisição ativo imobilizado 2.106  
Circulante 1.270  
Não circulante 836  
**Total** 2.106

**Contas a pagar aquisição ativo imobilizado - T-Rex:** Trata-se de uma atração adicional Exposição/Parque Temático de Dinossauros localizado dentro do Zoológico de São Paulo, denominado T-Rex Zoo, com cobrança extra em relação ao ingresso de acesso ao parque. A Companhia adquiriu tais equipamento para manutenção desta atração dentro do Parque Zoológico. O valor total da aquisição foi de R\$ 2.500, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto TLP (IPCA + 4.10% a.a.), que será paga em 21 parcelas mensais, corrigidas pelo IPCA, iniciando no mês de dezembro de 2021, com término em julho de 2023, conforme contrato assinado entre as partes em 30 de novembro de 2021. Trata-se da aquisição de um ativo não vinculado à concessão.

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Enfase:** Conforme apresentado na nota explicativa nº 2.1 às demonstrações contábeis, a Companhia foi constituída em 16 de julho de 2021. Dessa forma, não há demonstrações contábeis comparativas para fins de apresentação. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de

**14. Outras Obrigações:** 31/12/2021  
Provisão de contas a pagar prestadores serviços 562  
Seguros a pagar 309  
Outras provisões de contas a pagar 340  
**Total** 1.211

**15. Provisão para demandas judiciais:** Os passivos contingentes são reconhecidos quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, não possui processos de natureza tributária, trabalhista ou cível com prognóstico possível ou provável. De acordo com a legislação vigente, as declarações de imposto de renda entregues estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Varias outras declarações referentes a impostos e contribuições federais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares referentes a períodos variáveis estão sujeitas à revisão por períodos variados. No entanto, na opinião da Administração da Companhia, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial e, em 31 de dezembro de 2021, não existindo processos significativos reconhecidos contra a Companhia. Contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas no momento, mas a avaliação da Companhia é que não existem passivos adicionais que devam ser considerados em suas demonstrações contábeis. **16. Patrimônio líquido:** **16.1. Capital social subscrito e integralizado:** Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R\$ 68.579, representado por 68.579.000 ações de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada, composto da seguinte forma:

Acionistas	Ações	Valor	(%)
Livepark Entretenimento e Participações Ltda	28.803.180	28.803	42,00
Oceanic Atrativos Turísticos S/A	22.631.070	22.631	33,00
Turita Participações Ltda	7.200.795	7.201	10,50
Egypt Engenharia e Participações Ltda	4.114.740	4.115	6,00
EPT Técnica Engenharia Construções e Serviços Ltda	4.114.740	4.115	6,00
Pavienge Terraplanagem e Pavimentação Ltda	1.714.475	1.714	2,50
<b>Total</b>	<b>68.579.000</b>	<b>68.579</b>	<b>100,00</b>

**Integralização de capital:** Em 16 de julho de 2021, conforme instrumento particular de constituição da Companhia, ocorreu a integralização de capital social no montante de R\$ 1 mil, representado por 1.000 ações ordinárias, totalmente integralizado em moeda no próprio período. **Aumento de capital:** Em 05 de agosto de 2021, conforme ata da assembleia geral extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia de R\$ 1 mil para R\$ 68.579, portanto um aumento de R\$ 68.578, com a emissão de 68.578.000 ações ordinárias nominativas, totalmente integralizado em moeda no próprio período. **16.2. Reserva legal:** Será constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não constituiu reserva legal em função do resultado. **16.3. Distribuição de dividendos:** Em 31 de dezembro de 2021, não houve a distribuição de lucros em função do resultado.

**17. Receita operacional líquida** 16/07/2021 a 31/12/2021  
Venda de ingressos 2.903  
Venda de mercadorias 265  
Aluguel do estacionamento 198  
Locação de uso de espaço 57  
Outras receitas 3.556  
(-) Impostos sobre as vendas (411)  
(-) Devoluções (412)  
**Total** 3.144

**18. Custo dos serviços prestados:** 16/07/2021 a 31/12/2021  
Custo com serviços prestados por terceiros (3.323)  
Custos com pessoal (748)  
Amortização (472)  
Energia elétrica e água (186)  
Insumos para alimentação e tratamento animal (100)  
Custo com a venda de mercadorias (86)  
Outros (171)  
**Total** (5.086)

**19. Despesas comerciais, gerais e administrativas:** 16/07/2021 a 31/12/2021  
Despesas com serviços prestados por terceiros (1.176)  
Despesas com pessoal (401)  
Material gráfico - impresso e digital (127)  
Viagens e hospedagem (82)  
Seguros (58)  
Impostos e taxas (32)  
Despesas legais (32)  
Locação de equipamentos (27)  
Publicidade e propaganda (21)  
Depreciação e amortização (19)  
Lanches e refeições (18)  
Outras despesas (83)  
**Total** (2.082)

**20. Resultado financeiro:** 16/07/2021 a 31/12/2021  
Receitas financeiras 162  
Rendimento de aplicações financeiras -  
Despesas financeiras -  
Juros sobre empréstimos e variações monetárias outorga fixa estacionamento (1.040)  
Tarifas operadoras de cartões (41)  
Despesas bancárias (32)  
Descontos concedidos (13)  
Outras despesas (2)  
**Total** (1.128)

**21. Imposto de Renda e Contribuição Social:** As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. Os encargos de imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. O imposto de renda está calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável/ajustado, acrescida do adicional de 10%, sendo feito as devidas deduções permitidas pelo regulamento do imposto de renda. A contribuição social sobre o lucro está calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

**Descrição** 16/07/2021 a 31/12/2021  
**Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social** (4.990)  
(+) Adições (\*) 1.522  
(-) Exclusões -  
**Base de cálculo** (3.468)  
Alíquota de IRPJ - 15% -  
Alíquota adicional de IRPJ - 10% -  
Alíquota CSL - 9% -  
**Total do imposto de renda e contribuição social** -

(\*) As adições referem-se, principalmente, a provisões de prestadores de serviços, provisão de contas a pagar de concessionária de energia elétrica e provisão de contas a pagar para partes relacionadas. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não realizou o registro do imposto de renda e da contribuição social sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Tal fato deve-se devido a Administração da Companhia entender que devido ao estágio atual da Companhia (primeiro mês de operação) e em função da posição conservadora em relação as projeções de resultado futuro, contudo, o reconhecimento será avaliado nos próximos períodos. **22. Instrumentos financeiros e gestão de riscos:** Os instrumentos financeiros da Companhia estão registrados em contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nas datas dos balanços. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em contrapartida aquelas vigentes no mercado. As estratégias de gerenciamento de riscos da Companhia e os respectivos efeitos nas demonstrações contábeis podem ser resumidos como segue: **Risco de crédito:** Além da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito. **Riscos de liquidez:** É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de curto prazo. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Considerando que parte substancial dos empréstimos da Companhia está atrelada a taxas pré-fixadas, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo. **Operações com instrumentos derivativos:** Companhia não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2021 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos. **22.1. Valor justo dos instrumentos financeiros:** Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2021 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos, contas a pagar, e concessão de serviço público.

	31/12/2021			
	Nível	Valor Justo	Custo Amortizado	Total Geral
<b>Instrumentos financeiros</b>				
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	2	4.615	-	4.615
Contas a receber de clientes	2	-	1.464	1.464
<b>Total do Ativo</b>		<b>4.615</b>	<b>1.464</b>	<b>145.485</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores	-	-	2.336	2.336
Empréstimos	2	-	62.090	62.090
Partes relacionadas	-	-	620	620
Concessão de serviços públicos	3	-	15.973	15.973
Contas a pagar	3	-	2.106	2.106
<b>Total do Passivo</b>			<b>83.125</b>	<b>83.125</b>

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos. Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: **Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros: Nível 1: Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços; Nível 2: Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direto (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); e Nível 3: Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis). **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo. **Contas a receber de clientes:** as contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor de realização e, quando aplicável, são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. **Fornecedores e partes relacionadas:** apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado; **Empréstimos e financiamentos:** Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo. **Concessão de serviço público e contas a pagar:** Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas. **23. Cobertura de seguros (não auditado):** A Companhia mantém apólices de seguro, segundo a cobertura contratada, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Os riscos cobertos compreendem: Seguro de Transporte Nacional, Seguro de Transporte Exportação, Seguro de Transporte de Importação, Seguro de Responsabilidade Civil, Seguro Propriedade, Seguro D&O. As premissas adotadas, dada a sua natureza, são avaliadas pela Administração da Companhia que entendem ser suficientes e adequadas para cobertura de riscos patrimoniais, operacionais e financeiros. Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração da Companhia.

Risco Coberto	Seguradora	Cobertura - R\$ Mil	Vigência
Responsabilidade Civil	Sompo	5.000	De: 01/12/21 Até: 01/12/22
Riscos Nomeados	Sompo	16.000	De: 01/12/21 Até: 01/12/22
Auto Frota	Porto Seguro	100	De: 01/12/21 Até: 01/12/22
D&O	Chubb	10.000	De: 01/12/21 Até: 01/12/22

**24. Eventos subsequentes: Captação de Empréstimo:** Em 24 de fevereiro de 2022 a Companhia realizou uma captação de recursos, para gestão de capital de giro, no valor de R\$ 5.000, a uma taxa de juros de 4,33% a.a. e uma taxa referencial de 100% DI Over - Cetip, para liquidação em pagamento em 18 parcelas com vencimento entre 08/04/2022 e 08/09/2023, tendo como garantia um contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios.

**DIRETORIA**  
**Eduardo Rigotto - Diretor de Operações**  
**Edvaldo Rodrigues - Contador - CRC ISP.175.156 / 0-6**

relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião,



**BMP Money Plus Sociedade de Crédito Direto S.A.**

CNPJ: nº 34.337.707/0001-00

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da Diretoria e as Demonstrações Financeiras relativas exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da **BMP MONEY PLUS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020** (Em milhares de reais)

Balço Patrimonial				Demonstrações das mutações do patrimônio líquido			
Ativo	Notas	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	Notas	31/12/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>		<b>78.105</b>	<b>7.237</b>	<b>Circulante</b>		<b>31.227</b>	<b>3.244</b>
<b>Disponibilidades</b>		<b>42.416</b>	<b>6.916</b>	<b>Outras obrigações</b>		<b>31.227</b>	<b>3.244</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	(4)	42.416	5.892	Fiscais e previdenciárias	(8a)	4.010	1.155
Aplicações em títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	(5)	-	1.024	Diversas	(8b)	27.217	2.089
<b>Operações de crédito</b>		<b>29</b>	-	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>46.878</b>	<b>3.993</b>
Setor privado		30	-	<b>Capital</b>		<b>2.500</b>	<b>1.000</b>
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)	(1)	-	-	De domiciliados no País	(10a)	1.000	1.000
<b>Outros créditos</b>		<b>35.660</b>	<b>321</b>	Aumento de Capital		1.500	-
Diversos	(7)	35.660	321	<b>Reservas de Lucros</b>	(10b)	<b>44.378</b>	<b>2.969</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>78.105</b>	<b>7.237</b>	Reserva Legal		200	148
				Reserva de Lucros		44.178	2.821
				<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>		<b>-</b>	<b>24</b>
				Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	24
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>78.105</b>	<b>7.237</b>

**1. Contexto operacional:** A BMP MONEY PLUS Sociedade de Crédito Direto S.A., (a qual neste relatório, quando necessário, será denominada de "Instituição") é uma instituição financeira que tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio, constituída pelas disposições da Resolução CMN nº 4.656 de 26 de abril de 2018 do Conselho Monetário Nacional e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 10 de junho de 2019, tendo iniciado as operações em outubro de 2019. COVID-19. A propagação repentina da epidemia (Covid-19), tem causado a paralisação de vários setores produtivos, comerciais e financeiros, além de confinar pessoas e causar a instabilidade na economia global. A BMP está sujeita ao risco de crédito nas suas operações e a Administração monitora o comportamento do mercado de seus instrumentos financeiros, ampliando as operações nas plataformas digitais. O Conselho Monetário Nacional e o Banco Central têm adotado medidas para minimizar os efeitos desta crise sobre a economia, por injetar recursos financeiros, seja em fornecer ajuda emergencial para as pessoas ou ajuda financeira às pequenas e médias empresas. Na avaliação da Administração não houve impactos relevantes nas demonstrações financeiras e as incertezas não afetam a avaliação de continuidade operacional da BMP. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), as normalizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do Banco Central do Brasil ("BACEN") e da Lei das Sociedades por Ações-Lei nº 6.404/1976 alterada pela Lei nº 11.638/2007 e 11.941/2009. Foram também adotados os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo CMN e pelo BACEN. As demonstrações financeiras, quando aplicável, incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos, perdas por redução ao valor recuperável - impairment - de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "Títulos disponíveis para venda" e "Títulos mantidos até o vencimento", ativos não financeiros e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações apresentadas em real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, houve mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Instituição em 01 de março de 2021, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem afetar estas demonstrações. **3. Principais práticas contábeis adotadas:** As principais práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.604/2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 - "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo caixa e equivalentes de caixa os saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo original igual ou inferior a 90 (noventa) dias e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Títulos e valores mobiliários:** De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **i) Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre; **ii) Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como para serem mantidos até o vencimento. Os ganhos e perdas não realizados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários sob o título "Ajuste de avaliação patrimonial"; **iii) Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento; são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre. Com base nas determinações estabelecidas no parágrafo único do artigo 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como "Títulos para negociação" são apresentados no Balço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento. **c) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando-se a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando também os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa faixa por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial. O resultado nas operações de crédito cedidas é registrado no resultado do exercício, na data da realização destas operações. As operações de cessão de crédito são registradas com base na Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, a qual determina que os ativos financeiros são baixados se a compra ou a venda da carteira for com retenção ou sem retenção/transferência substancial dos riscos e benefícios. A Instituição opera com cessão de crédito exclusivamente sem retenção substancial dos riscos e benefícios. **Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"):** A revisão do valor contábil líquido dos ativos tem o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, deve ser constituída uma provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 não teve nenhum ativo sujeito ao teste de impairment. **d) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** A Administração da Instituição considera que, do ponto de vista fiscal, a SCD é "instituição financeira", porém não está automaticamente sujeita aos regimes especiais de tributação aplicáveis às instituições financeiras. A legislação fiscal vigente demonstra que as SCD's não estão relacionadas no rol das instituições financeiras que estão sujeitas aos seguintes regimes: "Obrigatoriedade ao regime de tributação no lucro real: o Artigo 14, II, da Lei 9.718/98 relaciona as instituições financeiras que estão obrigatoriamente sujeitas à apuração do lucro real. As SCDs não constam dessa relação, de forma que podem optar pela sistemática do lucro presumido ou do lucro real, desde que atendam aos demais critérios para enquadramento nestes regimes;" A opção da Instituição para o exercício de 2021 foi pela tributação com base na apuração do lucro presumido. Desta forma, o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro presumido tributável excedente a R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro presumido tributável para contribuição social, sendo o lucro presumido tributável correspondente a 32% sobre a receita bruta. Em 31 de dezembro de 2020 a opção foi pelo lucro real, aplicando-se a alíquota genérica de 9% (carga tributária total de IRPJ e CSL de 34%). V. Artigo 1º da Lei 13.169/15 c/c Artigo 1º da LC 105/01. Desta forma, a provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação fiscal foi calculada à alíquota de 15%. **e) Provisões para riscos, obrigações legais, passivos e ativos contingentes:** As provisões para riscos e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e pela Carta Circular nº 3.429/10 do BACEN. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como "Remota", "Possível" ou "Provável" com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, e da Administração, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer a instâncias superiores e a experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou às alterações. Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando considerados "praticamente certos", que normalmente ocorre quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Provisões para riscos: são provisionadas quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como "Perdas possíveis" são apenas divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança são avaliados como "Perdas remotas" e não são provisionados nem divulgados. Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. **f) Outros ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Instituição e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. É acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como realizáveis e exigíveis a longo prazo. **g) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no método exponencial. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. **h) Lucro por ação:** É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço. **i) Partes relacionadas:** A Instituição no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 não realizou transações com partes relacionadas. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

Capital		Reserva de Lucros		Lucros		Ajuste Valor	
Notas	social	Legal	Estatutárias	acumulados	Patrimonial	Total	
<b>Saldos em 01/01/2020</b>	<b>1.000</b>	<b>36</b>	<b>687</b>	-	-	<b>1.723</b>	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.246	24	<b>2.270</b>	
<b>Destinações:</b>							
Transferência para reserva estatutária	10b	-	2.134	(2.134)	-	-	
Reserva legal		112	-	(112)	-	-	
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>1.000</b>	<b>148</b>	<b>2.821</b>	-	<b>24</b>	<b>3.993</b>	
<b>Mutação do período</b>							
<b>Saldos em 01/01/2021</b>	<b>1.000</b>	<b>148</b>	<b>2.821</b>	-	<b>24</b>	<b>3.993</b>	
Lucro líquido do exercício	10a	1.000	148	48.909	48.909	-	
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	
Ajuste Valor Patrimonial		-	-	-	(24)	(24)	
Aumento de Capital Social		1.500	-	(1.500)	-	-	
Distribuição Lucros		-	-	(6.000)	-	(6.000)	
Transferência para reserva estatutária	10b	-	48.857	(48.857)	-	-	
Reserva legal		52	-	(52)	-	-	
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>2.500</b>	<b>200</b>	<b>44.178</b>	-	<b>24</b>	<b>46.878</b>	
<b>Mutação do período</b>							
<b>Saldos em 30 de junho de 2020</b>	<b>1.000</b>	<b>91</b>	<b>41.357</b>	-	<b>(24)</b>	<b>42.885</b>	
Lucro líquido do exercício		-	-	1.144	15	<b>1.159</b>	
Integralização de Capital Social		-	-	-	-	-	
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	
Transferência para reserva estatutária	10b	-	1.087	(1.087)	-	-	
Reserva legal		57	-	(57)	-	-	
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>1.000</b>	<b>148</b>	<b>2.821</b>	-	<b>24</b>	<b>3.993</b>	
<b>Mutação do período</b>							
<b>Saldos em 30 de junho de 2021</b>	<b>1.000</b>	<b>652</b>	<b>12.387</b>	-	<b>42</b>	<b>14.081</b>	
Lucro líquido do semestre		-	-	38.839	-	<b>38.839</b>	
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	(42)	(42)	
Ajuste Valor Patrimonial		-	-	-	-	-	
Aumento de Capital Social		1.500	-	(1.500)	-	-	
Distribuição de Lucros		-	-	(6.000)	-	(6.000)	
Transferência para reserva estatutária	10b	-	38.839	(38.839)	-	-	
Reserva legal		(452)	452	-	-	-	
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>2.500</b>	<b>200</b>	<b>44.178</b>	-	<b>24</b>	<b>46.878</b>	
<b>Mutação do período</b>							
<b>Saldos em 01/01/2021</b>	<b>1.500</b>	<b>(452)</b>	<b>31.791</b>	-	<b>(42)</b>	<b>32.797</b>	

Demonstração do resultado					
Notas	2021		2020		
	2º. Semestre	Exercício	2º. Semestre	Exercício	
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>	-	4	-	2	13
Operações de crédito	-	4	-	2	13
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>	-	4	-	2	13
<b>Outras Receitas/Despesas Operacionais</b>	<b>43.830</b>	<b>55.225</b>	<b>1.712</b>	<b>1.712</b>	<b>3.373</b>
Receitas de prestação de serviços	-	-	8	8	8
Despesas de Honorários	(11)	(60)	(120)	(60)	(120)
Outras despesas administrativas	(12)	(415)	(806)	(533)	(1.023)
Despesas tributárias	(13)	(1.679)	(2.131)	(91)	(161)
Outras receitas operacionais	(14)	45.987	58.281	2.388	4.669
Outras despesas operacionais	(3)	(3)	-	-	-
<b>Resultado Operacional</b>	<b>43.830</b>	<b>55.225</b>	<b>1.714</b>	<b>1.714</b>	<b>3.386</b>
<b>Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro</b>	<b>43.830</b>	<b>55.225</b>	<b>1.714</b>	<b>1.714</b>	<b>3.386</b>
<b>Imposto de Renda e CSLL</b>	<b>(4.991)</b>	<b>(6.317)</b>	<b>(571)</b>	<b>(571)</b>	<b>(1.140)</b>
Provisão para imposto de renda	(15)	(3.667)	(4.639)	(417)	(835)
Provisão para contribuição social		(1.324)	(1.678)	(154)	(305)
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>38.839</b>	<b>48.908</b>	<b>1.143</b>	<b>1.143</b>	<b>2.246</b>
Número de Ações	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
<b>Lucro Líquido por lote de mil Ações e/ou quotas - em R\$</b>	<b>38,84</b>	<b>48,91</b>	<b>1,14</b>	<b>1,14</b>	<b>2,25</b>

Demonstração do Resultado Abrangente					
2º. Semestre	2021		2020		
	Exercício	Exercício	2º. Semestre	Exercício	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>38.839</b>	<b>48.908</b>	<b>1.143</b>	<b>1.143</b>	<b>2.246</b>
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	(42)	(24)	15	24	24
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(42)	(24)	15	24	24
<b>Resultado abrangente para o exercício, líquido de tributos</b>	<b>38.797</b>	<b>48.884</b>	<b>1.158</b>	<b>1.158</b>	<b>2.270</b>

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto					
2º. Semestre	2021		2020		
	Exercício	Exercício	2º. Semestre	Exercício	
<b>Lucro líquido do semestre/exercício ajustado</b>	<b>43.827</b>	<b>55.225</b>	<b>1.714</b>	<b>1.714</b>	<b>3.386</b>
Lucro líquido antes do imposto de renda e CSLL	<b>43.830</b>	<b>55.225</b>	<b>1.714</b>	<b>1.714</b>	<b>3.386</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3)	1	-	-	-
<b>Varição de ativos e obrigações</b>	<b>(12.992)</b>	<b>(12.702)</b>	<b>1.540</b>	<b>1.026</b>	<b>1.026</b>
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez-BC	1.042	1.024	(15)	(24)	(24)
(Aumento) em Relações Interfinanceiras	-	-	-	10	10
(Aumento) operações de crédito	717	(29)	140	-	-
Redução(Aumento) em outros créditos e outros valores e bens	(30.049)	(35.339)	(33)	(313)	(313)
Aumento em outras obrigações	20.331	27.983	2.004	2.469	2.469
Ajuste avaliação patrimonial	(42)	(24)	15	24	24
Imposto de renda e contribuição social	(4.991)	(6.317)	(571)	(1.140)	(1.140)
<b>Caixa líquido proveniente das(atividade) atividades operacionais</b>	<b>30.835</b>	<b>42.524</b>	<b>3.254</b>	<b>4.412</b>	<b>4.412</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Dividendos pagos	(6.000)	(6.000)	-	-	-
<b>Caixa líquido aplicado nas(atividade) atividades de financiamento</b>	<b>(6.000)</b>	<b>(6.000)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Aumento em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>24.835</b>	<b>36.524</b>	<b>3.254</b>	<b>4.412</b>	<b>4.412</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>					
No início do semestre/exercícios	17.581	5.892	2.638	1.480	1.480
No fim do semestre/exercícios	42.416	42.416	5.892	5.892	5.892
<b>Aumento em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>24.835</b>	<b>36.524</b>	<b>3.254</b>	<b>4.412</b>	<b>4.412</b>

**7. Provisão para passivos contingentes:** Durante o curso normal de seus negócios, a Instituição está exposta a certas contingências e riscos. A provisão para contingências é estabelecida por valores atualizados, para questões trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, para os casos em que a perda é considerada provável. Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 as contingências relacionadas a processos trabalhistas, contingências de tributários e processos cíveis não foram constituídas, motivado pela inexistência absoluta de tais processos decorrentes da recente constituição da Instituição. As declarações de rendimentos da Instituição estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes aos períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação pelas autoridades fiscais. **8. Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021, o capital social totalmente subscrito e integralizado é constituído por 2.500.000 ações ordinárias, com valor nominal no valor total de R\$ 2.500. Em 31 de dezembro de 2020 era de 1.000.000 de ações ordinárias, com valor total de R\$ 1.000. Em 14 de setembro de 2021, o Capital Social passou para R\$ 2.500, mediante capitalização de parte do saldo da conta de Outras Reservas de Lucros, no montante de R\$ 1.500, com emissão de 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) novas ações ordinárias, nominativas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma. **b) Reservas de lucros:** O Estatuto Social prevê que do lucro líquido do exercício, serão destinados: • 5% para o Fundo de Reserva Legal (FRL), até atingir 20% do capital social; O valor da reserva em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 500 e em 31 de dezembro de 2020 R\$ 148. • 25% para dividendo aos acionistas, deduzida a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3, do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pela Instituição. Os dividendos mínimos podem ser distribuídos através de juros sobre o capital próprio. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral. Em 18 de novembro de 2021 foi distribuído lucro R\$ 6.000 aos sócios, proporcionalmente a participação no Capital Social. O



>>>Continuação...

11. Despesas Tributárias	2º. Semestre 2021	2021	2º. Semestre 2020	2020
Descrição				
Despesas com Cofins	1188	1.556	73	128
Despesas com Pis	491	571	15	30
Outros Impostos e Taxas	-	4	3	3
<b>Total</b>	<b>1.679</b>	<b>2.131</b>	<b>91</b>	<b>161</b>
12. Outras Receitas Operacionais	2º. Semestre 2021	2021	2º. Semestre 2020	2020
Descrição				
Lucros em Operações de Venda de Ativos Financeiros				
- Cessão De Crédito	45.932	58.211	2.368	4.649
Outras Rendas Operacionais	55	70	20	20
<b>Total</b>	<b>45.987</b>	<b>58.281</b>	<b>2.388</b>	<b>4.669</b>
13. Imposto de renda e contribuição social:	2º. Semestre 2021	2021	2º. Semestre 2020	2020
Descrição				
Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com efeito no resultado do período pode ser assim demonstrada:				
<b>Lucro Presumido</b>	<b>Imposto de Renda</b>	<b>Contribuição Social</b>		
Receita Operacional Bruta	45.987	58.281	45.987	58.281
Percentual de presunção	32%	32%	32%	32%
Base de Cálculo (Lucro Presumido)	14.716	18.650	14.716	18.650
Aliquotas: IR (25%) CS (9%)	3.679	4.663	1.324	1.678
(-) Dedução IR Adicional	12	24	-	-
IR e CS - Lucro Presumido	3.667	4.639	1.324	1.678
Alíquota Efetiva combinada	7,97%	7,96%	2,88%	2,88%
<b>Lucro Real</b>				
Resultado antes do IRPJ e da CSLL			1.714	3.386
Adições/ exclusões			-	-
Total das adições			-	-
Total das exclusões			71	71
Base do imposto de renda e da CSLL			1.785	3.315
Imposto de renda no exercício			417	835
Contribuição social no exercício			154	305
Alíquota Efetiva			33,3%	33,7%

**14. Transações com partes relacionadas:** No Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 em 31 de dezembro de 2020 a Instituição não realizou operações com partes relacionadas. (a) Remuneração dos empregados e administradores: Em atendimento à Resolução CMN 4.636/2018 e o Pronunciamento Técnico-CPC 05-Divulgação de Partes Relacionadas, a Instituição definiu como pessoal-chave os membros da Diretoria. O montante global anual da remuneração da diretoria é distribuído conforme determina o Estatuto Social e definido em Assembleia Geral. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o montante total provisionado para o pagamento dos Diretores foi de R\$ 120 e em 31 de dezembro de 2020 foi 120. A Instituição não concede planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para a Diretoria e a Administração. **15. Limites Operacionais:** A Instituição está enquadrada no Segmento 5 (S5) optante pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado-PRS5, conforme Res. 4.606/17, apurado pelo Banco Central do Brasil. **Basileia III - Indicadores de Risco-S5**

	2021	2020
Patrimônio de Referência Simplificado-PRS5	46.878	3.994
Limite para Imobilização (LI)	23.439	1.997
<b>Valor da margem para imobilização</b>	<b>23.439</b>	<b>1.997</b>

**16. Outras Informações:** (a) Outros Serviços Prestados Pelos Auditores Independentes: Informamos que a Administração, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, não contratou serviços da RUSSELL BEDFORD BRASIL S/S Auditores Independentes relacionados à Instituição, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente, tampouco promover seus interesses. **19. Prevenção à Lavagem de Dinheiro:** Em cumprimento à legislação específica e à melhores práticas para sua gestão eficiente, são feitas revisões periódicas e extraordinárias em todos os setores, esses procedimentos e medidas ocorrem em consonância com a gestão de riscos e controles internos. Todos nossos colaboradores e prestadores de serviços foram inseridos no programa de treinamento de PLD - Prevenção à lavagem de Dinheiro. **20. Gerenciamento de Estrutura de Capital:** Em atendimento à Resolução nº. 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 do Banco Central do Brasil, a Instituição está em processo implantação de uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital da instituição de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes. **21. Gerenciamento de riscos: Gestão de Risco Operacional:** A Instituição está desenvolvendo ações visando à implantação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com a Resolução nº 4.557/2017, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, e os relatórios de gerenciamento de risco operacional. **Gestão de Risco de Mercado:** A Instituição está em fase de implantação de controles de risco de mercado para atender as exigências da Resolução nº. 4.557/2017 que trata da estrutura de gerenciamento do risco de mercado. **22. Eventos Subsequentes:** Não houve eventos subsequentes após a emissão das demonstrações financeiras.

Diretoria: Carlos Eduardo Benitez - Diretor; Contador: José Roberto Batista - CRC - 1SP171350/O-5

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 (Em reais)		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021 (Em reais)	
Ativo	31/12/2021	31/12/2020	
<b>Circulante</b>			
Disponibilidades	2.894.994	6.756.455	
Adiantamentos	29.750	1.206.173	
Estoques - Imóveis Destinados a Venda	206.758.436	205.361.262	
<b>Total do circulante</b>	<b>209.683.180</b>	<b>213.323.889</b>	
<b>Não Circulante</b>			
Depósito Judicial	34.905	-	
<b>Total do Não Circulante</b>	<b>34.905</b>	<b>-</b>	
<b>Total do ativo</b>	<b>209.718.085</b>	<b>213.323.889</b>	
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	187.516	98.253	
Obrigações Tributárias	1.486.467	2.027.165	
Obrigações sociais	15.654	20.537	
Provisões trabalhistas	55.594	12.130	
Adiantamento de Clientes	556.610	1.824.840	
Financiamentos	-	501.033	
<b>Total do circulante</b>	<b>2.301.841</b>	<b>4.483.958</b>	
<b>Não circulante</b>			
Reembolso IPTU	995.571	19.028	
<b>Total do não circulante</b>	<b>995.571</b>	<b>19.028</b>	
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	143.031.248	143.031.248	
Reserva de Lucros	2.214.854	-	
Lucros Acumulados	62.794.497	61.357.596	
Lucros do Exercício	44.297.075	46.707.859	
Lucros Distribuídos	(45.917.000)	(42.275.800)	
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>206.420.674</b>	<b>208.820.903</b>	
<b>Total do passivo</b>	<b>209.718.085</b>	<b>213.323.889</b>	

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 (Em reais)

A Ebpark Empresarial SPE S/A, sediada na Cidade de São Paulo, Estado de SP, na Rua Werner Von Siemens, 111 - Predio 33C - Lapa, CEP 05069-010, inscrita no CNPJ sob o nº 10.336.227/0001-66, declara através de seu contador abaixo identificado as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do ano calendário de 2021:

**1) Contexto Operacional** - A Ebpark Empresarial SPE S/A é uma sociedade anônima, com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, tendo como objeto social a realização e administração do empreendimento imobiliário denominado E-business Park, localizado na Rua Werner Von Siemens, 11, Bairro Lapa, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05069-010, com início de atividades em 26/04/2011. **2) Apresentação das Demonstrações Contábeis** - As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Disposições da Lei

das Sociedades por Ações (11.638/07) e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **3) Principais Práticas Contábeis** - **3.1) Estoques de Imóveis:** São demonstrados pelo valor de aquisição somado a benfeitorias feitas no decorrer dos anos. **3.2) Direitos e obrigações:** Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência. **3.3) Impostos Federais:** A empresa está no regime do lucro presumido, contabiliza os encargos tributários pelo regime caixa, devido a receita operacional ser aluguel de imóveis. **4) Responsabilidades e Contingências** - Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, apontaram contingências. **5) Capital**

Social: O capital social é de R\$ 143.031.248,18 dividido em quotas de R\$ 1,00 cada, totalmente integralizado, apresentando a seguinte composição: - ANG Administracao de Bens Próprios Ltda: R\$ 500,00 - HS Investimentos S.A.: R\$ 500,00 - Espaço Negócios Imobiliários Ltda.: R\$ 143.030.248,18. **6) Eventos Subsequentes:** Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

São Paulo 31 de dezembro de 2021.

Sidney Saad Angulo - Diretor; Helio Seibel - Diretor; Edvaldo Valentim de Farias - Contador CRC 1SP 104.413/O-5; Confirp Consultoria Contabil Ltda - 2SP 014.230/O-3 - CNPJ: 56.812.993/0001-50

**DÓLAR**  
compra/venda  
Câmbio livre BC - R\$ 4,9185 / R\$ 4,9191\*\*  
Câmbio livre mercado - R\$ 4,9428 / R\$ 4,9430\*  
Turismo - R\$ 5,040 / R\$ 5,134

(\*) cotação média do mercado  
(\*\*) cotação do Banco Central  
Variação do câmbio livre mercado no dia: 0,06%

**OURO BM&F**  
R\$ 298,00

**BOLSAS**  
B3 (Ibovespa)  
Variação: -1,86%  
Pontos: 107.876  
Volume financeiro: R\$ 34,738 bilhões  
Maiores altas: Multiplan ON (4,01%), 3R Petroleum ON (2,73%), PetroRio ON (1,60%)  
Maiores baixas: Banco Inter UNT (-7,16%), LocaWeb ON (-6,15%), Cielo ON (-5,82%)

S&P 500 (Nova York): -3,63%  
Dow Jones (Nova York): -2,77%  
Nasdaq (Nova York): -4,17%  
CAC 40 (Paris): 0,39%  
Dax 30 (Frankfurt): 0,84%  
Financial 100 (Londres): 0,47%  
Nikkei 225 (Tóquio): 1,75%  
Hang Seng (Hong Kong):

**Magnamed Tecnologia Médica S.A.**  
CNPJ/ME nº 01.298.443/0001-73 - NIRE 35.300.370.601

**Edital de Convocação**  
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 11 de maio de 2022

Ficam convocados os acionistas da Magnamed Tecnologia Médica S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGO") a ser realizada de modo exclusivamente digital no dia 11 de maio de 2022, às 10:00 horas, por meio da Plataforma digital indicada abaixo, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Tomar a conta dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Aprovar a assinatura de Convênio Vendor Eletrônico Itaú para Concessão de Financiamentos, a ser celebrado por e entre a Companhia e o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco"), por meio do qual o Itaú Unibanco passará a poder conceder aos clientes da Companhia financiamentos para a aquisição de bens e serviços da Companhia, até o valor global de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); e (ii) Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências que se façam necessárias para a implementação da deliberação acima. **Forma de Realização e Participação:** Para participação na AGO os acionistas ou, conforme o caso, seus representantes legais ou procuradores, deverão observar o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, apresentando à Companhia o documento de identidade com foto, os atos societários pertinentes que comprovem a representação legal ou o instrumento de mandato outorgado há menos de 1 (um) ano, mediante envio de e-mail ao endereço jurídico@ magnamed.com.br. A Companhia informa que, nos termos da Instrução Normativa nº 79 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, a AGO será realizada de maneira digital, de modo que os acionistas apenas poderão participar e votar mediante atuação remota, via sistema eletrônico. A AGO será realizada por meio da plataforma digital Zoom. Para participarem por meio da plataforma digital os acionistas ou, conforme o caso, seus representantes legais ou procuradores, deverão enviar solicitação de acesso à Companhia para o endereço eletrônico indicado acima com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência do horário designado para a realização da AGO. Os acionistas presentes na AGO, por meio da plataforma digital, deverão exercer os seus respectivos direitos de voto e serão considerados presentes e assinantes, sem prejuízo de Lista de Presença e deliberações da AGO, que será encaminhada para posterior assinatura. O acesso à plataforma digital é pessoal e intransferível, não devendo ser compartilhado com terceiros. A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGO por meio da plataforma digital. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos acionistas no que diz respeito a presente convocação da AGO. São Paulo, 26 de abril de 2022. **Wataru Ueda** - Presidente do Conselho de Administração. (28, 29 e 30/04/2022)

**American Life Companhia de Seguros**  
CNPJ/ME nº 67.865.360/0001-27 - NIRE 35.300.52583-3

**Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2022**  
Data, Hora e Local: Aos 31 (trinta e um) dias do mês de março de 2022, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, localizada à Avenida Angélica, nº 2.626, térreo, Consolação, Cidade e Estado de São Paulo. **Convocação e Publicações:** Dispensada a publicação dos anúncios de convocação, tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, na forma do § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, conforme atestam as assinaturas do Livro de Registro de Presença de Acionistas. O Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, todos com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, foram publicados no jornal Data Mercantil, na edição de nº 500, respectivamente nas páginas 5, 6, 7, 8, e 9. **Presenças:** Acionistas representando a totalidade do Capital Social da Companhia, conforme atestam as assinaturas do Livro de Registro de Presença de Acionistas. Para os fins e efeitos do artigo 134, § 1º, da Lei nº 6.404/1976, registrou-se ainda a presença do Sr. Vicente de Paula Alves da Cunha, Diretor da Companhia; e do representante da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. **Mesa:** Presidente: Pedro Pereira de Freitas; Secretário: Paulo de Oliveira Medeiros. **Deliberações:** Após exame e discussão, os acionistas presentes, com abstenção dos legalmente impedidos, passaram à deliberação das matérias a serem tratadas. Os acionistas deliberaram, por unanimidade, sem quaisquer emendas ou ressalvas: **Em Assembleia Geral Ordinária:** i) aprovar as contas dos Administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; ii) considerando que a Companhia obteve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, prejuízo de R\$ 306.475,78 (trezentos e seis mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e setenta e oito centavos), e saldo positivo da Reserva de Reavaliação, no valor de R\$ 234.057,34 (duzentos e trinta e quatro mil, cinquenta e sete reais e trinta e quatro centavos): a) absorver o prejuízo apurado na conta de "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária"; b) ratificar o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, no valor de R\$ 2.037.271,79 (dois milhões, trinta e sete mil, duzentos e setenta e um reais e setenta e nove centavos), declarados no exercício social de 2021, sendo o valor bruto absorvido pela "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária"; iii) aprovar a fixação do limite para a remuneração global mensal dos Administradores da Companhia para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2022, em até R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), sendo certo que a distribuição deste valor entre os Administradores deverá ser deliberada pela Diretoria Executiva da Companhia. **Esclarecimentos:** Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do art. 130, § 1º, da Lei 6.404/1976. O Conselho Fiscal não foi instalado, tendo em vista a ausência de solicitação para o seu funcionamento neste exercício social. **Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Mesa:** Pedro Pereira de Freitas - Presidente; Paulo de Oliveira Medeiros - Secretário. **Acionistas:** Pedro Pereira de Freitas; Francisco de Assis Fernandes; Paulo de Oliveira Medeiros. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 206.910/22-8 em 26/04/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

**Fortec S/A Participações e Empreendimentos**  
CNPJ/ME nº 50.615.301/0001-06 - NIRE 35.300.000.871

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
Ficam os Srs. acionistas da FORTEC S/A PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS convocados a se reunirem em 10 de junho de 2022, às 14 horas, na Rua Cel. José Rufino Freire, 453, São Paulo/SP (sede social), para a realização da Assembleia Geral Ordinária, com a finalidade de examinar, discutir e deliberar sobre as contas e o balanço da companhia relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021. **Thales Lobo Peçanha** - Diretor Presidente. (30/04, 03 e 04/05/2022)

**Fortec S/A Participações e Empreendimentos**  
CNPJ/ME nº 50.615.301/0001-06 - NIRE 35.300.000.871

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO** - Ficam os Srs. acionistas da FORTEC S/A PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS convocados a se reunirem em 13 de maio de 2022, às 14 horas, na Rua Cel. José Rufino Freire, 453, São Paulo/SP (sede social), para a realização da Assembleia Geral Extraordinária, com a finalidade de deliberar acerca das seguintes matérias: (i) a alteração do estatuto social para estabelecer o quórum de maioria para a transformação do tipo jurídico da Fortec e ajustar o CEP do endereço da sede social; (ii) a nomeação da Diretoria; e (iii) novas regras de convocação e publicação. **Thales Lobo Peçanha** - Diretor Presidente. (30/04, 03 e 04/05/2022)



## Publicidade Legal

## DORRIS SP PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

CNPJ nº 12.909.302/0001-66

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais - R\$)

Balço Patrimonial				Demonstração do Resultado			
ATIVO	Controladora		Consolidado		Controladora	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020
<b>CIRCULANTE</b>					<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	163	265	7.915	5.741	<b>DESPESAS RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>7.348</b>	<b>9.014</b>
Contas e aluguéis a receber	—	—	1.448	1.790	Gerais e administrativas	(37)	(35)
Impostos a recuperar	272	266	326	470	Tributárias	(0)	(0)
Outros créditos CP	687	687	745	844	Resultado de equivalência patrimonial	7.385	9.049
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1.121</b>	<b>1.217</b>	<b>10.434</b>	<b>8.844</b>	Ajuste a valor justo de propriedade para investimento	—	—
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	—	(719)
Outros créditos LP	—	—	1.094	88	<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>7.348</b>	<b>9.014</b>
Investimentos	72.874	157.945	—	—	<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(2.824)</b>	<b>(1.546)</b>
Tributos diferidos	—	—	—	206	Despesas financeiras	(2.835)	(1.559)
Imobilizado	—	—	—	—	Receitas financeiras	11	13
Propriedades para investimento	—	—	61.320	190.597	<b>RESULTADO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>4.524</b>	<b>7.468</b>
Intangível	(4.729)	(4.729)	25	36	<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>68.145</b>	<b>153.215</b>	<b>62.439</b>	<b>190.928</b>	Correntes	—	(1.219)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>69.266</b>	<b>154.433</b>	<b>72.873</b>	<b>199.773</b>	Diferidos	—	(1.219)
					<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>4.524</b>	<b>7.468</b>
					QUANTIDADE DE AÇÕES	—	142.866
					<b>RESULTADO POR AÇÃO - R\$</b>	<b>0,03</b>	<b>0,05</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de Lucros (Prejuízos) acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total Patrimônio líquido
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (ORIGINALMENTE EMITIDOS)</b>	<b>44.806</b>	<b>(19.876)</b>	<b>1.836</b>	<b>26.766</b>
Mudança de prática contábil	—	49.876	—	49.876
<b>SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2017 (REAPRESENTADOS)</b>	<b>44.806</b>	<b>30.000</b>	<b>1.836</b>	<b>76.642</b>
Aumento de capital	14.000	—	—	14.000
Capital social a realizar	—	(6.100)	—	(6.100)
Adiantamento para futuro aumento de capital	—	—	(1.836)	(1.836)
Resultado líquido do exercício	—	4.452	—	4.452
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (REAPRESENTADOS)</b>	<b>58.806</b>	<b>(6.100)</b>	<b>34.452</b>	<b>87.158</b>
Aumento de capital	5.800	—	6.100	11.900
Capital social a realizar	—	300	(6.100)	(5.800)
Resultado líquido do exercício	—	10.399	—	10.399
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>	<b>64.606</b>	<b>(5.800)</b>	<b>44.851</b>	<b>103.657</b>
Aumento de capital	5.700	9.066	—	14.766
Capital social a realizar	—	(5.700)	—	(5.700)
Adiantamento para futuro aumento de capital	—	—	—	—
Resultado líquido do exercício	—	23.977	—	23.977
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>	<b>70.306</b>	<b>(2.436)</b>	<b>68.828</b>	<b>136.698</b>
Aumento de capital	—	(9.065)	—	(9.065)
Capital social a realizar	—	5.800	—	5.800
Adiantamento para futuro aumento de capital	—	—	—	—
Resultado líquido do exercício	—	7.468	—	7.468
Dividendos Distribuídos	—	(4.197)	—	(4.197)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>70.306</b>	<b>(5.700)</b>	<b>72.099</b>	<b>136.705</b>
Aumento de capital	—	—	—	—
Capital social a realizar	—	—	—	—
Adiantamento para futuro aumento de capital	—	—	—	—
Resultado líquido do exercício	—	4.524	—	4.524
Dividendos Distribuídos	—	(2.393)	—	(2.393)
Ajustes de Exercício Anterior	—	(89.280)	—	(89.280)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>70.306</b>	<b>(5.700)</b>	<b>(15.050)</b>	<b>49.556</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A empresa tem como atividade preponderante participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, quotista ou acionista podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras.

## 2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem: • As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como consolidado.

• As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade está apresentado a seguir: **Utilização de estimativas:** O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram efetuadas com base no julgamento da Administração sobre as informações disponíveis para a determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos incluídos nas demonstrações financeiras relacionados com estimativas abrangem definição de vidas úteis dos ativos imobilizados e intangíveis e propriedades para investimento e de sua recuperação nas operações, provisão para riscos e outras que possam ser aplicáveis aos demais ativos e passivos existentes nas datas dos balanços. Os resultados a serem apurados no momento da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento dessas estimativas poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **2.3. Bases de consolidação e investimento em controladas:** Controladas são todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Sociedade e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. As transações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos e os ganhos não realizados nessas operações, são eliminadas. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidência de uma perda do ativo transferido. As práticas contábeis das controladas são ajustadas, quando necessário, para assegurar a consistência com as práticas contábeis adotadas pela Sociedade. Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da Sociedade, assim como as práticas contábeis são consistentes para todos os exercícios apresentados. A empresa controlada esta demonstrada a seguir:

Participação - %	31/12/2021	31/12/2020
Cinco V Brasil S.A.	100,00	100,00

**2.4. Instrumentos financeiros ativos:** Podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: (a) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (b) investimentos mantidos até o vencimento; e (c) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinado na data do reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Sociedade possuía instrumentos financeiros ativos classificados na categoria

empréstimos. **Empréstimos e recebíveis:** Recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pela Sociedade na categoria de recebíveis compreendem, substancialmente, os ativos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva. Para a classificação como caixa e equivalentes de caixa, a Sociedade considera e avalia os instrumentos cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **2.5. Contas e aluguéis a receber:** Registrados e mantidos nos balanços pelos valores nominais e títulos representativos desses créditos. Quando aplicável, são atualizados monetariamente de acordo com as cláusulas contratuais. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída para fazer face ao risco de realização, sempre que há evidências de que uma perda será reconhecida. **2.6. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício. **2.7. Propriedades para investimento:** São propriedades mantidas para obter renda com aluguéis (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito) e são mensuradas ao custo de aquisição, incluindo os custos da transação, deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **2.8. Intangível:** Deságio: O deságio é representado pela diferença negativa entre o custo de aquisição e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. Os investimentos na controlada Cinco V Brasil S.A. inclui deságio na aquisição, sem amortização ou redução a valor de realização ("impairment"). **2.9. Investimentos:** O investimento em controlada é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade. De acordo com esse método, a participação da Sociedade nos resultados da controlada é reconhecida como resultado de equivalência patrimonial. **2.10. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são apurados pelo lucro real, sendo calculados e registrados com base no resultado do exercício ajustado de acordo com a legislação fiscal vigente. **2.11. Passivos financeiros:** Mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas por meio da aplicação da taxa de juros efetiva. **2.12. Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas:** Constituída, quando aplicável, com base na avaliação de risco de perda provável sobre as ações em processo e eventos subsequentes, embasada em relatórios preparados pelos assessores jurídicos da Sociedade e outras evidências consideradas pela Administração. **2.13. Provisões:** São reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **2.14. Outros passivos circulantes e não circulantes:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável,

Demonstração dos Fluxos de Caixa				
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>4.524</b>	<b>7.468</b>	<b>4.524</b>	<b>7.468</b>
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:</b>	<b>(4.531)</b>	<b>(7.491)</b>	<b>6.417</b>	<b>(622)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	—	—	1.219	761
Imposto de renda e contribuição social diferidos	—	—	—	2.848
Despesa com depreciação	—	—	450	11
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	—	—	875	2.166
Provisões para contingências	—	—	1.017	—
Resultado de equivalência patrimonial	(7.385)	(9.049)	—	—
Ajuste a valor justo de propriedade para investimento	—	—	—	(7.938)
Encargos financeiros sobre empréstimos, juros e variações monetárias	2.854	1.558	2.854	1.530
<b>Resultado líquido ajustado</b>	<b>(6)</b>	<b>(23)</b>	<b>10.941</b>	<b>6.847</b>
<b>Aumento (redução) nos ativos operacionais:</b>				
Contas e aluguéis a receber	—	—	(534)	3
Impostos a recuperar	(6)	(3)	144	431
Outros créditos	—	588	(701)	497
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>				
Fornecedores	0	0	459	(21)
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	0	(5)	(1.036)	(237)
Outras contas a pagar	—	—	(366)	119
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais, antes de pagamentos de imposto de renda</b>	<b>(6)</b>	<b>580</b>	<b>(2.033)</b>	<b>792</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	—	—	—	(761)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(12)</b>	<b>557</b>	<b>8.907</b>	<b>6.877</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Realização de adiantamento para futuro aumento de capital	82	—	82	—
Recebimento de Dividendos	3.176	7.899	—	—
Aquisição de bens para o ativo imobilizado e propriedades para investimento	—	—	(3.467)	(5.954)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>3.258</b>	<b>7.899</b>	<b>(3.385)</b>	<b>(5.954)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Realização de aumento de capital	—	(3.265)	—	(3.265)
Distribuição de dividendos	(2.393)	(4.197)	(2.394)	(4.197)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos e juros	(955)	(889)	(954)	(861)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>(3.349)</b>	<b>(8.350)</b>	<b>(3.348)</b>	<b>(8.322)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(102)</b>	<b>107</b>	<b>2.174</b>	<b>(7.399)</b>
Saldo no início do exercício	265	158	5.741	13.140
Saldo no fim do exercício	163	265	7.915	5.741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração dos Fluxos de Caixa				
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>4.524</b>	<b>7.468</b>	<b>4.524</b>	<b>7.468</b>
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:</b>	<b>(4.531)</b>	<b>(7.491)</b>	<b>6.417</b>	<b>(622)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	—	—	1.219	761
Imposto de renda e contribuição social diferidos	—	—	—	2.848
Despesa com depreciação	—	—	450	11
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	—	—	875	2.166
Provisões para contingências	—	—	1.017	—
Resultado de equivalência patrimonial	(7.385)	(9.049)	—	—
Ajuste a valor justo de propriedade para investimento	—	—	—	(7.938)
Encargos financeiros sobre empréstimos, juros e variações monetárias	2.854	1.558	2.854	1.530
<b>Resultado líquido ajustado</b>	<b>(6)</b>	<b>(23)</b>	<b>10.941</b>	<b>6.847</b>
<b>Aumento (redução) nos ativos operacionais:</b>				
Contas e aluguéis a receber	—	—	(534)	3
Impostos a recuperar	(6)	(3)	144	431
Outros créditos	—	588	(701)	497
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>				
Fornecedores	0	0	459	(21)
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	0	(5)	(1.036)	(237)
Outras contas a pagar	—	—	(366)	119
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais, antes de pagamentos de imposto de renda</b>	<b>(6)</b>	<b>580</b>	<b>(2.033)</b>	<b>792</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	—	—	—	(761)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(12)</b>	<b>557</b>	<b>8.907</b>	<b>6.877</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Realização de adiantamento para futuro aumento de capital	82	—	82	—
Recebimento de Dividendos	3.176	7.899	—	—
Aquisição de bens para o ativo imobilizado e propriedades para investimento	—	—	(3.467)	(5.954)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>3.258</b>	<b>7.899</b>	<b>(3.385)</b>	<b>(5.954)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Realização de aumento de capital	—	(3.265)	—	(3.265)
Distribuição de dividendos	(2.393)	(4.197)	(2.394)	(4.197)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos e juros	(955)	(889)	(954)	(861)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>(3.349)</b>	<b>(8.350)</b>	<b>(3.348)</b>	<b>(8.322)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(102)</b>	<b>107</b>	<b>2.174</b>	<b>(7.399)</b>
Saldo no início do exercício	265	158	5.741	13.140
Saldo no fim do exercício	163	265	7.915	5.741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

dos encargos financeiros e das variações monetárias ou cambiais incorridas até as datas dos balanços. **2.15. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas de locação de imóveis são reconhecidas quando da prestação de serviços da Sociedade de disponibilidade do imóvel arrendado. Os recebimentos antecipados de aluguel são registrados como adiantamentos de clientes e reconhecidos no resultado quando da prestação do serviço de locação, conforme prazos estabelecidos contratualmente. As despesas são reconhecidas quando incorridas.

A Diretoria

Contador

Clayton Claudinei Nogueira - Contador CRC 1SP 306.862/O-0

Data Mercantil - A melhor opção para sua empresa







**Equals S.A.**

CNPJ/MF nº 12.839.955/0001-16

**Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)**

Ativo	2021	2020	Passivo e Patrimônio líquido	2021	2020
<b>Ativo circulante</b>			<b>Passivo circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	3.269	5.162	Fornecedores	184	406
Contas a receber de clientes	2.287	3.114	Empréstimos e financiamentos	101	145
Outros ativos	78	93	Salários e encargos sociais	3.710	2.306
	<b>5.634</b>	<b>8.369</b>	Impostos a recolher	1.950	1.248
<b>Ativo não circulante</b>			Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	5.528	1.933
Contas a receber de partes relacionadas	39.246	3.836	Outros passivos	96	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	387	450		<b>11.569</b>	<b>6.038</b>
Investimentos	31.770	38.458	<b>Passivo não circulante</b>		
Imobilizado	613	485	Contas a pagar a partes relacionadas	44.823	38.840
Intangível	7.164	4.587	Empréstimos e financiamentos	161	-
	<b>79.180</b>	<b>47.816</b>	Salários e encargos sociais	28	12
				<b>45.012</b>	<b>38.852</b>
			<b>Patrimônio líquido</b>		
			Capital social	4.207	4.207
			Reserva de capital	573	54
			Reserva de lucros	23.453	7.034
			<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>28.233</b>	<b>11.295</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>84.814</b>	<b>56.185</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>84.814</b>	<b>56.185</b>

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros para investimentos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>4.207</b>	<b>21</b>	<b>57</b>	<b>807</b>	<b>-</b>	<b>5.092</b>
Pagamento baseado em ações	-	33	-	-	-	33
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.140	8.140
Destinações do lucro líquido:						
Constituição da reserva legal	-	-	407	-	(407)	-
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.725)	(1.725)
Juros sobre capital próprio distribuídos	-	-	-	-	(245)	(245)
Constituição de reserva de investimentos	-	-	-	5.762	(5.763)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>4.207</b>	<b>54</b>	<b>464</b>	<b>6.569</b>	<b>-</b>	<b>11.295</b>
Pagamento baseado em ações	-	519	-	-	-	519
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	22.244	22.244
Destinações do lucro líquido:						
Constituição da reserva legal	-	-	1.112	-	(1.112)	-
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(5.283)	(5.283)
Juros sobre capital próprio distribuídos	-	-	-	-	(542)	(542)
Constituição de reserva de investimentos	-	-	-	15.307	(15.307)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>4.207</b>	<b>573</b>	<b>1.576</b>	<b>21.876</b>	<b>-</b>	<b>28.233</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

**1. Contexto operacional** – A Equals S.A. (“Companhia” ou “Equals”) é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede em São Paulo, Rua Fidêncio Ramos, 308 – 9º andar, constituída em janeiro de 2012. Sua principal atividade é a prestação de serviços de tecnologia da informação, desenvolvimento de programas de computador, consultoria em tecnologia de informação e comércio de equipamentos e suprimentos de informática. A plataforma Equals controla as vendas com cartões, integrando suas vendas com as transações recebidas das adquirentes, considerando todos os aspectos transacionais e financeiros, do meio de pagamentos, aos seus clientes. Em 04 de dezembro de 2019, em função de reestruturação societária em seu grupo econômico (“Grupo StoneCo”), a sua antiga controladora StoneCo Brasil Participações S.A. (“StoneCo Brasil”) foi cindida, e a Companhia passou a ser controlada integralmente pela STNE Participações S.A. (“STNE Par”). Esta, por sua vez, tem como controladora indireta final a StoneCo Ltd., empresa de capital aberto na bolsa de valores NASDAQ sob o código STNE, constituída nas Ilhas Cayman. A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada em Reunião de Diretoria em 27 de abril de 2022.

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras** – As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021. A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justo de pagamentos baseado em ações, determinação da vida útil dos ativos permanentes e redução ao valor recuperável de ativos não financeiros. A realização dos saldos baseados em estimativas poderá ocorrer em valores diferentes dos estimados. Visando assegurar a melhor mensuração possível, a Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente, utilizando todas as informações pertinentes disponíveis na data de preparação das demonstrações financeiras. As práticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. Ressalta-se, ainda, que as práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente.

**3. Descrição das principais práticas contábeis** – Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes: **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e aplicações financeiras, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias. **3.2. Contas a receber de clientes:** O contas a receber referem-se principalmente a valores a receber de clientes, oriundos da prestação de serviços de conciliações dos fluxos transacionais e financeiros de vendas realizadas por pagamentos eletrônicos. **3.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Companhia avalia, a cada data-base, se há algum indicio de que um ativo possa estar deteriorado. Se houver algum indicio, ou quando o teste anual de redução ao valor recuperável de um ativo for requerido, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o valor justo de um ativo ou unidade geradora de caixa (“UGC”), menos os custos de venda, e o seu valor em uso. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, a menos que o ativo não gere entradas de caixa que sejam em grande parte independentes daquelas de outros ativos ou Companhias de ativos. Quando o valor contábil de um ativo ou UGC excede seu valor recuperável, o ativo é considerado deteriorado e é reduzido ao seu valor recuperável. Na determinação do valor justo menos custos de venda, transações de mercado recentes são consideradas. Se tais transações não puderem ser identificadas, um modelo de avaliação apropriado será usado. Esses cálculos são corroborados por avaliações por múltiplos, cotações de ações de empresas de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete o valor de mercado corrente da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo. Perdas por redução ao valor recuperável de operações continuadas são reconhecidas na demonstração do resultado em categorias de despesas consistentes com a função do ativo que sofreu a redução ao valor recuperável. **3.4. Considerações adicionais sobre redução ao valor recuperável do ágio:** O ágio compreende o valor das sinergias esperadas e outros

**Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)**

	2021	2020
Receita de serviços	75.453	39.891
Custos dos serviços prestados	(6.499)	(14.602)
<b>Lucro bruto</b>	<b>68.954</b>	<b>25.289</b>
Despesas administrativas	(4.146)	(7.189)
Despesas de vendas	(466)	(2.356)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(20.263)	(2.065)
<b>Recitas (despesas) operacionais</b>	<b>(24.875)</b>	<b>(11.610)</b>
Receita financeira	835	32
Despesa financeira	(2.606)	(212)
Perda com investimentos em coligadas	(6.720)	(928)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>35.588</b>	<b>12.571</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(13.359)	(4.450)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	19
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>22.244</b>	<b>8.140</b>

amortização dos ativos intangíveis é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue: • Software – 20% • Licenças de uso – 20% **3.8. Provisão para imposto de renda e contribuição social:** Imposto corrente: A provisão para imposto de renda (“IRPJ”) é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”) é de 9% sobre o lucro tributável. **3.9. Provisão para contingências: Passivos contingentes classificados como perdas prováveis:** (i) Provisões trabalhistas – Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos. (ii) Provisões cíveis – Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não era parte em nenhum processo judicial em andamento. **3.10. Receitas: 3.10.1. Receita de contrato com clientes:** A receita é reconhecida quando a Companhia transfere o controle dos serviços para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que a Companhia espera receber em troca desses serviços. A Companhia concluiu que geralmente é o principal em seus acordos de receita, porque normalmente controla os serviços antes de transferi-los para o cliente. A Companhia aplica os cinco passos seguintes: (1) identificação dos contratos com o cliente; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas no contrato; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e (5) reconhecimento da receita quando o conforme a obrigação de desempenho é atendida. A receita é reconhecida líquida dos impostos cobrados dos clientes, que são posteriormente recolhidos para as autoridades governamentais. A Companhia reconhece receita do seguinte item: **3.10.1.1. Receita de serviços:** As principais obrigações de desempenho da Companhia são fornecer serviços de conciliações dos fluxos transacionais e financeiros de vendas realizadas por pagamentos eletrônicos. A promessa da Companhia aos seus clientes é realizar uma quantidade desconhecida ou não especificada de tarefas e a contraprestação recebida depende do uso dos clientes (ou seja, número de transações de pagamento processadas, número de cartões cadastrados etc.); como tal, o preço total da transação é variável. A Companhia aloca as taxas variáveis cobradas no dia em que tem o direito contratual de faturar seus clientes. A receita é reconhecida líquida de impostos, devoluções e descontos concedidos, no momento em que há integração entre os relatórios dos credenciadores e dos clientes na plataforma da Companhia. **3.11. Impostos sobre as vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não são recuperáveis junto às autoridades fiscais, caso em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do item do ativo ou despesa, conforme aplicável. • Quando os valores a receber ou a pagar forem apresentados com o valor dos impostos sobre vendas incluídos. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar para a autoridade fiscal, é incluído como parte dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial e líquido da receita ou do custo/despesa, na demonstração do resultado. As receitas de vendas no Brasil estão sujeitas a impostos e contribuições, com as seguintes alíquotas.

	Transações e outros serviços	Alíquota – % Receitas financeiras
Programa de integração social (PIS) (a)	0,65% – 1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (a)	3,00% – 7,60%	4,00%
Imposto sobre Serviços (ISS) (b)	2,90%	-

(a) O PIS e COFINS são contribuições cobradas pelo governo federal sobre a receita bruta. Esses valores são faturados e cobrados dos clientes da Companhia e reconhecidos como deduções da receita bruta (Nota 8) contra impostos a recolher, uma vez que atuamos como agentes de retenção de impostos em nome das autoridades fiscais. O PIS e COFINS pagos em certas compras podem ser considerados como créditos fiscais para compensar com PIS e COFINS a recolher. Esses valores são reconhecidos como impostos a recuperar e são compensados mensalmente em relação aos impostos a recolher e apresentados líquidos, pois os valores são devidos à mesma autoridade fiscal. (b) O ISS é um imposto cobrado pelos municípios sobre receitas provenientes da prestação de serviços. O ISS é adicionado aos valores faturados aos clientes da Companhia por seus serviços prestados. É reconhecido como deduções da receita bruta contra impostos a recolher, pois a Companhia atua como agente de cobrança desse imposto em nome dos governos municipais. As alíquotas podem variar de 2% a 5%. **3.12. Benefícios a empregados: 3.12.1. Obrigações de curto prazo:** Os passivos relacionados a benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são contabilizados como despesa conforme o serviço relacionado é fornecido. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bônus em dinheiro ou participação nos resultados de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou não formalizada de pagar devido aos serviços passados prestados pelos empregados e a obrigação puder ser estimada de forma confiável. **3.12.2. Remuneração com base em ações:** A Companhia possui planos de remuneração baseada em ações, segundo os quais a administração se compromete com a liquidação de ações baseados em seu preço ou valor, para empregados e não empregados em troca de serviços. **3.12.2.1. Transações liquidadas em ações:** O custo de transações liquidadas em ações com funcionários é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado como despesa juntamente com um aumento correspondente no patrimônio líquido durante o período do serviço ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados. A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)**

	2021	2020
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>22.244</b>	<b>8.140</b>
<b>Ajustes ao lucro líquido:</b>		
Depreciação e amortização	1.894	1.043
Imposto de renda e contribuição social diferidos	63	(19)
Perda com investimentos em coligadas	6.720	928
Resultado financeiro, líquido	10	7
Remuneração baseada em ações	487	3
Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa	(1.294)	2.086
Perda (ganho) na baixa e alienação de bens	85	1.057
<b>Variações nos Ativos e Passivos:</b>		
Contas a receber de partes relacionadas	(35.410)	(2.745)
Impostos a recuperar	(58)	403
Contas a receber e outros ativos	2.135	(2.477)
Contas a pagar a partes relacionadas	5.983	38.719
Impostos a recolher	13.668	4.487
Salários e encargos sociais	1.420	845
Outros passivos	(125)	(63)
Juros pagos	-	(19)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(12.908)	(4.123)
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>4.914</b>	<b>48.279</b>
Aquisições de ativo imobilizado	(33)	(131)
Aquisições de ativo intangível	(4.323)	(3.541)
Aumento de capital em controladas e coligadas	-	(39.356)
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>(4.356)</b>	<b>(43.028)</b>
Pagamentos de arrendamentos	(221)	(121)
Pagamento de dividendos	(2.230)	(306)
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<b>(2.451)</b>	<b>(427)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido</b>	<b>(1.893)</b>	<b>4.817</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5.162	345
Saldo final de caixa e equivalente de caixa	3.269	5.162
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido</b>	<b>(1.893)</b>	<b>4.817</b>

reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios outorgados, porém a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão cumpridas e os títulos adquiridos. Condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições atinentes, mas que não possuam uma exigência de serviço a elas associada, são consideradas condições de não aquisição de direito. **3.12.3. Participação nos lucros e gratificações anuais:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos lucros e gratificações anuais com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática contratual que tenha gerado uma obrigação não formalizada. **3.13. Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • espera-se realizá-lo ou pretenda vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • for mantido principalmente para negociação; • espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • é caixa ou equivalente de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou utilização para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como circulante quando: • espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal; • for mantido principalmente para negociação; • deve ser liquidado dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.14. Combinação de negócios:** Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é medido como o total da contraprestação transferida, incluindo ativos adquiridos, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da transação, que é mensurado em valor justo na data de aquisição e o valor de quaisquer participações de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a Companhia escolhe mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na proporção nos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesas quando incorridos. Os ativos adquiridos e passivos assumidos são mensurados ao valor justo, classificados e alocados de acordo com os termos contratuais, econômicos circunstâncias e condições relevantes à data de aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida pelo valor justo na data de aquisição. Mudanças subsequentes no valor da contraprestação contingente devem ser reconhecidas no resultado. O goodwill é mensurado como o excesso do total da contraprestação transferida e o valor reconhecido para participação de não controladoras e qualquer participação anterior detida sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos. Se o valor justo dos ativos líquidos adquiridos for superior à contraprestação agregada transferida, a Companhia reavalia se identificou corretamente todos os ativos adquiridos e todos os passivos assumidos e revisa os procedimentos utilizados para mensurar os valores a serem reconhecidos na data de aquisição. Se a reavaliação ainda resultar em um excesso do valor justo dos ativos líquidos adquiridos sobre a contraprestação agregada transferida, então o ganho é reconhecido no resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Goodwill é testado para redução ao valor recuperável pelo menos anualmente em 31 de dezembro ou sempre que houver indicação de que poderá haver redução ao valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao ágio não são revertidas em períodos futuros. **3.15. Novas normas e alterações de normas e interpretações: 3.15.1. Novas normas e alterações de normas e interpretações adotadas:** Diversas alterações e interpretações aplicam-se pela primeira vez em 2021, mas não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia não adotou antecipadamente quaisquer normas, interpretações ou alterações que tenham sido emitidas, mas ainda não tenham entrado em vigor. A análise da aplicação das alterações de normas e interpretações a Companhia é apresentada a seguir. **3.15.2. Alteração do CPC 06 (R2) (IFRS 16) – extensão do expediente prático aplicado às concessões de aluguel relacionadas ao COVID-19:** Em 2020, o CPC publicou uma alteração ao CPC 06 (R2) que forneceu um expediente prático opcional para os arrendatários avaliarem se uma concessão de aluguel relacionada ao COVID-19 é uma modificação de arrendamento. Em 2021, o CPC publicou uma alteração adicional para

continua...



... continuação

prorrogar a data do expediente prático de 30 de junho de 2021 para 30 de junho de 2022. A Companhia avaliou as alterações em sua data efetiva e não houve impactos reconhecidos em suas demonstrações financeiras. **3.15.3. Alterações de juros aplicáveis ao CPC 06 (R2) (IFRS 16), CPC 11 (IFRS 4), CPC 38 (IAS 39), CPC 40 (R1) (IFRS 7) e CPC 48 (IFRS 9) – fase 2:** Em 2020, o CPC publicou uma alteração referente à "Reforma da Taxa de Juros de referência – Fase 2", aplicável ao CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 e CPC 48. Com a publicação das alterações da fase 2, o IASB concluiu seu trabalho em resposta à reforma da taxa de juros de referência. As alterações fornecem tratamentos temporários dos efeitos de relatórios financeiros quando uma taxa de oferta interbancária (Interbank Offered Rate – IBOR) é substituída por uma taxa de juros alternativa quase livre de risco (Risk Free Rate – RFR). A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não espera ter impacto significativo em suas demonstrações financeiras. **3.16. Pronunciamentos emitidos, mas que ainda não estavam em vigor em 2021:** As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar essas novas e alteradas normas e interpretações, se aplicáveis, quando se tornarem efetivas. **3.16.1. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 da IAS 1 para especificar os requisitos para classificar os passivos como circulantes ou não circulantes. As alterações esclarecem: O que se entende por um direito de diferir a liquidação; Que um direito de diferimento deve existir no final do período de relatório; Essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de diferimento; Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e não espera ter qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação destas alterações. **3.16.2. Referência à estrutura conceitual – alterações à IFRS 3:** Em maio de 2020, o IASB emitiu "Alterações à IFRS 3 Combinações de Negócios – Referência à Estrutura Conceitual". As alterações destinam-se a substituir uma referência à Estrutura Conceitual para Preparação e Apresentação de Demonstrações Financeiras, emitida em 1989, por uma referência à Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros emitida em março de 2018, sem alterar significativamente seus requisitos. O IASB também adicionou uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do "dia 2" decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes ou IFRIC 21 – Taxas, se incorridas separadamente. Ao mesmo tempo, o IASB decidiu esclarecer a orientação existente na IFRS 3 para ativos contingentes que não seriam afetados pela substituição da referência à Estrutura Conceitual para Preparação e Apresentação de Demonstrações Financeiras. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 e aplicam-se prospectivamente. A Companhia está avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e não espera ter qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação destas alterações. **3.16.3. Contratos onerosos – custos de cumprimento de um contrato – alterações à IAS 37:** Em maio de 2020, o IASB emitiu alterações à IAS 37 para especificar quais custos uma entidade precisa incluir ao avaliar se um contrato é oneroso ou deficitário. As alterações aplicam uma "abordagem de custo diretamente relacionada". Os custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços incluem custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato. Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. A Companhia está avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e não espera ter qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação destas alterações. **3.16.4. IFRS 9 – Instrumentos financeiros – taxas no teste "10 por cento" para baixa de passivos financeiros:** Como parte de seu processo de melhorias anuais de 2018-2020 às normas IFRS, o IASB emitiu um adendo à IFRS 9. O adendo esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos de responsabilidade financeira originária. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. Uma entidade aplica o adendo a passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica o adendo pela primeira vez. A alteração é efetiva para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 com adoção antecipada permitida. A Companhia aplicará as alterações aos passivos financeiros que forem modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplicar a alteração pela primeira vez. A Companhia não espera ter um impacto material em suas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação dessas alterações. **3.16.5. Alteração à IAS 12 – imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação:** Essas alterações exigem que as empresas reconheçam o imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob a IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações são efetivas para períodos de relatório anual iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia aplicará as alterações para transações aplicáveis, em ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplicar a alteração pela primeira vez. A Companhia não espera ter qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação destas alterações. **3.16.6. IFRS 17 – contratos de seguro:** Esta norma substitui a IFRS 4, que atualmente permite uma ampla variedade de práticas na contabilização de contratos de

seguro. A IFRS 17 irá alterar fundamentalmente a contabilização de todas as entidades que emitem contratos de seguro e contratos de investimento com características de participação discriminatória. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia está avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e não espera ter qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia sobre esta aplicação. **3.16.7. Produto antes do uso pretendido – alterações à IAS 16:** A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item do ativo imobilizado quaisquer receitas da venda de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Em vez disso, uma entidade reconhece o produto da venda de tais itens e os custos de produção desses itens no resultado. As alterações são efetivas para períodos de relatório anual iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não espera ter qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação destas alterações. **3.16.8. Alterações de escopo da IAS 1, IFRS Practice Statement 2 e IAS 8:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1, IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments e ao IAS 8. As alterações visam melhorar as divulgações de políticas contábeis e ajudar os usuários das demonstrações financeiras a distinguir mudanças de estimativas contábeis das mudanças de políticas contábeis. As alterações são efetivas para períodos de relatório anual iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não espera ter nenhum impacto nas suas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação destas alterações. **3.16.9. IAS 41 – Tributação em mensurações de valor justo:** A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa relativos à tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. A IAS 41 não é aplicável às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. **3.16.10. Adoção inicial de padrões internacionais de relatórios financeiros:** A alteração da IFRS 1 simplifica a aplicação da IFRS 1 por uma subsidiária que adere, pela primeira vez após se tornar controlada, a mensuração das diferenças acumuladas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição para IFRS se não foram feitos ajustes para os procedimentos de consolidação e para os efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. **As alterações são efetivas para períodos de relatório anual iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. A Companhia aplicará as alterações para transações aplicáveis, em ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplicar a alteração pela primeira vez. A Companhia não espera ter um impacto material nas suas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação destas alterações.**

**4. Julgamentos, estimativas e premissas significativas –** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, na data-base das demonstrações financeiras. Incertezas sobre essas premissas e estimativas podem resultar em valores que exijam um ajuste relevante no valor contábil dos ativos ou passivos afetados em períodos futuros. Os julgamentos, estimativas e premissas são revisados frequentemente, e quaisquer efeitos são reconhecidos no período de revisão e em quaisquer períodos futuros afetados. O objetivo dessas revisões é mitigar o risco de diferenças significativas entre os resultados estimados e efetivos no futuro. Premissas significativas sobre fontes de incerteza em estimativas futuras e outras fontes significativas na data-base das demonstrações financeiras estão descritas a seguir: **4.1 Contas a receber de clientes:** Para Contas a receber de clientes, as taxas de provisão utilizadas pela Companhia são baseadas em dias de atraso para grupos de vários segmentos de clientes que possuem padrões de perda semelhantes (por exemplo, agrupamentos por tipo de produto, tipo de cliente e classificação e cobertura por cartas de crédito e outras formas de seguro de crédito). A provisão é inicialmente baseada nas taxas históricas de inadimplência observadas pelo Grupo. A Companhia faz uma calibração entre a experiência histórica de perda de crédito e as informações prospectivas a cada ano. Por exemplo, se há previsão de deterioração das condições econômicas previstas (por exemplo, redução do Produto Interno Bruto – PIB) no próximo ano, o que pode levar a um aumento da inadimplência, as taxas históricas de inadimplência são ajustadas. A cada data-base, o histórico das taxas de inadimplência observadas é atualizado e as alterações nas estimativas futuras são analisadas. A avaliação da correlação entre taxas de inadimplência históricas observadas, condições econômicas previstas e perdas de crédito esperadas é uma estimativa significativa. O montante de perdas de crédito esperada é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão de condições econômicas também podem não ser representativas do real nível de inadimplência do cliente no futuro. **4.2 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Companhia avalia, a cada encerramento de exercício, se há uma indicação de que um ativo pode estar com perda no valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e ágio são testados anualmente para verificar a perda de valor recuperável no nível da UGC, conforme o caso, e quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode ser prejudicado. A perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. O valor justo menos os custos de venda é baseado em dados disponíveis de transações de vendas similares, entre partes condecoradas e interessadas, para ativos semelhantes ou preços de mercado observáveis menos custos incrementais da alienação do ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado ("FCD"). Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reestruturação com as quais a Companhia ainda não esteja comprometida ou investimentos futuros significativos que melhorarão o desempenho dos ativos da UGC em teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto usada para o modelo DCF, bem como às entradas de caixa futuras esperadas e à taxa de crescimento usada para fins

## Equais S.A.

de extrapolação. Essas estimativas são mais relevantes para o ágio e outros intangíveis com vida útil indefinida reconhecida pela Companhia. Obsolescência tecnológica, suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível perda no valor recuperável também são consideradas nas estimativas. **4.3 Pagamento baseado em ações:** A estimativa do valor justo para transações de pagamento baseado em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado e das premissas subjacentes, o que depende dos termos e condições da concessão e das informações disponíveis na data da concessão. A Companhia usa certas metodologias para estimar o valor justo, que incluem o seguinte: • estimativa do valor justo com base em transações patrimoniais com terceiros perto da data de concessão; • outras técnicas de avaliação, incluindo modelos de precificação de opções, como Black-Scholes. Essas estimativas também exigem a determinação das informações mais adequadas para os modelos de avaliação, incluindo premissas sobre a vida esperada de uma opção de ação ou direito de valorização, a volatilidade esperada do preço das ações da Companhia e o rendimento de dividendos esperado. **4.4 Combinação de negócios – Determinação do valor dos ativos intangíveis, sua vida útil e contraprestação contingente:** Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pelo valor justo total da contraprestação transferida na data da combinação de negócios compreendendo ativos transferidos, instrumentos patrimoniais emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da transação. Adicionalmente, é considerado o valor de quaisquer participações de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a Companhia escolhe mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo justo valor ou com base na proporção da participação de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis da adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesas quando incorridos. Os ativos adquiridos e passivos assumidos são mensurados ao valor justo, classificados e alocados de acordo com os termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições relevantes à data de aquisição. A Companhia identifica e mensura os ativos adquiridos e os passivos assumidos pelo valor obtido em avaliações preliminares na data de aquisição. A Companhia tem até 12 meses após cada uma das aquisições para concluir as avaliações e contrata uma consultoria especializada independente para realizar estes trabalhos. Quando os trabalhos são concluídos pela consultoria independente, a Companhia reconhece a diferença entre os valores preliminares e os valores finais relativos à aquisição em seu balanço patrimonial e demonstração do

resultado, conforme apropriado. Após o reconhecimento inicial dos ativos imobilizados e intangíveis identificados, a Companhia contabiliza as depreciações e amortizações pelo método e vidas úteis definidas no reconhecimento inicial com base nas avaliações preliminares até que as avaliações finais estejam disponíveis. Passivos contingentes reconhecidos na data de aquisição são mensurados ao valor justo. Subsequentemente, até que os passivos sejam liquidados, cancelados ou expirem, eles são reconhecidos pelo maior valor entre o valor inicialmente reconhecido e o valor que seria reconhecido de acordo com o IAS 37. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente é reconhecida pelo valor justo na data de aquisição. Mudanças subsequentes no valor da contraprestação contingente devem ser reconhecidas no resultado. Para avaliar a contraprestação contingente, a Companhia considera diferentes probabilidades de cenários e fluxos de caixa contratuais futuros descontados às taxas de juros disponíveis no mercado para instrumentos financeiros similares. O ágio compreende o excesso entre (i) a soma dos valores de contraprestação transferida, participações de não controladores e qualquer participação anterior detida ("contraprestação agregada transferida") e (ii) o valor justo dos ativos líquidos adquiridos. Se o valor justo dos ativos líquidos adquiridos for superior à contraprestação agregada transferida, a Companhia reavalia se identificou corretamente todos os ativos adquiridos e todos os passivos assumidos e revisa os procedimentos utilizados para mensurar os valores a serem reconhecidos na data de aquisição. Se a reavaliação ainda resultar em um excesso do valor justo dos ativos líquidos adquiridos sobre a contraprestação agregada transferida, o ganho por compra vantajosa resultante da transação é reconhecido no resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. O ágio é testado para redução ao valor recuperável pelo menos anualmente, em 31 de dezembro de cada exercício contábil, ou sempre que houver indicação de que o ágio possa ter se desvalorizado.

	2021	2020
Depósitos em bancos nacionais	15	30
Aplicações financeiras	3.254	5.132
	<b>3.269</b>	<b>5.162</b>
	<b>Consolidado</b>	<b>Consolidado</b>
	2021	2020
Contas a receber de clientes	3.011	5.202
Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa	(725)	(2.088)
	<b>2.286</b>	<b>3.114</b>

## 7. Investimentos – (a) Movimentação dos investimentos

Controladas	31/12/2020	Combinação de negócios	Equivalência Patrimonial		31/12/2021
			Patrimônio Líquido	Resultado	
Vitta Tecnologia em Saúde S.A.	38.458	–	32	(6.720)	31.770
<b>Total</b>	<b>38.458</b>	<b>–</b>	<b>32</b>	<b>(6.720)</b>	<b>31.770</b>
		<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo em 31/12/2021</b>
<b>8. Intangível</b>					
Software		5.341	4.340	(85)	9.596
<b>Custo</b>		<b>5.341</b>	<b>4.340</b>	<b>(85)</b>	<b>9.596</b>
Software		(754)	(1.678)	–	(2.432)
<b>Amortização Acumulada</b>		<b>(754)</b>	<b>(1.678)</b>	<b>–</b>	<b>(2.432)</b>
<b>Intangível, líquido</b>		<b>4.587</b>	<b>2.662</b>	<b>(85)</b>	<b>7.164</b>

**9. Patrimônio líquido – a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021, o capital social está dividido em 60.000 ações ordinárias sem quaisquer ações preferenciais e sem valor nominal, subscritas e parcialmente integralizadas, distribuídas entre os acionistas como segue:

País sede	Participação (%)	Ações
STNE Participações S.A. – EUA	100%	60.000
<b>Total do Capital Social</b>	<b>100%</b>	<b>60.000</b>

Em 2021 não houve movimentação na quantidade de ações da Companhia. b) Reserva de capital: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Equals constituiu reserva legal no montante de R\$ 1.112, no total de R\$ 1.576 (R\$ 464 no período findo em 31 de dezembro de 2020) e constituiu uma reserva de lucros no montante de R\$ 15.307, no total de R\$ 21.876 (R\$ 6.569 em 31 de dezembro de 2020). c) Dividendos e Juros sobre o capital próprio: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Equals constituiu dividendos a pagar no montante de R\$ 5.283 (R\$ 1.725 no período findo em 31 de dezembro de 2020). Conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, em seu artigo 9º, o valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, pode ser imputado ao valor dos dividendos. Em AGE realizada em 31 de dezembro de 2021, foi aprovada a distribuição de R\$ 542 (R\$ 245 em 31 de dezembro de 2020) a título de juros sobre capital próprio, a ser liquidado pela Companhia em um prazo conveniente ao seu acionista.

	2021	2020
<b>10. Receita de serviços</b>		
Receita bruta de serviços	84.706	44.795
(-) Impostos sobre vendas	(9.253)	(4.904)
<b>Receita líquida de software</b>	<b>75.453</b>	<b>39.891</b>
<b>Momento do reconhecimento da receita</b>		
Reconhecida em um momento específico no tempo	75.453	39.891
<b>Receita líquida de serviços</b>	<b>75.453</b>	<b>39.891</b>

**11. Composição de custos e despesas por natureza**

	2021	2020
Despesas com pessoal (Nota 10)	19.778	13.843
Custo dos serviços prestados	4.948	4.776
Serviços de terceiros	1.178	1.750
Depreciação e amortização	1.894	1.043
Despesas com instalações	77	125
Despesas de marketing e comissões de vendas	339	111
Gastos com viagens	95	103
Outras receitas operacionais	3.065	4.461
<b>Total de custo e despesa</b>	<b>31.374</b>	<b>26.212</b>

**11.1. Despesas com pessoal**

	2021	2020
Salários	15.697	11.640
Remuneração baseada em ações	353	16
Custos previdenciários	1.386	1.000
Outros	2.342	1.187
	<b>19.778</b>	<b>13.843</b>

A Companhia oferece um pacote de benefícios padrão a todos os funcionários, consistindo principalmente em planos de assistência médica, seguro de vida em grupo, vale-refeição e alimentação e vale-transporte. Todos os valores relacionados são registrados no resultado de cada exercício.

**12. Transações com partes relacionadas –** As partes relacionadas compreendem as empresas controladoras e coligadas, acionistas, pessoal-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros sobre os quais exercem influência significativa. As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das transações, levando-se em consideração a redução de risco. Os saldos em aberto no encerramento do período não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Os saldos a receber e a pagar e impactos em resultado por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	2021	2020
<b>Ativos</b>		
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. – controladora	26.577	1.400
STNE Participações S.A. – controlador comum	9.200	–
Stone Instituição de Pagamento S.A. – controlador comum	3.233	2.418
Outros – controlador comum	236	18
<b>Contas a receber de partes relacionadas</b>	<b>39.246</b>	<b>3.836</b>
<b>Passivos</b>		
STNE Participações S.A. – controlador comum	44.782	38.707
Outros – controlador comum	41	133
<b>Contas a pagar a partes relacionadas</b>	<b>44.823</b>	<b>38.840</b>
<b>Receitas</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Stone Instituição de Pagamento S.A. – controlador comum	42.703	12.736
Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. – controlador comum	1.128	139
Outros	12	35
<b>Receitas</b>	<b>43.843</b>	<b>12.910</b>

As principais operações com partes relacionadas foram: **Contas a receber de partes relacionadas:** Os saldos referem-se substancialmente a empréstimos feitos ao pessoal chave da administração, saldos de reembolsos, originados principalmente pelo rateio de despesas devidas, empréstimos para suporte de caixa à controladora Vitta e saldo a receber da Stone Pagamentos relacionado principalmente aos serviços prestados pela Companhia. **Contas a pagar a partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2021, o saldo está composto principalmente pelo empréstimo feito pela STNE Participações S.A. para aquisição da Vitta.

**13. Eventos Subsequentes –** Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data de publicação dessas demonstrações financeiras.

Fabrizio Batista da Costa – Diretor  
 Marcelo Luiz Garcia – Diretor  
 Carlos Fornereto – Contador – CRC SP 266.728/O-8

# Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa  
 Faça um orçamento conosco:  
[comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)



### Buy4 Processamento de Pagamentos S.A.

CNPJ/MF nº 16.569.357/0001-25

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
Ativo	31/12/2021	31/12/2020	
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	21.334	33.495	
Impostos a recuperar	18.265	3.987	
Despesas antecipadas	4	30	
Outros ativos	246	76	
	<b>39.849</b>	<b>37.588</b>	
<b>Ativo não circulante</b>			
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 12)	13.850	30.080	
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 5)	18.706	23.503	
Outros ativos	13	19	
Investimentos (Nota 6)	82.685	21.806	
Imobilizado	72	105	
Intangível	2.351	3.753	
	<b>117.677</b>	<b>79.266</b>	
<b>Total do ativo</b>	<b>157.526</b>	<b>116.854</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>149.554</b>	<b>30.665</b>	<b>(94.481)</b>
Pagamento baseado em ações	-	3.572	-
Lucro líquido do exercício	-	-	14.576
Juros sobre o capital próprio distribuídos	-	-	(4.178)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>149.554</b>	<b>34.237</b>	<b>(99.708)</b>
Redução de Capital	(15.000)	-	(15.000)
Pagamento baseado em ações	-	3.956	-
Lucro líquido do exercício	-	-	36.883
Juros sobre o capital próprio distribuídos	-	-	(4.786)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>134.554</b>	<b>38.193</b>	<b>(51.986)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

#### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

**1. Contexto operacional** – A Buy4 Processamento de Pagamentos S.A. (“Companhia” ou “Buy4”) foi constituída em 11 de julho de 2012, está localizada em São Paulo, na Rua Fidêncio Ramos, 308, 10º andar, conjunto 101, Torre A. A Companhia tem por objeto social a prestação de serviços nos processos de emissão, renovação, gravação e processamento de operações de cartões de crédito e débito, cartões de uso múltiplo, bem como outros meios de pagamento eletrônico, de propriedade de terceiros, compreendendo atividades de processamento de dados, em especial os relativos às transações resultantes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento, incluindo transações por meio do comércio eletrônico. Ela também atua com inovação, desenvolvimento e implementação de serviços de processamento eletrônico de dados. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela STNE Participações S.A. (“STNE Par”), holding de empresas voltadas para o mercado de meios eletrônicos de pagamentos no Brasil. As operações da Companhia são destinadas exclusivamente ao processamento das operações de pagamento da Stone Pagamentos S.A. (“Stone”), sendo a Stone parte do grupo StoneCo Ltd, do qual a Companhia também faz parte. A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada em Reunião de Diretoria em 27 de abril de 2022.

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras** – As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”); e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021. A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, pagamentos baseados em ações e para impostos diferidos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

**3. Práticas contábeis** – Práticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. Ressalta-se, ainda, que as práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente. Práticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. Ressalta-se, ainda, que as práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente. **3.1. Conversão em moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio vigente na data de fechamento do balanço. Ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. Estes surgem principalmente da conversão de instrumentos financeiros da Companhia denominados em moedas estrangeiras. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e aplicações financeiras, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias. **3.3. Investimentos:** A Companhia contabiliza seus investimentos em participações societárias pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente reconhecido ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para reconhecer as alterações na participação da Companhia nos ativos líquidos da investida desde a data de aquisição. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados das operações das investidas. Qualquer alteração no VJORA dessas investidas é apresentada como parte do VJORA da Companhia. Além disso, quando houver uma mudança reconhecida diretamente no patrimônio líquido da investida, a Companhia reconhece a sua participação nas mudanças, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados resultantes de transações entre a Companhia e as investidas são eliminados na extensão da participação na investida. O total da participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de uma investida é demonstrado na demonstração do resultado fora do resultado operacional e representa o lucro ou prejuízo após impostos e participações de não controladoras nas investidas. As demonstrações financeiras das investidas são preparadas para o mesmo período de encerramento da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para alinhar as políticas contábeis às da Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável sobre o investimento em sua investida. Em cada data-base, a Companhia determina se existe evidência objetiva de que o investimento na investida está deteriorado. Se houver

tal evidência, a Companhia calcula o montante da redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o seu valor contábil e, em seguida, reconhece a perda por participação nos lucros da investida na demonstração do resultado. Após a perda de controle sobre a investida, a Companhia avalia e reconhece o investimento residual pelo seu valor justo. Qualquer diferença entre o valor contábil da investida no momento da perda de controle, o valor justo do investimento residual e o resultado da alienação é reconhecida no resultado. Nenhum dos investimentos apresentou restrições significativas na transferência de recursos na forma de dividendos em dinheiro ou pagamento de obrigações, durante o período reportado. **3.4. Impostos:** **3.4.1. Imposto de renda e contribuição social:** **3.4.1.1. Impostos correntes:** Os ativos e passivos fiscais correntes são mensurados pelo valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. Os ativos e passivos fiscais correntes são compostos pelo imposto de renda (“IRPJ”), que é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional específico de 10% sobre o lucro tributável anual excedente ao valor estabelecido pelas autoridades fiscais, e pela contribuição social (“CSLL”), calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. **3.4.1.2. Impostos diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos, quando aplicável, somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais possam ser usados. De acordo com a legislação tributária brasileira, o prejuízo fiscal pode ser utilizado para compensar até 30% do lucro tributável do exercício e não tem prazo de expiração. O imposto de renda e contribuição social diferidos são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal de compensá-los quando da apuração dos impostos correntes, em geral relacionado com a mesma autoridade fiscal. **3.4.2. Impostos sobre as vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não são recuperáveis junto às autoridades fiscais, caso em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do item do ativo ou despesa, conforme aplicável. • Quando os valores a receber ou a pagar foram apresentados com o valor dos impostos sobre vendas incluídos. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar para a autoridade fiscal, é incluído como parte dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial e líquido da receita ou do custo/despesa, na demonstração do resultado. As receitas de vendas no Brasil estão sujeitas a impostos e contribuições, com as seguintes alíquotas.

	Alíquota – %	
	Transações e outros serviços	Receitas financeiras
Programa de integração social (PIS) (a)	0,65% – 1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (a)	3,00% – 7,60%	4,00%
Imposto sobre Serviços (ISS) (b)	2,00% – 5,00%	-
(a) O PIS e COFINS são contribuições cobradas pelo governo federal sobre a receita bruta. Esses valores são faturados e cobrados dos clientes da Companhia e reconhecidos como deduções da receita bruta (Nota 11) contra impostos a recolher, uma vez que atuamos como agentes de retenção de impostos em nome das autoridades fiscais. O PIS e COFINS pagos em certas compras podem ser considerados como créditos fiscais para compensar com PIS e COFINS a recolher. Esses valores são reconhecidos como impostos a recuperar e são compensados mensalmente em relação aos impostos a recolher e apresentados líquidos, pois os valores são devidos à mesma autoridade fiscal. (b) O ISS é um imposto cobrado pelos municípios sobre receitas provenientes da prestação de serviços. O ISS é adicionado aos valores faturados aos clientes da Companhia por seus serviços prestados. É reconhecido como deduções da receita bruta (Nota 11) contra impostos a recolher, pois a Companhia atua como agente de cobrança desse imposto em nome dos governos municipais. As alíquotas podem variar de 2% a 5%.		

**3.5. Receitas:** **3.5.1. Receita de contrato com clientes:** A receita é reconhecida quando a Companhia transfere o controle dos serviços para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que a Companhia espera receber em troca desses serviços. A Companhia concluiu que geralmente é o principal em seus acordos de receita, porque normalmente controla os serviços antes de transferi-los para o cliente. A Companhia aplica os cinco passos seguintes: (1) identificação dos contratos com o cliente; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas no contrato; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e (5) reconhecimento da receita quando ou conforme a obrigação de desempenho é atendida. A receita é reconhecida líquida dos impostos cobrados dos clientes, que são posterior-

Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	2021	2020	
Receita de serviços (Nota 10)	122.033	106.665	
Custos dos serviços prestados (Nota 11)	(73.588)	(17.074)	
<b>Lucro bruto</b>	<b>48.445</b>	<b>89.591</b>	
Despesas administrativas	(4.237)	(11.270)	
Despesas de vendas	-	22	
Despesas com pessoal	-	-	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.433	(9.541)	
<b>Despesas operacionais (Nota 11)</b>	<b>(2.804)</b>	<b>(20.789)</b>	
Receita financeira	542	545	
Despesa financeira	(328)	(260)	
Perda com investimentos em coligadas (Nota 6)	4.832	(32.649)	
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>50.687</b>	<b>36.438</b>	
Imposto de renda e contribuição social corrente (Nota 5)	(9.007)	(17.156)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 5)	(4.797)	(4.706)	
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>36.883</b>	<b>14.576</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

mente recolhidos para as autoridades governamentais. A Companhia reconhece receita dos seguintes itens: **3.5.1.1. Receita de serviços de processamento:** As principais obrigações de desempenho da Companhia são fornecer serviços de processamento de pagamentos eletrônicos, incluindo a implantação, operacionalização, tratamento de dados e gestão de rede de captura de transações. A promessa da Companhia aos seus clientes é realizar uma quantidade desconhecida ou não especificada de tarefas e a contraprestação recebida depende do uso dos clientes (ou seja, número de transações de pagamento processadas, número de cartões cadastrados etc.); como tal, o preço total da transação é variável. A Companhia aloca as taxas variáveis cobradas no dia em que tem o direito contratual de faturar seus clientes. **3.6. Benefícios a empregados:** **3.6.1. Obrigações de curto prazo:** Os passivos relacionados a benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são contabilizados como despesa conforme o serviço relacionado é fornecido. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bônus em dinheiro ou participação nos resultados de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou não formalizada de pagar devido aos serviços passados prestados pelos empregados e a obrigação puder ser estimada de forma confiável. **3.6.2. Remuneração com base em ações:** A Companhia possui planos de remuneração baseada em ações, segundo os quais a administração se compromete com a liquidação de ações baseadas em seu preço ou valor, para empregados e não empregados em troca de serviços. **3.6.2.1. Transações liquidadas em ações:** O custo de transações liquidadas em ações com funcionários é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado como despesa juntamente com um aumento correspondente no patrimônio líquido durante o período do serviço ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados. A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios outorgados, porém a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão cumpridas e os títulos adquiridos. Condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições atinentes, mas que não possuam uma exigência de serviço a elas associada, são consideradas condições de não aquisição de direito. **3.6.3. Participação nos lucros e gratificações anuais:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos lucros e gratificações anuais com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada. **3.7. Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • espera-se realizá-lo ou pretenda vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • for mantido principalmente para negociação; • espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • é caixa ou equivalente de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou utilização para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como circulante quando: • espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal; • for mantido principalmente para negociação; • deve ser liquidado dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.8. Novas normas e alterações de normas e interpretações:** Diversas alterações e interpretações aplicam-se pela primeira vez em 2021, mas não têm impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. A Companhia não adotou antecipadamente quaisquer normas, interpretações ou alterações que tenham sido emitidas, mas ainda não tenham entrado em vigor. A análise da aplicação das alterações de normas e interpretações ao Grupo é apresentada a seguir. **3.8.1.1. Alteração do CPC 06 (R2) (IFRS 16) – extensão do expediente prático aplicado às concessões de aluguel relacionadas ao COVID-19:** Em 2020, o CPC publicou uma alteração ao CPC 06 (R2) que forneceu um expediente prático opcional para os arrendatários avaliarem se uma concessão de aluguel relacionada ao COVID-19 é uma modificação de arrendamento. Em 2021, o CPC publicou uma alteração adicional para prorrogar a data do expediente prático de 30 de junho de 2021 para 30 de junho de 2022. A Companhia não possui contratos de arrendamento portanto não houve impactos reconhecidos em suas demonstrações financeiras. **3.8.1.2. Alterações de juros aplicáveis ao CPC 06 (R2) (IFRS 16), CPC 11 (IFRS 4), CPC 38 (IAS 39), CPC 40 (R1) (IFRS 7) e CPC 48 (IFRS 9) – fase 2:** Em 2020, o CPC publicou uma alteração referente à “Reforma da Taxa de Juros de referência – Fase 2”, aplicável ao CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 e CPC 48. Com a publicação das alterações da fase 2, o IASB concluiu seu trabalho em resposta à reforma da taxa de juros de referência. As alterações fornecem tratamentos temporários dos efeitos de relatórios financeiros quando uma taxa de oferta interbancária (Interbank Offered Rate – IBOFR) é substituída por uma taxa de juros alternativa quase livre de risco (Risk Free Rate – RFR). A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não espera ter impacto significativo em suas demonstrações financeiras. **3.9. Pronunciamentos emitidos, mas que ainda não estavam em vigor em 2021:** As normas e interpretações novas e alteradas que foram emitidas, mas ainda não vigentes, até a

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	2021	2020	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>36.883</b>	<b>14.576</b>	
<b>Ajustes ao lucro líquido:</b>			
Depreciação e amortização	1.436	1.138	
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 5)	4.797	4.706	
Ganho/Perda com investimentos em coligadas (Nota 6)	(4.832)	32.649	
Resultado financeiro, líquido	-	-	
Provisão para riscos processuais	21	(85)	
Remuneração baseada em ações	3.956	3.572	
Ganho na baixa e alienação de bens	-	342	
<b>Variações nos Ativos e Passivos:</b>			
Contas a receber de partes relacionadas	16.230	(23.385)	
Impostos a recuperar	(5.789)	3.155	
Despesas antecipadas	26	(30)	
Contas a receber e outros ativos	(164)	14	
Fornecedores	1.743	(1.097)	
Contas a pagar a partes relacionadas	12.135	134	
Impostos a recolher	14.478	15.836	
Salários e encargos sociais	(3.349)	7.457	
Provisão para contingências	(1)	(4)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(13.226)	(17.184)	
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>64.344</b>	<b>41.794</b>	
Aumento de capital em controladas e coligadas (Nota 6)	(56.047)	(17.785)	
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>(56.047)</b>	<b>(17.785)</b>	
Redução de capital	(15.000)	-	
Pagamento de juros sobre capital próprio	(5.458)	(627)	
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<b>(20.458)</b>	<b>(627)</b>	
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido</b>	<b>(12.161)</b>	<b>23.382</b>	
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	33.495	10.113	
Saldo final de caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	21.334	33.495	
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido</b>	<b>(12.161)</b>	<b>23.382</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo são apresentadas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas e alterações de normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor. **3.9.1.1. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio não afetará sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e não espera ter qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação destas alterações. **3.9.1.2. Referência à estrutura conceitual – alterações à IFRS 3:** Em maio de 2020, o IASB emitiu “Alterações à IFRS 3 Combinações de Negócios – Referência à Estrutura Conceitual”. As alterações destinam-se a substituir uma referência à Estrutura Conceitual para Preparação e Apresentação de Demonstrações Financeiras, emitida em 1989, por uma referência à Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros emitida em março de 2018, sem alterar significativamente seus requisitos. O IASB também adicionou uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do “dia 2” decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes ou IFRIC 21 – Taxas, se incorridas separadamente. Ao mesmo tempo, o IASB decidiu esclarecer a orientação existente na IFRS 3 para ativos contingentes que não seriam afetados pela substituição da referência à Estrutura Conceitual para Preparação e Apresentação de Demonstrações Financeiras. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 e aplicam-se prospectivamente. A Companhia está avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e não espera ter qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação destas alterações. **3.9.1.3. Contratos onerosos – custos de cumprimento de um contrato – alterações à IAS 37:** Em maio de 2020, o IASB emitiu alterações à IAS 37 para especificar quais custos uma entidade precisa incluir ao avaliar se um contrato é oneroso ou deficitário. As alterações aplicam uma “abordagem de custo diretamente relacionada”. Os custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços incluem custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato. Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. A Companhia está avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e não espera ter qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação destas alterações. **3.9.1.4. IFRS 9 – Instrumentos financeiros – taxas no teste “10 por cento” para baixa de passivos financeiros:** Como parte de seu processo de melhorias anuais de 2018-2020 às normas IFRS, o IASB emitiu um adendo à IFRS 9. O adendo esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos de responsabilidade financeira originária. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. Uma entidade aplica o adendo a passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica o adendo pela primeira vez. A alteração é efetiva para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 com adoção antecipada permitida. A Companhia aplicará as alterações aos passivos financeiros que forem modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplicar a alteração pela primeira vez. A Companhia não espera ter um impacto material em suas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação destas alterações. **3.9.1.5. Alteração à IAS 12 – imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação:** Essas alterações exigem que as empresas reconheçam o imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob a IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações são efetivas para períodos de relatório anual iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia aplicará as alterações para transações aplicáveis, em ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplicar a alteração

continua...



... continuação

pela primeira vez. A Companhia não espera ter qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação destas alterações. **3.9.1.6. IFRS 17 – contratos de seguro:** Esta norma substitui a IFRS 4, que atualmente permite uma ampla variedade de práticas na contabilização de contratos de seguro. A IFRS 17 irá alterar fundamentalmente a contabilização de todas as entidades que emitem contratos de seguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia está avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e não espera ter qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia sobre esta aplicação. **3.9.1.7. Produto antes do uso pretendido – alterações à IAS 16:** A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item do ativo imobilizado quaisquer receitas da venda de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Em vez disso, uma entidade reconhece o produto da venda de tais itens e os custos de produção desses itens no resultado. As alterações são efetivas para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não espera ter qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação destas alterações. **3.9.1.8. Alterações de escopo da IAS 1, IFRS Practice Statement 2 e IAS 8:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1, IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments e ao IAS 8. As alterações visam melhorar as divulgações de políticas contábeis e ajudar os usuários das demonstrações financeiras a distinguir mudanças de estimativas contábeis das mudanças de políticas contábeis. As alterações são efetivas para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não espera ter nenhum impacto nas suas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação destas alterações. **3.9.1.9. IAS 41 – Tributação em mensurações de valor justo:** A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa relativos à tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. A IAS 41 não é aplicável às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. **3.9.1.10. Adoção inicial de padrões internacionais de relatórios financeiros:** A alteração da IFRS 1 simplifica a aplicação da IFRS 1 por uma subsidiária que adere, pela primeira vez após se tornar controlada, a mensuração das diferenças acumuladas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição para IFRS se não foram feitos ajustes para os procedimentos de consolidação e para os efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. As alterações são efetivas para períodos de relatório anual iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. A Companhia aplicará as alterações para transações aplicáveis, em ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplicar a alteração pela primeira vez. A Companhia não espera ter um impacto material nas suas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação destas alterações.

(b) Informações financeiras dos investimentos

Controladas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultados
Buy4 Sub LLC	8.712	77.096	2.138	985	82.685	41.083
Stone Logística	3.137	16.036	6.444	6.880	5.849	12.472

**Buy4 Processamento de Pagamentos S.A.**

4. Caixa e equivalentes de caixa	2021	2020	
Depósitos em bancos nacionais	21.334	78	
Aplicações financeiras (a)	-	33.417	
<b>21.334</b>	<b>33.495</b>		
<b>5. Imposto de renda e contribuição social – a) Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social</b>			
	2021	2020	
Lucro antes dos impostos e participações	50.687	36.438	
Alíquotas vigentes – %	34%	34%	
<b>Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes</b>	<b>(17.234)</b>	<b>(12.389)</b>	
<b>Efeitos do IRPJ e CSLL sobre:</b>			
Equivalência patrimonial de coligadas	1.643	(11.101)	
Juros sobre o capital próprio	1.627	1.420	
Remuneração baseada em ações	-	-	
Lei de incentivo à cultura e assistência social	126	432	
Incentivos fiscais	136	120	
Despesas permanentes	(102)	(344)	
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(13.804)</b>	<b>(21.862)</b>	
<b>Taxa (%) de alíquota efetiva</b>	<b>26%</b>	<b>59%</b>	
Impostos correntes	(9.007)	(17.156)	
Impostos diferidos	(4.797)	(4.706)	
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(13.804)</b>	<b>(21.862)</b>	
<b>b) Impostos diferidos:</b> As variações líquidas do imposto de renda e contribuição social diferidos estão relacionadas ao seguinte:			
	2020	Movimentação	2021
Prejuízo fiscal/Base Negativa (a)	14.388	(4.049)	10.339
Provisão para pagamento baseado em ações	7.210	(7.210)	-
Demais diferenças temporárias	1.905	6.462	8.367
<b>Total ativo fiscal diferido</b>	<b>23.503</b>	<b>(4.797)</b>	<b>18.706</b>
<b>IRPJ e CSLL diferidos</b>	<b>23.503</b>	<b>(4.797)</b>	<b>18.706</b>
Segundo a legislação tributária brasileira, diferenças temporárias e prejuízos fiscais podem ser mantidos como créditos fiscais indefinidamente. No entanto, o prejuízo fiscal pode ser utilizado apenas para compensar até 30% do lucro tributável do exercício. Estimativa de realização do ativo fiscal diferido. A Companhia estima a realização dos ativos fiscais diferidos existentes em 31 de dezembro de 2021, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, conforme estudo técnico de realização. Segue expectativa de realização:			
<b>Ano</b>	<b>Valor</b>		
2021	7.491		
2022	3.142		
2023	3.259		
2025	2.526		
2026 em diante	2.288		
<b>Total</b>	<b>18.706</b>		
<b>6. Investimentos – (a) Movimentação dos investimentos</b>			
	31/12/2020	Aportes	Equivalência Patrimonial (Resultado) 31/12/2021
Buy4 Sub LLC	21.807	56.046	4.832
Stone Logística	(1)	-	(1)
<b>Total</b>	<b>21.806</b>	<b>56.046</b>	<b>4.832</b>

7. Salários e encargos sociais	2021	2020
Salários e encargos sociais	4.615	3.302
Férias, bônus e encargos sociais	4.006	8.668
<b>Total salários e encargos sociais</b>	<b>8.621</b>	<b>11.970</b>
Circulante	6.105	3.651
Não circulante	2.516	8.319
<b>8. Juros sobre capital próprio</b>		
<b>Juros sobre capital próprio a pagar</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
STNE Participações S.A.	2.161	3.551
	<b>2.161</b>	<b>3.551</b>
<b>9. Patrimônio líquido – a) Capital social:</b> Em 31 de dezembro de 2021, o capital social está dividido em 134.553.677 ações ordinárias (149.553.676 em 31 de dezembro de 2020) sem quaisquer ações preferenciais e sem valor nominal, no valor total de R\$ 134.554 (R\$ 149.554 em 31 de dezembro de 2020), subscritas e integralizadas, distribuídas entre os acionistas como segue, a redução de capital no total de R\$ 15.000 sem o cancelamento das ações por considerá-lo excessivo ao objeto social da Companhia, o valor foi restituído a STNE Participações S.A. e a diretoria na proporção de suas respectivas participações acionárias no capital social da Companhia em moeda corrente nacional.		
	31/12/2021	
<b>País sede</b>	<b>Participação (%)</b>	<b>Ações</b>
Brasil	99,99%	134.553.676
Outros	0,01%	1
<b>Total do Capital Social</b>	<b>100%</b>	<b>134.553.677</b>
<b>b) Reserva de capital:</b> No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Buy4 constituiu reserva legal no montante de R\$ 3.956, no total de R\$ 38.193 (R\$ 34.237 no período findo em 31 de dezembro de 2020). <b>c) Juros sobre o capital próprio:</b> Conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, em seu artigo 9º, o valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, pode ser imputado ao valor dos dividendos. Em AGE realizada em 30 de junho e 31 de dezembro de 2021, foram aprovadas as distribuições de R\$2.243 e R\$ 2.543, totalizando R\$ 4.786 (R\$ 4.178 em 31 de dezembro de 2020) a título de juros sobre capital próprio, a ser liquidado pela Companhia em um prazo conveniente ao seu acionista.		
<b>10. Receita de serviços</b>		
Receita de serviços de processamento	135.789	118.459
(-) Impostos sobre vendas	(13.756)	(11.794)
<b>Receita líquida de transações</b>	<b>122.033</b>	<b>106.665</b>
<b>Momento do reconhecimento da receita</b>		
Reconhecida em um momento específico no tempo	122.033	106.665
<b>Receita líquida de serviços</b>	<b>122.033</b>	<b>106.665</b>
<b>11. Composição de custos e despesas por natureza</b>		
	2021	2020
Despesas com pessoal (Nota 11.1)	24.089	27.910
Depreciação e amortização	1.436	1.687
Captura e processamento	47.937	6.939
Serviços de terceiros	40	527
Gastos com viagens	179	231
Outras receitas operacionais	2.711	569
<b>Total de custo e despesa</b>	<b>76.392</b>	<b>37.863</b>
<b>11.1. Benefícios a empregados</b>		
Salários	19.532	13.058
Remuneração baseada em ações	(1.764)	10.030
Custos previdenciários	5.388	3.114
Outros	933	1.708
<b>Total</b>	<b>24.089</b>	<b>27.910</b>

A Companhia oferece um pacote de benefícios padrão a todos os funcionários, consistindo principalmente em planos de assistência médica, seguro de vida em grupo, vale-refeição e alimentação e vale-transporte. Todos os valores relacionados são registrados no resultado de cada exercício. **12. Transações com partes relacionadas –** As partes relacionadas compreendem as empresas controladoras e coligadas, acionistas, pessoal-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros sobre os quais exercem influência significativa. As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das transações, levando-se em consideração a redução de risco. Os saldos em aberto no encerramento do período não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Os saldos a receber e a pagar e impactos em resultado por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

Ativos	2021	2020
Buy4 LLC – controlada	-	17.531
MNLT S.A. – Controlador comum	8.000	-
Stone Instituição de Pagamento S.A. – controlador comum	2.382	9.615
Cappta S.A. – controlador comum	289	289
<b>Contas a receber de partes relacionadas</b>	<b>10.671</b>	<b>27.435</b>
<b>Passivo</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
MNLT S.A. – Controlador comum	81	50
<b>Contas a pagar partes relacionadas</b>	<b>81</b>	<b>50</b>
<b>Receitas</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Stone Instituição de Pagamento S.A. – controlador comum	135.789	118.459
<b>Receitas</b>	<b>135.789</b>	<b>118.459</b>

As principais operações com partes relacionadas foram: **Contas a receber e pagar de partes relacionadas:** Os saldos referem-se substancialmente a empréstimos feitos ao pessoal chave da administração, saldos de reembolsos, originados principalmente pelo rateio de despesas devidas, empréstimos para suporte de caixa à controlada Buy4 LLC e saldo a receber da Stone Instituição de Pagamento relacionado principalmente ao serviço prestado pela Companhia de processamento de pagamentos. **Receitas:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os montantes estão compostos pelo serviço de processamento de pagamento prestado pela Buy4 para a Stone Pagamentos S.A. **Pessoas-chaves:** Os administradores da Companhia também são administradores de todo o Grupo StoneCo, fazendo jus à remuneração através da empresa em que estão registrados para fins trabalhistas. Desta forma, a informação sobre a remuneração dos administradores da STNE Par não refletiria a melhor informação relativa aos negócios da Companhia. **13. Eventos Subsequentes –** Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data de publicação dessas demonstrações financeiras.

Diretoria	
<b>Marcelo Bastianello Baldin</b>	– Diretor Presidente
<b>Lia Machado de Matos</b>	– Diretoria
<b>Felipe Salvini Bourrus</b>	– Diretoria
<b>Edson Brandi</b>	– Diretoria
<b>Sandro de Oliveira Bassili</b>	– Diretoria
<b>João Lourenço Vivan Bernartt</b>	– Diretoria
<b>Carlos Fornereto</b>	– Contador CRC SP 266.728/O-8

## Por que o aumento da inadimplência tem deixado mudas as fintechs

Nos últimos anos, para combater os impactos da pandemia sobre a economia, bancos centrais e governos afrouxaram políticas fiscais e monetárias. Isso representou não apenas juros historicamente baixos, como também um fluxo sem precedentes de liquidez. Esse tsunami de dinheiro beneficiou as fintechs, que surgiram prometendo uma revolução nas finanças. Mas agora o clima começou a mudar e nuvens cinzentas pairam no horizonte das novatas.

O aperto nos juros e na liquidez nos Estados Unidos para combater a inflação pode colocar em xeque a resistência das fintechs. A situação no Brasil é semelhante. A inflação e os juros altos vêm levando cada vez mais brasileiros a ficar no vermelho. A quantidade de endividados bateu recorde em março, quando 77,5% das famílias fecharam o mês com alguma dívida. De acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), esse foi o maior percentu-

al registrado nos últimos 12 anos, desde que a instituição iniciou as pesquisas. Empurradas para o crédito, muitas famílias apelam para o cartão para completar o orçamento. E com o aumento dos juros, a proporção de famílias com contas em atraso chegou a 27,8%, 3,7 pontos percentuais acima do registrado em fevereiro de 2020, antes da pandemia. Entre empresas, o índice de endividamento também é alto. No último mês, 6 milhões de CNPJs entraram no indicador de inadimplência da Serasa, aumento de 0,5% se comparado ao mesmo período do ano passado. Na avaliação, 52,2% das negativas pertencem ao segmento de Serviços, 38,9% ao de Comércio, 8,0% à Indústria e 0,9% ao setor primário.

Como seria de se esperar, o aumento do endividamento pressionou os números do calote. A inadimplência cresceu demais até para os padrões brasileiros. O choque de taxas de juros foi o maior da história recente, segundo o professor dos MBAs da Faculdade Getulio Vargas, Ro-

bson Gonçalves, saltando de 2% para quase 12% em um ano. “É um cavalo de pau no mercado de crédito e não aumentar a inadimplência seria estranho”, disse. Por isso, as coisas devem ficar mais difíceis para a concessão de crédito. Empresas que só sabiam operar com taxas de juros baixas correm risco de ser extintas, num processo de consolidação comum em épocas mais difíceis. “A alta de juros é um processo darwinista e é preciso ter capacidade de adaptação para sobreviver”, afirmou.

“A alta de juros é um processo darwinista e é preciso ter capacidade de adaptação para sobreviver” Robson Gonçalves professor da Fundação Getulio Vargas.

Em momentos como esse, a experiência dos bancos tradicionais conta pontos. Foi o caso do Santander Brasil, que divulgou seus resultados na terça-feira (26). Segundo o vice-presidente executivo do banco, Angel Santodomingo, a estratégia foi dobrar os cuidados na concessão de crédito e se preparar para as

turbulências já em outubro de 2021. “Conseguimos continuar emprestando e também manter a inadimplência relativamente estável apesar da alta dos juros”, disse ele.

Os critérios na concessão, o uso da tecnologia para fazer a análise do perfil de quem solicita e a estrutura para cobrança podem fazer a diferença a favor ou contra as fintechs, segundo o gerente do setor de investigação patrimonial e advogado da Leme Inteligência Forense, Guilherme Cortez. Um dos grandes diferenciais competitivos é a tecnologia, que ajuda as fintechs a controlar os riscos, analisando as variáveis em tempo real, segundo Renan Schaefer, diretor executivo da ABFintech, associação que representa o setor. “Diferentemente de um banco, elas são mais ágeis. E com Open Banking conseguem antecipar a inadimplência só avaliando os dados”, disse. Para Schaefer, no entanto, o risco sempre existirá nessa atividade, mas os algoritmos podem tentar controlar melhor isso com cruzamentos de dados

financeiros e comportamentais, gerando um score de crédito para cada cliente. Mesmo assim a concessão de crédito deve ficar mais difícil, na opinião da advogada especialista em recuperações extrajudiciais e renegociação de dívidas, Juliana Biolchi. “Nesse cenário, quando liberadas, essas operações vêm atreladas a aumento de garantias, o que muitas vezes inviabiliza a tomada de recursos”, disse.

Entre as maiores fintechs que concedem crédito no Brasil estão nomes como Nubank, com carteira de R\$ 28 bilhões, Inter (R\$ 14,7 bilhões), C6 (R\$ 11,7 bilhões), Original (R\$ 11 bilhões) e Agibank (R\$ 7,1 bilhões), segundo dados do Banco Central. E apesar do cenário adverso elas devem continuar. “Vai ficar mais difícil captar? Até pode ser, mas o capital sempre vai procurar bons investimentos”, disse Schaefer. Procurados, Nubank, Inter e C6 não concederam entrevista.

Isto é Dinheiro



## Verona Holding e Participações Societárias S.A.

CNPJ/ME nº 35.109.618/0001-79

Balço Patrimonial		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020					Demonstrações dos Resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020			
em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020		(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	2021	2020	Capital social	Capital a Integralizar	Reservas de Lucros a Realizar	Prejuízos/Lucros acumulados	Total	Verona Holding	Verona Holding	Verona Holding
								Nota	2021	2020
<b>Ativo</b>										
<b>Circulante</b>										
Disponibilidades	1.015	11								
Tributos a compensar	6									
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1.021</b>	<b>11</b>								
<b>Não Circulante</b>										
Realizável a Longo Prazo	99.053									
Participações permanentes em controladas	593.476									
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>692.529</b>									
<b>Total do Ativo</b>	<b>693.550</b>	<b>11</b>								
<b>Passivo</b>										
<b>Circulante</b>										
Benefícios e encargos sociais	206									
Fornecedores	1	81								
Obrigações fiscais	92	3								
Outras obrigações	10.500									
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>10.799</b>	<b>84</b>								
<b>Não Circulante</b>										
Passivos fiscais – Diferidos	38.502									
Outras obrigações	200	9								
Total do passivo não circulante	38.702	9								
<b>Patrimônio Líquido</b>										
Capital social	551.286	51								
Reserva de Lucros	92.762									
Lucros acumulados	-	(133)								
Lucros/prejuízos do exercício	-									
Total do patrimônio líquido	644.049	(82)								
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>693.550</b>	<b>11</b>								

Demonstrações dos Resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020		Verona Holding	Verona Holding
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		Nota	2021
Resultados positivos em participações societárias			40.955
(-) Resultados negativos em participações societárias			(875)
<b>(=) Resultado em participações societárias</b>			<b>40.080</b>
(-) Cofins			(29)
(-) PIS			(5)
<b>(-) Impostos sobre receitas financeiras</b>			<b>(34)</b>
Custos e despesas operacionais			(6.244)
<b>(=) Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro</b>			<b>33.803</b>
Receitas financeiras			46
(-) Despesas financeiras			(48)
<b>Lucro (prejuízo) do período (Set. a Dez. 21)</b>			<b>33.801</b>
Resultado em Agosto/2021			59.094
<b>Lucro líquido (prejuízo) líquido do exercício 2021</b>			<b>92.895</b>

Demonstrações do Resultado Abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020		Verona Holding	Verona Holding
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		2021	2020
Lucros (prejuízo) do período		92.895	(130)
<b>Total do resultado abrangente do exercício/ período</b>		<b>92.895</b>	<b>(130)</b>

Demonstrações do Fluxo de Caixa – Método Indireto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020		Verona Holding	Verona Holding
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		2021	2020
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>		<b>32.078</b>	<b>(130)</b>
Lucro (Prejuízo) líquido do período			
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Tributos a compensar		(2)	
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Benefícios e encargos sociais		131	83
Obrigações fiscais		1	3
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		32.208	(44)
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>		<b>(32.281)</b>	
Participações permanentes em sociedades			
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Emprestimos e Financiamento</b>			
Aumento de capital social		50	
Mútuos com partes relacionadas ALP		973	
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento		973	50
<b>Aumento Líquido do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>899</b>	<b>6</b>
Caixa e equivalentes de caixa:			
No início do exercício		116	5
No fim do exercício		1.015	11
		<b>899</b>	<b>6</b>

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL. Para verificar as assinaturas vá ao site [www.portaldeassinaturas.com.br:443](http://www.portaldeassinaturas.com.br:443) e utilize o código 5FEF-82F7-9FF8-8B08.



Verona Holding e Participações Societárias S.A.		Verona Holding		Verona Holding	
31/12/2021		31/12/2021		31/12/2020	
6. Mútuos com Partes Relacionadas – As informações sobre os mútuos no final do período de relatório estão apresentadas a seguir:					
Descrição	Cor- reção	Liquida- do Parc.	Verona Holding 31/12/2021 Saldo	Verona Holding 31/12/2021	Verona Holding 31/12/2020
Capital Social ref.					
AGE de 26/04/21	99.027	1.001	1.000	99.028	
Outros	24			24	
<b>Total</b>	<b>1.001</b>	<b>1.000</b>	<b>99.052</b>		
7. Investimento em Controladas – As informações sobre o grupo de investimentos no final do período de relatório estão apresentadas a seguir:					
Descrição	Participação direta (%)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
CRC	100	82.197	45.901	36.296	(1.815)
CRA	100	330.234	260.480	69.753	5.094
CBN	100	1.001.050	732.875	268.175	24.514
<b>Total</b>		<b>1.413.481</b>	<b>1.039.256</b>	<b>374.226</b>	<b>27.793</b>
7.1. Combinação de negócios: Aquisição da CBN, da CRA e da CRC pela Verona: Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1, a Verona adquiriu o controle da CBN, da CRA e da CRC. Para contabilização da combinação de negócios relativa às aquisições de controle, a Verona optou por aplicar o método de aquisição previsto no CPC 15 (R1) – Combinação de negócios que estabeleça que o adquirente identifique o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos à data de aquisição. Em decorrência da combinação de negócios, a Companhia, em conjunto com empresa especializada contratada, realizou e concluiu a análise de avaliação do valor justo de mercado dos ativos adquiridos e passivos assumidos da CBN, da CRA e da CRC e efetuou as alocações correspondentes no balanço patrimonial (Purchase Price Allocation – PPA). A composição da contraprestação, alocação final do preço da aquisição, identificação do valor de mercado dos ativos líquidos calculados e alocação do ágio, estão demonstrados a seguir:					
Ativos	Valor contábil	Ajuste valor justo (PPA)	Valor justo		
	CBN	CRC	CRA	CBN	CRC
Ativos circulantes	984.203	84.286	282.523	119.413	52.486
Ativos não circulantes	46.522	11.171	24.387		
Intangível	69.544	11.705	32.052		
Infraestrutura (direito de concessão)	862.680	61.187	224.288	119.413	52.486
Outros	5.457	223	1.795		
<b>Passivos</b>	<b>(740.544)</b>	<b>(46.174)</b>	<b>(217.865)</b>		
Passivos circulantes	(91.902)	(5.086)	(21.050)		
Passivos não circulantes	(648.642)	(41.088)	(196.815)		
<b>Total dos ativos identificáveis líquidos</b>	<b>243.659</b>	<b>38.112</b>	<b>64.658</b>	<b>119.413</b>	<b>52.486</b>
<b>Total da contraprestação</b>				<b>370.436</b>	<b>41.671</b>
<b>Ágio (goodwill)</b>				<b>7.363</b>	<b>-</b>
<b>Ganho por compra vantajosa</b>				<b>- 48.927</b>	<b>64.315</b>
(a) O valor de mais valia atribuído ao direito de contrato pelo PPA será amortizado pela vida útil remanescente dos contratos de concessão, considerando o critério de amortização e as particularidades de cada contrato. (b) A CBN foi adquirida pelo Fundo de Investimento M Rodovias que, na mesma data, integralizou as ações subscritas pela Companhia com a totalidade das ações da CBN pelo seu valor justo de R\$ 370.436. Com processo de apuração da diferença entre o custo da combinação de negócios e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, com a conclusão do Purchase Price Allocation (PPA), determinou-se o valor do goodwill. (c) O ganho por compra vantajosa auferido nas aquisições de controle da CRA e da CRC (total de R\$ 113.241) se justifica pelo contexto de mercado e clara intenção de saída do segmento pelos vendedores. O preço de aquisição foi definido em dezembro de 2019 e o fechamento da transação ocorreu em abril de 2021. No decorrer deste período, vários aspectos influenciaram na melhoria do valor justo dos ativos como o repertório de dívidas, recuperação do crescimento de curva de tráfego etc.					
8. Obrigações e encargos sociais – As informações sobre obrigações e encargos sociais no final do período de relatório estão apresentadas a seguir:					
Pró-labore a Pagar	Verona Holding	Verona Holding			
Contribuição Previdenciária a Recolher	31/12/2021	31/12/2020			
	133	-			
<b>Total</b>	<b>206</b>	<b>-</b>			
9. Fornecedores – As informações sobre os fornecedores no final do período de relatório estão apresentadas a seguir:					
Fornecedores	Verona Holding	Verona Holding			
	31/12/2021	31/12/2020			
	1	81			
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>81</b>			
10. Impostos a Recolher – As informações sobre os impostos a recolher no final do período de relatório estão apresentadas a seguir:					
Impostos Retidos a Recolher	Verona Holding	Verona Holding			
Outras Contribuições a Recolher	31/12/2021	31/12/2020			
	89	-			
	2	3			
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>3</b>			
11. Outras Obrigações – As informações sobre as outras obrigações no final do período de relatório estão apresentadas a seguir:					
Outras Obrigações – Combinação de Negócios	Verona Holding	Verona Holding			
Impostos Diferidos (a)	31/12/2021	31/12/2021			
Adiantamento para Futuro	10.500	-			
Aumento de Capital	38.502	-			
<b>Total</b>	<b>49.202</b>	<b>-</b>			
a) Impostos de renda e contribuição social diferidos: Em 31 de dezembro de 2021, a Verona apresentava os seguintes saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos:					
IRPJ Diferido – Passivo	Verona Holding	Verona Holding			
CSLL Diferida – Passivo	31/12/2021	31/12/2021			
	28.310	-			
	10.192	-			
<b>Total</b>	<b>38.502</b>	<b>-</b>			
12. Patrimônio líquido – a) Capital Social: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 551.286, representado por 551.286.324 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2021, representado por 1.000 ações).					
b) Reservas legal e de lucros					
Lucro líquido do exercício	Verona Holding	Verona Holding			
Compensação de prejuízos acumulados	31/12/2021	31/12/2021			
Outras Reservas	92.895	(133)			
<b>Base de cálculo da reserva legal</b>	<b>92.681</b>	<b>(81)</b>			
Constituição da reserva legal – 5% (i)	(4.634)				
Dividendos mínimos obrigatórios – 25% (ii)	(22.000)				
Reserva de lucros a realizar	(78)				
Reserva de recompra de ações e de investimento (iii)	(65.969)				
(i) A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. (ii) Após compensação de prejuízos acumulados e destinação para reserva legal, o lucro do exercício a destinar foi de R\$ 92.681. Conforme previsto no seu estatuto social, a Companhia deve destinar 25% como dividendos obrigatórios. (iii) Conforme previsto no seu artigo 40 no seu Estatuto Social, a Companhia destinou o saldo remanescente do seu lucro líquido do exercício para Reserva Recompra de Ações e de Investimento. Esta Reserva é destinada a: (a) recompra, resgate, reembolso ou amortização de ações de emissão da própria Companhia ou de suas controladas; (b) financiamento da expansão das atividades da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, inclusive por meio de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos.					
13. Despesas gerais e administrativas					
Despesas com pessoal	Verona Holding	Verona Holding			
Serviços de terceiros	31/12/2021	31/12/2020			
Gastos gerais e administrativos	(1.716)	(154)			
Depreciação e amortização	(71)	(130)			
<b>Total</b>	<b>(6.227)</b>	<b>(130)</b>			
14. Resultado financeiro, líquido					
Rendimentos de aplicação financeira	Verona Holding	Verona Holding			
Juros de contrato de mútuo	31/12/2021	31/12/2021			
Atualização monetária	19	-			
Outras receitas financeiras	-	-			
<b>Receitas financeiras</b>	<b>46</b>	<b>27</b>			
Juros de empréstimos	(45)	-			
Juros de contrato de mútuo	-	-			
Outras despesas financeiras	(2)	-			
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(48)</b>	<b>-</b>			
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>			

Julio Cezar Troiano Zogbi – Diretor Presidente Wilman Sanchez Moitinho – Contador CRC 1SP 289.876

## Petróleo fecha em queda, após subir mais de 2% com sanções à Rússia no radar

Apesar de subirem em grande parte da sessão, os contratos futuros de petróleo perderam força e fecharam em queda nesta sexta-feira, 29. O óleo chegou a ser impulsionado pela notícia de que a União Europeia (UE) está preparando um embargo gradual ao petróleo russo, mas o movimento arrefeceu depois. O petróleo WTI para junho fechou em queda de 0,63% (US\$ 0,67), a US\$ 104,69 o barril, na New York Mercantile Exchange (Nymex), mas com alta semanal

de 2,56%. Já o Brent para o mês de julho caiu 0,11% (US\$ 0,07), a US\$ 107,14 o barril, na Intercontinental Exchange (ICE), também tendo subido 0,46%, na semana. Na madrugada, os contratos já operavam em alta, acelerando, mais tarde, após reportagem do The New York Times informar que a UE está prestes a impor sanções ao petróleo russo. Para Edward Moya, da Oanda, além do corte do bloco, os comerciantes de energia não esperam que a Organização dos Países Exportadores

de Petróleo e aliados (Opep+) ceda à pressão internacional e aumente a produção. “As perspectivas de oferta não aumentarão significativamente tão cedo. Se a China mostrar algum progresso na flexibilização dos bloqueios, os preços do petróleo podem subir mais 5%”, diz, em relatório enviado a clientes. A Capital Economics destaca esperar que o índice de gerentes de compras (PMI) da China, que será divulgado no sábado, mostre atividade econômica mais fraca do que o mercado espera,

fator negativo para a maioria dos preços das commodities. “Por outro lado, os temores de oferta podem estar diminuindo, pois parece que as exportações de petróleo bruto da Rússia estão chegando aos compradores recentemente, depois de cair acentuadamente no início de março, embora suspeitemos que as exportações começarão a cair novamente em breve, à medida que os países ocidentais eliminarem as importações de energia russa”, pondera. A secretária de imprensa da Casa Branca, Jen

Psaki, disse nesta sexta que os EUA continuarão a dar suporte aos seus parceiros europeus com suprimento adicional de energia. Ela ainda reiterou que o governo americano seguirá trabalhando para que os países europeus acelerem a diversificação de suas fontes energéticas. Ainda no setor de energia, o país liberou a venda de uma gasolina com mais etanol em sua composição durante o verão local, para ajudar a conter os preços.

Isto é Dinheiro

## Expectativa por estímulos da China anima Ibovespa apesar de NY fraca

A promessa da China de que estimulará mais a segunda maior economia do mundo deve impedir o Ibovespa se seguir a indicação de queda das bolsas americanas, na esteira de balanços de grandes empresas de tecnologia. Como em sua composição o índice Bovespa tem em parcela considerável de ações ligadas a commodities metálicas, pode ter uma abertura positiva. No entanto, o acumulado de abril será de perdas. Até o fechamento de ontem, a queda mensal era de 8,40%. Às 10h49, cedia 7,19% nessa base de comparação. O governo chinês deve fazer uma pausa no cerco de

meses contra empresas de tecnologia, segundo pessoas a par do assunto, enquanto as autoridades buscam deter uma rápida deterioração nas perspectivas econômicas do país. “Notícia de que a China diminuir a pressão regulatória de algumas empresas ajuda. Além disso, dados de inflação menores no Brasil, também, como mostrou o IGP-M de abril abaixo do consenso 1,73%, ante 1,74% em março e mediana de 1,70%” avalia Edmar de Oliveira, operador da mesa de renda variável da One Investimentos. Conforme ele, o arrefecimento reflete o aperto monetário iniciado pelo Banco Central antes de outros pa-

íses, que estão começando agora. “E tem o corte do IPI, que atinge principalmente o setor de eletrônicos e tende a diminuir a pressão inflacionária”, acrescenta Oliveira, completando que isso ajuda a “desamassar” alguns papéis ligados a consumo. Porém, pondera que o cenário segue desafiador. Nem mesmo o anúncio do aumento na alíquota da CSLL para os bancos de 20% para 21% e de 15% para 16% para instituições financeiras não bancárias desanima o índice Bovespa, tampo ações do setor. “Finalmente o governo decidiu sobre o financiamento do refis do Simples. De

acordo com decreto presidencial publicado no final do dia de ontem, ficou determinado que ocorrerá: 1) aumento de CSLL de instituições financeiras, que sobe 1pps, e a 2) redução dos créditos de IPI na produção de refrigerantes. De maneira geral, o decreto veio em linha com o sinalizado pelo governo em ocasiões recentes”, resume em nota a Terra Investimentos. De um lado, o efeito da CSLL pode já ter sido precificado pelo setor na Bolsa, mas ainda assim poder gerar cautela quanto a impactos futuros na economia, como critica o presidente da Febraban. Já a decisão do governo de ampliar o corte da alíquota do

IPI de 25% para 35% pode estimular alta de ações ligadas à retomada no momento em que a atividade ainda cambaleia. Além disso, novos dados de emprego divulgados hoje pelo IBGE reforçam essa percepção de alguma melhora econômica, depois do Caged informado na véspera. Enquanto as bolsas americanas cedem na esteira de balanços e após os EUA divulgarem os números do índice de preços dos gastos com consumo (PCE, na sigla em inglês), renda pessoal e gastos com consumo de março, as bolsas europeias sobem depois de indicadores de atividade e inflação.

Isto é Dinheiro



## Negócios

### Simpar compra Autostar, de veículos de luxo, avaliada em R\$ 364,1 milhões



A Simpar informo que sua controlada Original Holding celebrou contratos para aquisição de 100% da Autostar Comercial e Importadora Ltda, avaliada em R\$ 364,1 milhões.

“A aquisição da Autostar fortalece o posicionamento da Original Holding no segmento de veículos e motocicletas de alto luxo, por meio do aumento no mix de marcas, produtos e serviços oferecidos aos clientes, além de registrar a entrada da empresa no segmento de blindagem de veículos, com a SBR”, destaca a empresa em fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Passam a fazer parte do portfólio da Original Holding as marcas BMW (3 lojas), Volvo (2 lojas), Harley Da-

vidson (2 lojas), assim como Jaguar/Land Rover, Mini, Chrysler/Jeep/Dodge/Ram, Triumph e KTM, com uma unidade de cada marca, todas localizadas em bairros nobres da cidade de São Paulo, o maior mercado de automóveis de luxo do Brasil.

Segundo a empresa, a operação irá adicionar R\$ 893,5 milhões ao faturamento da Original Holding, resultando em uma Receita Bruta Combinada de R\$ 4,2 bilhões com base no ano de 2021, considerando as aquisições da Sagamar e UAB Motors.

Somadas as aquisições anunciadas ao negócio já existente da Original Holding, a companhia combinada teria comercializado um volume de 27.528 veículos, em 2021, com um tíquete médio de R\$ 156 mil para ve-

ículos novos e R\$ 75 mil para veículos seminovos.

A empresa combinada teria com base em 2021 R\$ 4,0 bilhões de Receita Líquida, R\$ 300 milhões de Ebitda e R\$ 166 milhões de lucro líquido ajustado. Os dados consideram números não auditados.

Os vendedores são a American Star Comércio de Veículos, Bikestar Comércio de Motocicletas, British Star Comércio de Motocicletas, Moto Star Comércio de Motocicletas, e da SBR Comércio e Serviços de Blindagens.

O pagamento das quotas será realizado 50% em dinheiro e 50% em ações da Original Holding, resultando em uma participação conjunta dos vendedores da Autostar equivalente a 15,4% da Original Holding.

### Fabricante de baterias CATL tem queda de lucro e aumento de custos

A CATL, maior fabricante de baterias de veículos elétricos do mundo, anunciou nesta sexta-feira queda de 23,6% no lucro do primeiro trimestre, primeiro declínio em dois anos, enquanto luta contra o aumento dos custos das matérias-primas e o ressurgimento da Covid-19 na China.

A empresa, cujos clientes incluem Tesla, Volkswagen e BMW, teve lucro líquido de 1,49 bilhão de iuanes (226,69 milhões de dólares), ante 1,95 bilhão de iuanes um ano antes, apesar de um grande salto na receita, de 19,17 bilhões para 48,68 bilhões de iuanes.

Os preços dos principais metais, como o lítio, quase

dobram no trimestre, pesando nas margens de lucro da CATL e levando-a a aumentar os preços das baterias em março.

Como suas rivais, a CATL está aumentando a produção e o fornecimento de minerais para atender à crescente demanda por veículos elétricos. A empresa disse no início deste mês que garantiu os direitos de exploração de um depósito de argila de lítio na província de Jiangxi, na China, e fez uma joint venture na Indonésia para mineração de níquel.

A consultoria Wood Mackenzie diz que a CATL deve mais que triplicar sua capacidade de fabricação de células até 2025.

Reuters



Reuters

### Multiplan segue conservadora, minimiza consolidação no setor de shoppings



A gestora de shoppings e empreendimentos imobiliários Multiplan vai manter a estratégia conservadora para fusões e aquisições, apostando em expansão do próprio portfólio, enquanto concorrentes formam a maior rede de centros comerciais do país.

A empresa, que atua no segmento de alto padrão e divulgou na noite da véspera lucro líquido de primeiro trimestre mais que três vezes maior sobre o mesmo período de 2021, vai continuar “crescendo verticalmente”, disse nesta sexta-feira seu fundador e presidente-executivo, José Isaac Peres.

“A companhia examinou essa possibilidade”, disse Peres em resposta a questionamento de analista sobre planos para fusões ou aquisições

de shoppings pela Multiplan, não apenas de participações em ativos específicos.

“Nossa posição é conservadora. Às vezes certas aquisições que envolvem muitos shoppings não performam bem e têm grande peso... Nós evitamos”, disse o executivo.

O questionamento ocorreu após o conselho de administração da rival brMalls recomendar aprovação pelos acionistas da proposta de fusão feita pela Aliansce. A oferta, se bem sucedida, formará a maior rede de shoppings do Brasil, com cerca de 70 empreendimentos e avaliada em mais de 12 bilhões de reais.

Atualmente, a Multiplan tem cerca de 20 shoppings e, segundo Peres, apenas um deles, em Ribeirão Preto, tem apresentado uma performance “crítica”.

“A companhia (Multiplan) vai continuar desenvolvendo seus projetos, seus shoppings e suas expansões... O importante é ter qualidade. A gente não perde quando tem qualidade. Quantidade nem sempre representa um ganho”, disse Peres.

Ele afirmou que a opção da Multiplan é fazer projetos associados com empresas que possuam shoppings com perfis parecidos com os da companhia.

Durante a conferência de resultados, Peres elogiou a rival Iguatemi, que também atua no segmento de alto padrão, mas não foi questionado a respeito de uma eventual parceria.

“O varejista sabe que para vir para o Brasil ele tem que falar conosco.”

Reuters